



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IREL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - PPGRI

IQUI DJÚ

**OS MECANISMOS DE SEGURANÇA DA ÁFRICA OCIDENTAL E O PAPEL DA
CEDEAO NO COMBATE AO TERRORISMO**

BRASÍLIA - DF

2026

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IREL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - PPGRI

**OS MECANISMOS DE SEGURANÇA DA ÁFRICA OCIDENTAL E O PAPEL DA
CEDEAO NO COMBATE AO TERRORISMO**

IQUI DJÚ

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais (IREL)/Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Governança Global

Linha de pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos

Orientador: Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva (IREL/UNB)

BRASÍLIA - DF
2026

IQUI DJÚ

OS MECANISMOS DE SEGURANÇA DA ÁFRICA OCIDENTAL E O PAPEL DA
CEDEAO NO COMBATE AO TERRORISMO

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais (IREL)/Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Área de Concentração: Governança Global

Linha de pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos

Orientador: Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva (IREL/UNB)

Data de Aprovação: 30/03/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juliano da Silva Cortinhas (IREL/UNB) - Membro Interno

Profª. Dra. Mariana Preta Oliveira de Lyra (UNILAB) - Membro Externo

Profª. Dra. Tchella Fernandes Maso (IREL/UNB) - Membro Interno (Suplente)

Dedico esta dissertação aos meus amados pais, que já não estão fisicamente neste mundo. Onde quer que estejam, meu amor por eles permanece inabalável. Dedico também este trabalho aos meus irmãos e irmãs, cujo apoio constante tem sido a minha luz guia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida e pela saúde que tem me dado, a quem tenho confiado e entregado a minha vida. Nos momentos difíceis, quando não tenho vontade nem força para prosseguir, é nele que entrego tudo. Nos caminhos e travessias difíceis, é ele que me sustenta. Meus profundos agradecimentos aos meus familiares, aos amigos e colegas do Instituto de Relações Internacionais (IREL)/Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, ao meu orientador, Professor Dr. Kleber Aparecido da Silva, que me acolheu e me orientou durante todo o processo de orientação desta dissertação de mestrado. Agradeço por me acolher e por promover um ambiente amigável e respeitoso que incentiva a ajuda mútua, o crescimento e o conhecimento.

Agradeço à coordenação, à secretária e aos professores do curso de Relações Internacionais, à banca examinadora que, no momento da qualificação, contribuiu com sugestões para o aprimoramento da pesquisa, aos membros do Grupo de Estudos Críticos Avançados em Linguagens (GECAL), aos membros do Projeto Cattleys e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos, que contribuiu para a permanência na universidade e para a realização deste trabalho, uma contribuição científica incrível e louvável. Cada passo que dei até aqui foi fruto de determinação, foco, esforço e metas traçadas, sempre com o apoio de familiares, amigos e colegas, incentivando e oferecendo palavras de motivação. Por isso, sou grato a todos que contribuíram para a realização deste trabalho magnífico, que estudou um tema de grande importância para a CEDEAO e para a região da África Ocidental. Os Mecanismos de Segurança na África Ocidental e o Papel da CEDEAO no Combate ao Terrorismo não é apenas uma dissertação, é também uma contribuição que leva em consideração os direitos humanos; é uma contribuição para aliviar a dor e o choro de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e que precisam de uma voz que fale por elas. Em especial, agradeço a mim mesmo por ser esta pessoa focada, com metas, determinada na busca pelo conhecimento; cada decisão tomada carrega significado, valor e um preço que é pago com esforço.

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado é entender o fenômeno de terrorismo, mapear e analisar a atuação dos grupos terroristas no espaço regional da África Ocidental e o papel da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no combate ao terrorismo. Os objetivos específicos são: a) compreender o conceito de terrorismo, sua classificação doutrinária da terminologia e as ondas do terrorismo classificadas por David C. Rapoport, b) identificar/mapear os grupos terroristas e os grupos armados que atuam na região da África Ocidental, seus modi operandi e o financiamento, c) analisar as fragilidades de mecanismos implementados pelos países e pela CEDEAO no combate ao terrorismo e, propor mecanismos e estratégias eficazes de combate ao terrorismo na região. O mapeamento inclui grupos terroristas e separatistas. Boko Haram, Ansaru, Estado Islâmico na África Ocidental, Al-Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen, Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, Estado Islâmico no Grande Saara, Movimento para a Unificação e a Jihad na África Ocidental, Ansar al-Dine, Katiba Macina e Ansar al-Islam são considerados grupos terroristas. Entre os grupos separatistas, destacam-se: o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger, o Povo Indígena de Biafra, o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad, a Frente Nacional para a Libertação de Azawad e o Movimento das Forças Democráticas de Casamança. A África Ocidental enfrenta grandes desafios relacionados à paz e à segurança, uma vez que episódios de violência e atentados terroristas ocorrem com frequência. A pergunta de pesquisa que orienta este estudo é a seguinte: por que a CEDEAO não é capaz de garantir a segurança e a paz para seus cidadãos diante dos desafios colocados pelo terrorismo nesta região? As hipóteses desta pesquisa são: as fragilidades existenciais da CEDEAO e dos países da África Ocidental no combate ao terrorismo assentam-se principalmente em fatores internos: a) a CEDEAO era vista como distante e não fomentava uma cooperação e coordenação estreitas entre os países, agências e organizações. Sua política de segurança para o combate ao terrorismo era limitada em sua execução e não produziu os resultados concretos necessários para auxiliar os Estados-membros na eliminação do terrorismo; b) a grande extensão de suas fronteiras e a capacidade limitada dos Estados em termos econômicos, políticos e operacionais somadas a má governabilidade na região e as frequentes mudanças nas políticas dos governos e regimes, que impedem a continuidade de ações estatais no combate ao terrorismo, exacerbam as fragilidades dos Estados da África Ocidental. Este trabalho apresenta duas teorias de radicalização: o *Staircase to Terrorism* e *Push and Pull (radicalization drivers/impulsionadores da radicalização)*. A pesquisa é bibliográfica e documental e adota uma abordagem qualitativa. A unidade de análise é a CEDEAO, que abrange quinze Estados. Concluímos que o terrorismo tem natureza transfronteiriça, e o seu combate na África Ocidental exige da CEDEAO vontade política, autonomia militar e financeira, desenvolvimento de parcerias, cooperação e coordenação estreita entre os países, agências e departamentos, bem como sanar lacunas regulatórias em relação às atividades ilegais. A CEDEAO precisa envolver comunidades, líderes étnicos, religiosos/carismáticos, educação, organizações de jovens e mulheres e governos locais em um diálogo inclusivo focado na paz, segurança e desenvolvimento da região, ir além da institucionalização e das políticas, avançando para a operacionalização e o alcance de resultados concretos.

Palavras-chave: Segurança, África Ocidental, CEDEAO, Terrorismo.

ABSTRACT

The objective of this master's thesis is to understand the phenomenon of terrorism, map and analyze the actions of terrorist groups in the West African region, and the role of the Economic Community of West African States (ECOWAS) in combating terrorism. The specific objectives are: a) to understand the concept of terrorism, its doctrinal classification of terminology, and the waves of terrorism classified by David C. Rapoport; b) to identify/map terrorist groups and armed groups operating in the West African region, their modus operandi, and their financing; c) to analyze the weaknesses of mechanisms implemented by countries and ECOWAS in combating terrorism and to propose effective mechanisms and strategies for combating terrorism in the region. The mapping includes terrorist and separatist groups. Boko Haram, Ansaru, Islamic State in West Africa, Al-Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen, Al-Qaeda in the Islamic Maghreb, Islamic State in the Greater Sahara, Movement for Unification and Jihad in West Africa, Ansar al-Dine, Katiba Macina, and Ansar al-Islam are considered terrorist groups. Among the separatist groups, the following stand out: the Movement for the Emancipation of the Niger Delta, the Indigenous People of Biafra, the National Movement for the Liberation of Azawad, the National Front for the Liberation of Azawad, and the Movement of Democratic Forces of Casamance. West Africa faces major challenges related to peace and security, as episodes of violence and terrorist attacks occur frequently. The research question guiding this study is: Why is ECOWAS unable to guarantee security and peace for its citizens in the face of the challenges posed by terrorism in this region? The hypotheses of this research are: the existential weaknesses of ECOWAS and West African countries in combating terrorism are mainly based on internal factors: a) ECOWAS was seen as distant and did not foster close cooperation and coordination between countries, agencies, and organizations. Its security policy for combating terrorism was limited in its execution and did not produce the concrete results necessary to assist member states in eliminating terrorism; b) the large extent of its borders and the limited capacity of the states in economic, political, and operational terms, coupled with poor governance in the region and frequent changes in government and regime policies, which prevent the continuity of state actions in combating terrorism, exacerbate the weaknesses of West African states. This dissertation presents two theories of radicalization: the Staircase to Terrorism and Push and Pull (radicalization drivers). This research is bibliographic and documentary. It adopts a qualitative approach. The unit of analysis is ECOWAS, which encompasses fifteen states. We conclude that terrorism is a transboundary issue, and fighting it in West Africa requires political commitment, military and financial independence from ECOWAS, the development of partnerships, cooperation, and close coordination among countries, agencies, and departments. It also involves addressing regulatory gaps related to illegal activities. ECOWAS should engage communities, ethnic leaders, religious and charismatic leaders, educational institutions, youth and women's organizations, and local governments in an inclusive dialogue focused on peace, security, and development in the region. This effort must go beyond mere policies and institutional frameworks, moving toward actual implementation and tangible results.

Keywords: Security, West Africa, ECOWAS, Terrorism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSRT	Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo
AFISMA	Missão de Apoio Internacional liderada por africanos ao Mali
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
APA	Associação Africana de Procuradores
ARAA	Agência Regional para Agricultura e Alimentação
ARSEC	Autoridade Reguladora do Setor de Eletricidade da CEDEAO
ASALA	Exército Secreto Armênio para a Libertação da Armênia
AMAO	Agência Monetária da África Ocidental
APSA	Arquitetura Africana de Paz e Segurança
AQMI	Al-Qaeda no Magrebe Islâmico
AQAP	Al-Qaeda na Península Arábica
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BDIC	Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO
CDGC	Centro de Desenvolvimento de Gênero da CEDEAO
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CISSA	Comité dos Serviços de Inteligência e Segurança em África
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DID	Detectar Interceptar Dissuadir
EAC	Comunidade da África Oriental
ECCAS	Comunidade Económica dos Estados da África Central
ECOMAC	Sistema de Vigilância Multilateral
ECREEE	Centro para Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO
EI	Estado Islâmico
EGFP	Equipa de Gestão do Fundo de Paz da CEDEAO
EPF	Fundo de Paz da CEDEAO/ECOWAS Peace Fund
EPSA	Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO
ETA	Nação Basca e Liberdade
EUROPOL	Agência da União Europeia para a Cooperação Policial
EUTM	Missão de Treinamento da UE
FLNA	Frente Nacional para a Libertação de Azawad
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLC	Frente de Libertação Nacional da Córsega

FLN	Frente de Libertação Nacional
FTO	Foreign Terrorist Organization
GAFI/FATF	Grupo de Ação Financeira/Financial Action Task Force
GIABA	Grupo Intergovernamental de Ação contra Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo
GIA	Grupo Islâmico Armado
GSPC	Grupo Salafista para Pregação e Combate
IEDs	Dispositivos Explosivos Improvisados
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
IRA	Exército Republicano Irlandês
ISKP	Província do Estado Islâmico de Khorasan
ISGS	Estado Islâmico no Grande Saara
ISS	Institute for Security Studies
ISSP	Estado Islâmico – Província do Sahel
ISWAP	Estado Islâmico na África Ocidental
IPOB	Povo Indígena de Biafra
JAS	Jama'at Ahl al-Sunna li-Da'wa wal-Jihad
LCB	Bacia do Lago Chade
LTTE	Tigres de Libertação do Tamil Eelam
MEND	Movimento pela Emancipação do Delta do Níger
MFDC	Movimento das Forças Democráticas de Casamança
MINUSMA	Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali
MLF	Movimento de Libertação de Macina/Frente de Libertação de Macina
MNJTF	Força-Tarefa Conjunta Multinacional
MNLA	Movimento Nacional para a Libertação de Azawad
MOSOP	Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni
MSC	Conselho de Mediação e Segurança/Mediation and Security Council
MUJAO	Movimento para a Unificação e a Jihad na África Ocidental
NDPVF	Força Voluntária Popular do Delta do Níger
OAAS	Organização Oeste-Africana de Saúde
OACI	Organização da Aviação Civil Internacional
OIM	Organização Internacional para as Migrações

OMI	Organização Marítima Internacional
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
OUA	Organização da Unidade Africana
ONU	Organização das Nações Unidas
PKK	Partido dos Trabalhadores Curdos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
UA	União Africana
UIF	Unidades de Informação Financeira
UMA/AMU	União do Magrebe Árabe
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
VDP	Volontaire pour la Défense de la Patrie
VEOs	Violent extremist organizations
WAAP	Grupo de Energia da África Ocidental

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Diagrama do modelo de escada de Moghaddam	20
Figura 2: Mapa da Região do Sahel na África	33
Figura 3: Sahel no mapa e no gráfico do ranking de ataques na África	38
Tabela 1: Ações terroristas do Boko Haram	42-43
Tabela 2: Fragile States Index 2024	43
Tabela 3: Nigéria as a fragile state: Index from 2006-2024	43-44
Quadro 1: Grupos terroristas e separatistas na África Ocidental/Sahel	68-69
Quadro 2: Os 15 países da CEDEAO e suas respectivas bandeiras	73
Quadro 3: "Fundos canalizados para o EPF após mobilização de recursos"	82

SUMÁRIO

Introdução	14
Apresentação do tema	14
Objetivos geral e específicos	15
Hipóteses	15
Justificativa	15
Problematização	16
Metodologia de Pesquisa	16
Métodos para a coleta da informação	17
Métodos para a análise da informação	17
Capítulo I: Teorias de Radicalização	19
<i>Staircase to Terrorism</i> - Fathali M. Moghaddam	19
<i>Push and Pull (radicalization drivers)</i> - PNUD	21
O que é terrorismo?	22
As ondas do terrorismo	27
Capítulo II: Terrorismo, grupos terroristas e separatistas da África Ocidental/Sahel	32
A Região do Sahel	32
Boko Haram	39
Ansaru	47
Estado Islâmico na África Ocidental (ISWAP)	48
Al-Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen (JNIM)	50
Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI)	51
Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS)	55
Movimento para a Unificação e a Jihad na África Ocidental (MUJAO)	55
Ansar al-Dine	56
Katiba Macina	57
Ansar al-Islam	57
Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND)	59
Povo Indígena de Biafra (IPOB)	62
Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA)	63
Frente Nacional para a Libertação de Azawad (FLNA)	64
Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC)	65
Capítulo III: Mecanismos de segurança e o papel da CEDEAO	73
O que é a CEDEAO?.....	73

Estrutura da CEDEAO: Órgãos, instituições, agências especializadas e setor privado	75
Segurança regional	76
a) Plano de Implementação de Combate ao Terrorismo da CEDEAO	78
b) Parceria EUA-Nigéria e os interesses dos países poderosos	91
Considerações finais	99
Referências bibliográficas	103-113
Cronograma	114
Anexo I: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT)	115
Anexo II: Financiamento para Paz e Segurança com taxa de 5% da CEDEAO	116
Anexo III: Contribuição especial para Paz e Segurança dos países da CEDEAO	118
Anexo IV: Financiamento dos projetos por doadores e a coordenação de EPFMT	120
Anexo V: Instrumentos da CEDEAO para a Prevenção e o Combate ao Terrorismo	122
Anexo VI: Instrumentos da União Africana de Contraterrorismo	122
Anexo VII: Instrumentos das Nações Unidas e Universais de Contraterrorismo	123
Anexo VIII: Mapa dos Estados membros da CEDEAO	124

Introdução

Nesta introdução, apresento o tema, os objetivos gerais e específicos, as hipóteses, a justificativa e a problematização. Após a introdução, apresento a metodologia de pesquisa, na qual eu explico os métodos utilizados para a coleta e análise das informações. Em seguida, desenvolvo o primeiro capítulo, que aborda as teorias de radicalização. Este trabalho apresenta a combinação de duas teorias de radicalização: 1) Modelo de Escada para o Terrorismo de Fathali M. Moghaddam, conhecido como “*Staircase to Terrorism*” e o 2) Modelo *Push and Pull* (*radicalization drivers*/impulsionadores da radicalização) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As duas teorias são fundamentais para compreender as motivações ideológicas e os fatores que contribuem para a radicalização e o extremismo violento. Além da apresentação dos dois modelos neste capítulo, também apresentamos o que é terrorismo e as ondas do terrorismo, de acordo com a classificação de David C. Rapoport.

A revisão de literatura permitiu construir uma base sólida de compreensão do terrorismo. O segundo capítulo trata do terrorismo e dos grupos terroristas na África Ocidental/Sahel. O terceiro capítulo discute os mecanismos de segurança e o papel da CEDEAO. Neste capítulo, apresentamos o que é a CEDEAO, a questão da segurança regional, o plano de implementação de combate ao terrorismo da CEDEAO e a parceria entre os Estados Unidos e a Nigéria, bem como os interesses dos países poderosos. Por fim, apresento as considerações finais, as referências bibliográficas e o cronograma das atividades.

Esta dissertação busca entender o fenômeno de terrorismo, mapear e analisar a atuação dos grupos terroristas no espaço regional da África Ocidental. Será feita uma análise do papel da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no combate aos grupos terroristas que atuam na região, compreendendo as fragilidades de segurança dos Estados pertencentes ao bloco¹. O combate ao terrorismo na região tornou-se uma preocupação coletiva. Ainda assim, é necessário considerar as peculiaridades de cada país (Gonçalves, 2018, p. 12). A pesquisa contribuirá para os esforços de inserir o tema da segurança africana na agenda de segurança internacional, sobretudo considerando as tendências de crescimento populacional concentradas na África, que fazem com que os acontecimentos na região tenham repercussão global crescente. A pesquisa também pretende oferecer insights para incentivar a criação de mecanismos eficazes de combate ao terrorismo

¹ Os países pertencentes à CEDEAO são Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gana, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Todos esses países correspondem ao que geograficamente é definido como África Ocidental. A CEDEAO teve 16 membros fundadores; a Mauritânia retirou-se da organização em 1999.

na África Ocidental. A escolha do tema é influenciada pela minha posicionalidade, por ser originário de Guiné-Bissau, um país da África Ocidental. De modo particular e pessoal, meu interesse pelos estudos de segurança e terrorismo é uma motivação acadêmica e profissional para aprofundar meus conhecimentos e atuar como especialista, pesquisador, ativista e defensor dos direitos humanos. Sendo originário da Guiné-Bissau, um país da África Ocidental, esta pesquisa é uma etapa fundamental para compreender as questões associadas ao terrorismo e outras violências estruturais na região da África Ocidental. Os vieses que poderiam resultar de minha familiaridade com a região podem ser mitigados pelo distanciamento proporcionado por realizar esta pesquisa estando no Brasil. A relação que, conseqüentemente, mantenho de proximidade e de distância com a região pesquisada – que pode ser interpretada dentro da dinâmica de *insider/outsider* (Ergun e Edemir, 2010) – contribui para amplificar minha reflexividade. A CEDEAO é uma organização política, diplomática e de coordenação regional. É uma organização que proporciona um espaço para o diálogo sobre paz, segurança e desenvolvimento na região, mas reconheço que, como qualquer organização, existem obstáculos a superar no seu interior.

A pergunta de pesquisa é a seguinte: **por que a CEDEAO não é capaz de garantir a segurança e a paz para seus cidadãos diante dos desafios colocados pelo terrorismo nesta região?** As hipóteses desta pesquisa são: as fragilidades existenciais da CEDEAO e dos países da África Ocidental no combate ao terrorismo assentam-se principalmente em fatores internos: a) a CEDEAO era vista como distante e não fomentava uma cooperação e coordenação estreitas entre os países, agências e organizações. Sua política de segurança para o combate ao terrorismo era limitada em sua execução e não produziu os resultados concretos necessários para auxiliar os Estados-membros na eliminação do terrorismo; b) a grande extensão de suas fronteiras e a capacidade limitada dos Estados em termos econômicos, políticos e operacionais somadas a má governabilidade na região e as frequentes mudanças nas políticas dos governos e regimes, que impedem a continuidade de ações estatais no combate ao terrorismo, exacerbam as fragilidades dos Estados da África Ocidental. O objetivo geral desta pesquisa do mestrado é entender o fenômeno de terrorismo, mapear, investigar e analisar a atuação dos grupos terroristas no espaço regional da África Ocidental e analisar o papel da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no combate aos grupos terroristas que atuam na região, compreendendo as fragilidades de segurança dos Estados pertencentes ao bloco. **Os objetivos específicos são:**

a). Compreender o conceito de terrorismo, sua classificação doutrinária da terminologia e as ondas do terrorismo classificadas por David C. Rapoport.

b). Identificar/mapear os grupos terroristas e os grupos armados que atuam na região da África Ocidental, seus modi operandi e o financiamento.

c). Analisar as fragilidades de mecanismos implementados pelos países e pela CEDEAO no combate ao terrorismo e, propor mecanismos e estratégias eficazes de combate ao terrorismo na região.

O continente africano é marcado por uma série de violências estruturais, incluindo o terrorismo e a atuação de grupos armados, cujas ações resultam em graves violações dos direitos humanos. O terrorismo é um fenômeno global e não é algo recente, pois existe há muitas décadas. De acordo com Jackson e Sorensen (2013, p. 354), “o terrorismo não é nenhuma novidade; provavelmente existiu desde que as sociedades humanas começaram a regular o uso da violência”. Trata-se de um fenômeno complexo e em constante evolução, acompanhando os avanços da tecnologia sofisticada, o que representa desafios significativos para a segurança nacional e internacional.

Essa questão é de grande preocupação tanto nacional quanto global e está inserida na agenda internacional das Nações Unidas como um dos principais desafios do século XXI. Seu enfrentamento ocorre em níveis local, regional, nacional e global. A região da África Ocidental chama a atenção pelos frequentes episódios de violência e atentados, os quais evidenciam as fragilidades estruturais dos Estados. Assim, a África Ocidental enfrenta grandes desafios no que diz respeito à paz e à segurança na região.

Metodologia de Pesquisa

Esta pesquisa é bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, e trata-se de um estudo centrado na África Ocidental, com foco na CEDEAO. A minha unidade de análise é a CEDEAO, que abrange quinze Estados. A CEDEAO existe desde 1975, com o Tratado de Lagos (CEDEAO, 2024), mas o foco da pesquisa se dá a partir do ano de 2002, quando surgiu o Boko Haram, um dos grupos terroristas mais letais da África Ocidental. A pesquisa está sendo realizada em dois idiomas, português e inglês, com os quais o pesquisador possui familiaridade.

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza” (Gil, 2002, p. 44). A combinação de pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa é adequada a esta pesquisa,

porque permite compreender a política de segurança da CEDEAO em relação à segurança coletiva, sua resposta ao terrorismo, as decisões tomadas e seu papel como organização regional de grande importância na África Ocidental.

A pesquisa documental utiliza fontes que não foram previamente submetidas a tratamento analítico ou que podem ser reinterpretadas com base nos objetivos do estudo. A pesquisa documental oferece diversas vantagens. Em primeiro lugar, os documentos constituem uma fonte de dados rica e estável. Em segundo lugar, é economicamente viável quando comparada com outras pesquisas, embora demande do pesquisador habilidades e disponibilidade de tempo. Por último, evita os desafios do contato direto com os sujeitos da pesquisa, o que pode ser difícil ou impossível em alguns casos (Gil, 2002, p. 45-46).

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica utilizam documentos na investigação; porém, a diferença está no fato de a pesquisa documental utilizar fontes primárias que ainda não receberam tratamento analítico, enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias com tratamento analítico em relação ao tema em estudo (Kripka, Scheller e Bonotto, 2015, p. 59).

Esta pesquisa seguiu as etapas de uma pesquisa bibliográfica, tais como: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório do assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto (Gil, 2002, p. 59-60).

Métodos para a coleta da informação

Quanto aos métodos para a coleta de informação, utilizamos a revisão da literatura. Foram utilizadas fontes primárias, como resoluções e relatórios de organizações internacionais e regionais, entrevistas e documentos oficiais da CEDEAO e de seus países-membros, e fontes secundárias, como estudos acadêmicos (livros, artigos, monografias, dissertações e teses), pesquisas de centros de estudos sobre a África e notícias. Esta revisão da literatura é fruto de pesquisa bibliográfica que possibilita obter contribuições de diversos autores em relação ao tema em estudo (Gil, 2002). A revisão da literatura foi ampla e abrange todas as palavras-chave desta dissertação: segurança, África Ocidental, CEDEAO e terrorismo.

Métodos para a Análise da Informação

Quanto aos métodos para a análise da informação, utilizamos uma combinação de dois

métodos: a análise hermenêutica e a codificação. Utilizamos a análise hermenêutica na interpretação do sentido dos documentos. Essa técnica de interpretação dos documentos foi além da descrição; trata-se de uma interpretação oriunda de análise reflexiva e crítica, o que enriquece o trabalho.

O objetivo da pesquisa documental é extrair informações contidas nos documentos originais, com a finalidade de compreender o que está sendo estudado e analisado. O método que utilizamos para analisar os documentos chama-se “método de análise documental”. Cabe ao pesquisador escolher os documentos e estabelecer sua análise (Kripka, Scheller e Bonotto, 2015).

Durante a leitura e análise dos documentos, encontramos a intertextualidade documental, isto é, a referência a outros documentos, e seguimos essas referências para aprofundar a análise. Essa intertextualidade pode ser evidenciada na Declaração Política e Posição Comum da CEDEAO contra o terrorismo e na Estratégia de Combate ao Terrorismo da CEDEAO — instrumentos relevantes da CEDEAO, da União Africana, das Nações Unidas e de instrumentos universais sobre contraterrorismo (ECOWAS, 2013). Foram analisados os registros institucionais escritos da CEDEAO, de instituições e organizações, bem como dos países-membros.

Na análise documental, “o desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece, há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos” (Kripka, Scheller e Bonotto, 2015, p. 57).

Os códigos foram extraídos da revisão da literatura e são: terrorismo, falta de comunicação e coordenação, fragilidade, religião e financiamento. O código "religião" foi útil na identificação da base ideológica (islã) dos grupos terroristas, como Boko Haram, Ansaru, MEND, ISWAP, AQIM, MUJAO, JNIM, EIGS, Katiba Macina e Ansar Dine (Blanchard, 2016, p. 6). O código "fragilidade" foi identificado na capacidade dos Estados de fornecer segurança e uma distribuição justa de renda para a população. Segundo Lounnas (2018), o Sahel, que engloba alguns países da CEDEAO, é conhecido por ter governos ineficazes e colapsados que não conseguem garantir a segurança e a estabilidade financeira de seu povo. Como resultado, essa situação contribuiu para o crescimento de diversas práticas econômicas ilícitas. O terrorismo alimenta-se de vários fatores: pobreza rural, fraco desenvolvimento econômico, fragilidade dos regimes políticos e elevadas taxas de desemprego (Galito, 2013, p. 16).

No código "terrorismo", foram categorizados dados sobre ataques terroristas na África

Ocidental, números de mortes, críticas e pressão sobre o papel da CEDEAO em relação à segurança da região e ao terrorismo no Sahel (CEDEAO, 2023). No código "falta de comunicação e coordenação", foram identificadas a falta de intervenção ativa da CEDEAO, o recrutamento unilateral de mercenários russos (Wagner) em 2021 por Mali, e a falta de coordenação entre agências e a Força Tarefa Conjunta Multinacional, composta por Benin, Camarões, Chade e Níger (U.S. Department of State, 2021). Por fim, no código "financiamento", conseguimos agrupar os modus operandi de financiamento dos grupos terroristas. A análise dos relatórios do Grupo de Ação Financeira (GAFI), do GIABA e do Financial Action Task Force (FATF) (Grupo de Ação Financeira, 2013; FATF, 2025) revela as categorias de tipologias de financiamento e os riscos de financiamento do terrorismo na África Ocidental.

Capítulo I: Teorias de Radicalização

Com o foco na segurança dos Estados e dos indivíduos, as teorias de radicalização serão aplicadas para entender as motivações ideológicas e os fatores que contribuem para a radicalização e o extremismo violento. A radicalização é "um processo pelo qual uma pessoa adota sistemas de crenças que justificam o uso da violência para efetuar mudanças sociais e passa a apoiar ativamente e empregar meios violentos para fins políticos" (Maskaliunaite, 2015, p. 9).

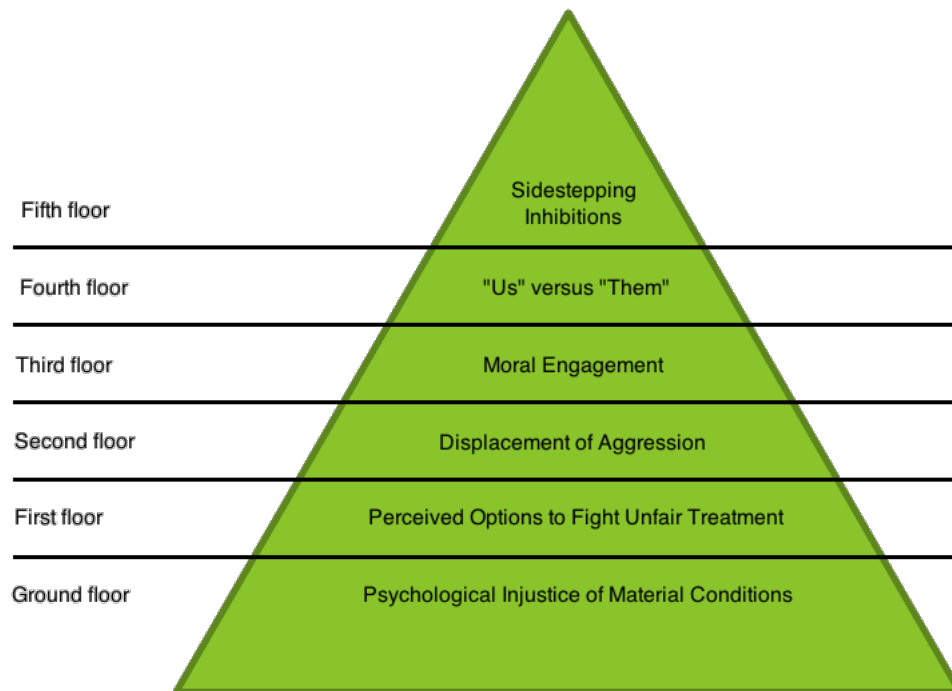
Este trabalho combina duas teorias de radicalização: 1) Modelo de Escada para o Terrorismo de Fathali M. Moghaddam, conhecido como "*Staircase to Terrorism*" (Moghaddam, 2005) e o 2) Modelo *Push and Pull* (*radicalization drivers*/impulsionadores da radicalização) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023).

A teoria de Moghaddam ilustra que a radicalização ocorre em estágios progressivos, assemelhando-se a uma escada. Os indivíduos começam com queixas e frustrações, o que Moghaddam chama de "andar inferior". À medida que se envolvem com ideologias extremistas, sobem os degraus da escada até participarem ativamente de atos terroristas (Moghaddam, 2005).

Por exemplo, o Boko Haram surgiu com queixas sobre distribuição de riqueza e disparidades de poder, e seu desafio era combater a corrupção e a marginalização econômica. À medida que o grupo adotou ideologias extremistas e fundamentalistas — como a implementação da Sharia na Nigéria — e começou a utilizar a violência para impor mudanças, evoluiu para o envolvimento ativo em atividades terroristas. De acordo com Adibe (2013), as operações do Boko Haram começaram pacificamente, mas eventualmente

progrediram para o estágio de radicalização.

Figura 1: Diagrama do modelo de escada de Moghaddam



Fonte: LINNANE, Damien. Disponível em: Diagram of the staircase model. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Staircase_model#/media/File:Staircase_model.png. Wikimedia Foundation, 2014.

O modelo de Moghaddam consiste em seis andares: térreo, primeiro andar, segundo andar, terceiro andar, quarto andar e quinto andar. O modelo da escada é uma explicação psicológica dos processos que levam ao terrorismo. Ele explica por que algumas minorias entre muitas pessoas acabam perpetrando atos de terrorismo. Todos os membros da sociedade ocupam o térreo. Percepções de justiça e sentimentos de relativa privação dominam o térreo e, mesmo quando a esmagadora maioria das pessoas se sente privada e tratada injustamente, permanece no térreo. No entanto, algumas pessoas sobem ao primeiro andar em busca de soluções devido à injustiça percebida.

No primeiro andar, as pessoas buscam maneiras de melhorar sua situação e alcançar maior justiça, mas se não encontram soluções ou possibilidades, sobem a escada. No segundo andar, as pessoas neste estágio, que ainda reconhecem injustiças graves, frequentemente sentem raiva e frustração e, às vezes, são convencidas por líderes a direcionar sua agressão a um "inimigo". Aqueles que são mais propensos a expressar fisicamente sua agressão contra inimigos sobem mais pela escada. No terceiro andar, mudanças significativas ocorrem entre aqueles que se encontram nesse estágio. Eles gradualmente se envolvem com a moralidade

das organizações terroristas e começam a ver o terrorismo como uma estratégia justificada. Pessoas totalmente comprometidas com a moralidade das organizações terroristas continuam subindo a escada e estão prontas para o recrutamento para se tornarem terroristas. No quarto andar, o recrutamento para se tornarem terroristas acontece. Possíveis terroristas aprendem a classificar o mundo de forma mais estrita em "nós contra eles" e a ver a organização terrorista como legítima. No quinto e último andar, pessoas específicas são escolhidas e treinadas para evitar mecanismos inibitórios que poderiam impedi-las de ferir e matar outras pessoas e a si mesmas; as selecionadas são equipadas e enviadas para realizar atos terroristas (Moghaddam, 2005, p. 161-168).

Segundo UNDP (2023), a pobreza, desigualdade, desemprego, baixo nível de educação, divisões étnicas, governança deficitária e repressão estatal são considerados fatores de pressão ou que empurram (*push factors*) e os fatores que atraem (*pull factors*) são ideologias, religião (oferece senso de identidade e pertencimento), promessas de status social e renda, proteção e segurança são considerados impulsionadores a radicalização e ao extremismo violento. O terrorismo na África Ocidental se alimenta destes fatores. Kfir (2022, p. 80-81) afirma que os terroristas e bandidos exploram as condições socioeconômicas e queixas da população. O desenvolvimento e o crescimento são prejudicados por sistemas de governação fracos e pela falta de recursos suficientes para fornecer serviços públicos básicos, o que é particularmente precário no Sahel. Os fatores de pressão, que empurram, e os fatores de atração são prevalentes na África, conforme reconhecido pela União Africana (2018).

Nos próximos parágrafos, exploraremos extensivamente os caminhos para o recrutamento e o desengajamento. Os seguintes são os caminhos para o recrutamento:

1. "A vulnerabilidade ao extremismo violento é moldada pela localização geográfica, experiências na infância e educação." Indivíduos que vivem isolados e têm interação limitada com outras pessoas influenciam significativamente as circunstâncias iniciais que podem torná-los vulneráveis ao extremismo violento no futuro. Algumas das áreas mais isoladas e periféricas sofrem com a marginalização socioeconômica intergeracional e o subdesenvolvimento.

2. "A religião exerce um duplo poder na jornada para o extremismo: serve tanto como um vetor potente para mobilizar queixas quanto como uma importante fonte de resiliência." A religião é um elemento poderoso que expressa a identidade e o pertencimento individual e grupal. Quando usada para contestar queixas existentes ou vista como ameaçada, a religião pode levar ao recrutamento (PNUD, 2023, p. 16). No entanto, a educação religiosa e a

alfabetização são fatores vitais de proteção contra o extremismo violento. Indivíduos com fortes habilidades de pensamento crítico podem desafiar ideologias religiosas radicais. Por exemplo, alguns líderes religiosos na Nigéria não apoiavam a ideologia radical e extremista do Boko Haram (Adibe, 2013).

3. Incentivos econômicos são cruciais para compreender os impulsionadores do extremismo violento. A expectativa de emprego impulsiona o recrutamento, já que os jovens vivenciam a frustração com o desemprego e as falhas do governo. Eles veem o recrutamento como uma forma alternativa de lidar com queixas generalizadas relacionadas à injustiça socioeconômica e à marginalização (PNUD, 2023, p. 18).

4. Um contrato social quebrado fornece terreno fértil para o recrutamento. A desconfiança generalizada nos governos e em suas instituições indica um contrato social significativamente enfraquecido entre os Estados e seus cidadãos (PNUD, 2023, p. 18).

5. O "ponto de inflexão". Ações governamentais, acompanhadas por crescentes abusos de direitos humanos, como assassinato e prisão de familiares ou amigos, podem ativar, alimentar e acelerar o recrutamento para o extremismo violento. Por exemplo, “Um jato militar atacou minha aldeia e matou muitos dos meus, e foi então que decidi me juntar a eles e seguir meu marido para vingar a morte”, disse Fátima, uma mulher de 35 anos da Nigéria (PNUD, 2023, p. 91).

6. O processo de recrutamento. Participar de uma organização extremista violenta destaca o impacto das redes sociais e das pressões sociais. Essa influência pode se originar de amigos e familiares (PNUD, 2023, p. 18). O recrutamento para organizações terroristas pode ocorrer voluntariamente, à força ou por meio de referência.

De acordo com o estudo do PNUD "Viagem ao Extremismo na África", o desligamento é motivado por expectativas não atendidas e pela desilusão com as ações do grupo, incluindo maus-tratos e baixas civis. Além disso, fatores como incentivos governamentais e programas de anistia podem contribuir. O desligamento também pode ser incentivado por familiares e membros da comunidade a se retirarem (PNUD, 2023, p. 20). O desligamento pode ter efeitos em cascata ligados às decisões tomadas por familiares, amigos e membros da comunidade sobre deixar uma organização terrorista (PNUD, 2023, p. 20).

O que é terrorismo?

Antes de proceder à análise dos marcos teóricos que informam o debate sobre os grupos terroristas, é necessário compreender o que é terrorismo, sua classificação e suas

consequências, com base na literatura já produzida sobre o tema, permitindo uma compreensão aprofundada da questão em análise. O terrorismo é um fenômeno complexo. Além de ser uma grande preocupação para os países que o enfrentam, o terrorismo passou a ser uma preocupação global nas questões relacionadas às dinâmicas de segurança nacional e internacional. Hoje, o terrorismo também é transnacional, pois ultrapassa as fronteiras dos Estados. Segundo Galito,

o terrorismo geralmente envolve violência física ou psicológica contra alvos não combatentes, selecionados ou aleatórios, é uma forma instrumental de impor o medo sobre um povo, um governo ou um Estado, mas a sua definição é controversa e, em sua consequência, extensivamente debatida (Galito, 2013, p. 3).

Bakker e Zuijdewijn (2022, p. 21) afirmam que “o terrorismo é um tópico altamente complexo, altamente subjetivo e politicamente sensível”. Observa-se que não existe um consenso sobre a definição de terrorismo entre formuladores de políticas, políticos, profissionais e estudiosos. Para alguns, atos violentos de extremistas podem ser considerados crimes de ódio, enquanto, para outros, são vistos como atos terroristas. “O emprego da palavra ‘terrorismo’ é sempre acompanhado de um juízo de valor e, portanto, também subjetivo: aqueles que para alguns são terroristas, para outros são guerreiros da liberdade” (Saint-Pierre e Vitelli, 2018, p. 1161). “O uso do termo é muito subjetivo” (Bakker e Zuijdewijn, 2022, p. 32). Quando certos atos de violência política são descritos como terrorismo, eles podem deslegitimar e/ou criminalizar os oponentes políticos. Em uma dimensão pejorativa, o termo "terrorista" é comparável ao uso abusivo de termos do vocabulário político — termos como "racista", "fascista" ou "imperialista" (Schmid, 2004, p. 396). As bases comuns do terrorismo são três: religião, etnia e ideologia, embora Galito (2013, p. 17) acrescente outro elemento, que é o econômico. Observa-se que o terrorismo pode ter suas bases em diversos aspectos, mas, em geral, apresenta fins políticos, ideológicos ou religiosos.

Na Onda Anticolonial, os *freedom fighters* e guerrilheiros com suas táticas de *hit and run* eram considerados terroristas, mas, com a evolução dos debates, essa percepção foi ganhando espaço. Segundo Rapoport (2002), os debates da ONU regularmente descreviam os terroristas anticoloniais como combatentes da liberdade. Bakker e Zuijdewijn (2022, p. 29) afirmam que depende de qual lado se olha ou se posiciona. O historiador Walter Laqueur (1987, p. 7) disse: "O terrorista de um homem é o lutador pela liberdade de outro". Todavia, há uma coerência nas definições que afirmam que o terrorismo implanta terror e medo, mesmo que sua ação violenta atinja apenas um pequeno grupo; o medo se amplia para toda a

comunidade. “O terrorismo é uma forma de violência que se realiza no âmbito psicológico do indivíduo” (Saint-Pierre e Vitelli, 2018, p. 1160).

A CEDEAO segue a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo, assinada em Argel, Argélia, em 14 de julho de 1999, bem como o Plano de Ação da União Africana (UA) sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo em África, adotado em Argel, Argélia, em 14 de setembro de 2002. A convenção fornece uma definição africana comum de atos terroristas (CEDEAO, 2013, p. 2). O artigo 1-3 da Convenção define os atos terroristas como:

- (a) qualquer ato que constitua violação das leis penais de um Estado Parte e que possa pôr em perigo a vida, a integridade física ou a liberdade de, ou causar lesões graves ou morte a, qualquer pessoa, qualquer número ou grupo de pessoas, ou causar ou possa causar danos à propriedade pública ou privada, aos recursos naturais, ao património ambiental ou cultural, e que seja calculado ou tenha como objetivo:
 - i. intimidar, amedrontar, forçar, coagir ou induzir qualquer governo, órgão, instituição, o público em geral ou qualquer segmento deste a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato, ou a adotar ou abandonar um ponto de vista específico, ou a agir de acordo com certos princípios; ou
 - ii. interromper qualquer serviço público, a prestação de qualquer serviço essencial ao público, ou criar uma situação de emergência pública; ou
 - iii. incitar uma insurreição generalizada num Estado;
- (b) qualquer promoção, patrocínio, contribuição, comando, auxílio, incitamento, encorajamento, tentativa, ameaça, conspiração, organização ou recrutamento de qualquer pessoa, com a intenção de cometer qualquer ato referido no parágrafo (a)(i) a (iii) (OAU, 1999).

Diversas definições explicam o termo terrorismo. “O terrorismo é o uso ilegal, ou a ameaça de uso, da violência contra civis, frequentemente para atingir objetivos políticos, religiosos ou similares” (Jackson e Sorensen, 2013, p. 354). A Resolução nº 1566 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) define o terrorismo como:

... atos criminosos, incluindo contra civis, cometidos com a intenção de causar morte ou ferimentos corporais graves, ou a tomada de reféns, com o propósito de provocar um estado de terror no público em geral ou num grupo de pessoas ou em determinadas pessoas, intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou a abster-se de fazer qualquer ato, e todos os outros atos que constituem delitos no âmbito e conforme definidos nas convenções e protocolos internacionais relativos ao terrorismo, não são, em circunstância alguma, justificáveis por considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou outra natureza semelhante, e apela a todos os Estados para que impeçam tais atos e, se não forem impedidos, que garantam que tais atos sejam punidos com penas consistentes com a sua natureza grave (Nações Unidas, 2004).

Deve-se notar, contudo, que a Convenção da OUA foi além da Resolução 1566 do Conselho de Segurança da ONU ao diferenciar entre terrorismo e a legítima luta dos povos pela libertação. O Artigo (3) da convenção estipula: 1. Não obstante as disposições do Artigo 1, a luta travada pelos povos de acordo com os princípios do direito internacional pela sua libertação ou autodeterminação, incluindo a luta armada contra o colonialismo, a ocupação, a agressão e a dominação por forças estrangeiras, não será considerada como ato terrorista. 2.º Os motivos políticos, filosóficos, ideológicos, raciais, étnicos, religiosos ou outros não serão uma defesa justificável contra um ato terrorista (African Union, 2018, p. 13-14).

Os dicionários mais conhecidos do mundo, tais como *Cambridge Dictionary*, *Oxford Learner's Dictionaries*, *Merriam-Webster* e *Dictionary.com*², apresentam definições sobre o que é o terrorismo. No artigo "Terrorismo – O Problema da Definição" (2004), Alex Schmid, um dos mais renomados estudiosos de terrorismo e contraterrorismo, apresenta quatro razões pelas quais não existe uma definição universalmente aceita (Bakker e Zuijdewijn, 2022, p. 32). As quatro razões são: "1. Porque o terrorismo é um 'conceito contestado' e as noções políticas, jurídicas, sociais e populares sobre ele são frequentemente divergentes; 2. Porque a questão da definição está ligada à (des)legitimação e à criminalização; 3. Porque existem muitos tipos de "terrorismo", com diferentes formas e manifestações; 4. Porque o termo sofreu mudanças de significado em mais de 200 anos de sua existência", segundo Schmid (2004, p. 395). O uso da violência não é uma novidade atualmente; ele remonta a tempos longínquos.

A guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações. Os homens sempre se mataram, empregando os instrumentos fornecidos pelo costume e a técnica disponível: com machados e canhões, flechas ou projéteis, explosivos químicos ou reações atômicas; de perto ou de longe; individualmente ou em massa; ao acaso ou de modo sistemático (Aron, 2002, p. 219).

Segundo Saint-Pierre e Vitelli (2018, p. 1158), o uso político do termo "terrorismo" foi associado à Revolução Francesa devido à sua tática de violência. Bruce Hoffman observou que o termo "terrorismo" foi inicialmente usado para rotular o "*regime de la terreur*" após a Revolução Francesa. O regime liderado por Maximilien de Robespierre aspirava fortalecer sua autoridade incutindo terror em contrarrevolucionários e outros oponentes (Bakker e Zuijdewijn, 2022, p. 36). A Revolução Francesa introduziu o termo "terror" ao nosso vocabulário (Rapoport, 2002, p. 2). Todavia, o emprego da violência é tão antigo quanto a própria guerra, que sempre acompanhou o ser humano ao longo de sua história. Embora o terrorismo seja complexo, é fácil compreender sua definição por meio de suas características.

De acordo com Franco (2012, p. 17-18), o terrorismo possui as seguintes características: a) natureza indiscriminada, ou seja, qualquer pessoa pode ser alvo de um ataque; b) imprevisibilidade e arbitrariedade, com ataques que podem ocorrer a qualquer

² *Dictionary.com*: terrorismo é "1. o uso ilegal de violência ou ameaças para intimidar ou coagir uma população civil ou governo, com o objetivo de promover objetivos políticos, sociais ou ideológicos. 2. O estado de medo e submissão produzido pelo terrorismo. 3. Um método terrorista de governar ou de resistir a um governo. 4. Intimidação ou coerção por incutir medo".

Cambridge Dictionary: terrorismo é "(ameaças de) ação violenta para fins políticos. O uso da violência para tentar alcançar a mudança política".

Oxford Learner's Dictionaries: terrorismo é "o uso de ação violenta para atingir objetivos políticos ou forçar um governo a agir".

Merriam-Webster: terrorismo é "o uso ilegal ou ameaça de violência, especialmente contra o Estado ou o público como meio de ataque ou coerção com motivação política".

momento, sem aviso prévio; c) gravidade e espetacularidade, usando meios de crueldade e destruição em seus ataques, como bombas e armas de destruição em massa (ADM), entre outros; e d) caráter amoral e de anomia, pois as ações dos terroristas não se alinham com os valores sociais. Eles acreditam que seus atos são legítimos e que a manifestação desses atos em forma de violência é o caminho para alcançar seus objetivos estratégicos.

Existem diferentes tipos de terrorismo, tanto do setor estatal quanto de atores não estatais, com diversas formas e manifestações: terrorismo político, terrorismo ligado ao crime (organizado), terrorismo patológico ("louco"), terrorismo insurgente, terrorismo justiceiro, terrorismo de Estado ou de regime, terrorismo patrocinado pelo Estado, terrorismo social-revolucionário (de esquerda), terrorismo de direita e racista, terrorismo religioso e terrorismo milenarista, terrorismo nacionalista e separatista (incluindo étnico) e terrorismo de causa única, por exemplo, o terrorismo do ego (Schmid, 2004, p. 398) — o terrorismo do ego envolve indivíduos agindo em grande parte por conta própria, movidos por queixas pessoais e motivações ideológicas pouco claras, frequentemente com ou sem apoio de terceiros (Bakker e Zuijdewijn, 2022, p. 35).

De forma ampla, vimos que é difícil chegar a uma definição universalmente aceita de terrorismo. "O terrorista de um homem é o lutador pela liberdade de outro." Por exemplo, Yasser Arafat pode ser rotulado como um terrorista descarado por muitos israelenses, mas para muitos palestinos, ele é um lutador heroico pela liberdade em prol de sua causa de autodeterminação (Bakker e Zuijdewijn, 2022, p. 36).

Há uma contestação sobre ideologias, objetivos políticos e visões sociais na definição de terrorismo. Por exemplo, o terrorismo político envolve formas criminosas e psicopáticas de intimidação, terror, um público-alvo selecionado e massacres, como limpeza étnica. O termo terrorismo mudou ao longo de mais de duzentos anos, e qualquer definição fixa ao longo do tempo é problemática (Schmid, 2004, p. 398).

Bakker e Zuijdewijn (2022, p. 41) defenderam uma definição clara de terrorismo para aprimorar a cooperação internacional, auxiliar Estados e organizações internacionais na identificação de alvos, prevenir abusos legais por parte de Estados e impedir que atores privados prestem serviços a terroristas, além de promover o consenso acadêmico, melhorando, em última análise, a qualidade da pesquisa, especialmente em estudos comparativos.

Em 1984, Alex Schmid propôs uma definição acadêmica consensual de terrorismo, revisada por mais de cinquenta especialistas, com oitenta e um por cento considerando-a

parcial ou totalmente aceitável. Em 1988, ele apresentou uma definição aprimorada com dezesseis elementos.

O terrorismo é um método [1] inspirador de ansiedade, de ações violentas repetidas [2], empregue por indivíduos, grupos ou agentes estatais (semi-) [3] clandestinos, por razões [4] idiossincráticas, criminosas ou políticas, em que – em contraste com o assassinato – os alvos diretos da violência não são os alvos principais. As [5] vítimas humanas imediatas da violência são geralmente escolhidas [6] aleatoriamente (alvos de oportunidade) ou [7] seletivamente (alvos representativos ou simbólicos) de uma população-alvo, e servem como geradores de mensagens. [8] Os processos de comunicação [9] baseados em ameaças e violência entre terroristas (organização), vítimas (em perigo) e alvos principais são utilizados para [10] manipular o alvo principal (público(s)), transformando-o num [11] alvo de terror, num [12] alvo de exigências, ou num [13] alvo de atenção, dependendo se se procura principalmente [14] intimidação, [15] coerção, ou [16] propaganda (Schmid, 2004, p. 382).

As ondas do Terrorismo

David C. Rapoport, um cientista político americano, classificou o terrorismo em quatro ondas, a saber: "Onda Anarquista", "Onda Anticolonial", "Nova Onda de Esquerda" e "Onda Religiosa". Segundo Rapoport (2002), a primeira onda iniciou-se no final do século XIX por dois motivos principais: “a doutrina e a tecnologia”, quando os escritores russos Nechaev, Bakunin e Kropotkin criaram uma doutrina ou estratégia para o terror. Narodnaya Volya (A Vontade do Povo) tornou-se o primeiro grupo terrorista da primeira onda. Eis as quatro ondas:

Na década de 1880, surgiu uma “Onda Anarquista” inicial que continuou por cerca de 40 anos. Sua sucessora, a “Onda Anticolonial” começou na década de 1920 e, na década de 1960, havia praticamente desaparecido. O final dos anos 1960 testemunhou o nascimento da “Nova Onda de Esquerda”, que se dissipou amplamente nos anos 90, deixando alguns grupos ainda ativos no Sri Lanka, Espanha, França, Peru e Colômbia. A quarta ou “Onda Religiosa” começou em 1979 e, se seguir o padrão de suas predecessoras, ainda tem vinte a vinte e cinco anos pela frente (Rapoport, 2002, p. 2).

Segundo Rapoport (2002, p. 2), a revolução tem sido o objetivo principal de cada onda, embora sua interpretação tenha variado em cada caso. A maioria dos grupos terroristas tem visto a revolução como secessão ou o direito à autodeterminação das nações. Essa noção — de que uma comunidade deve ter autoridade para governar a si mesma — foi herdada das Revoluções Americana e Francesa. O princípio de definição do que é um “povo” permanece obscuro, o que pode levar a conflitos contínuos. Além disso, a revolução é vista como uma revisão fundamental da autoridade, e esse objetivo era frequentemente mesclado com tentativas de estabelecer um novo governo desmantelando dois ou mais governos atuais. Frequentemente, essas três ideias estavam interligadas de várias maneiras, e todas eram influenciadas por diferentes circunstâncias pré-existentes, o que torna útil atribuir um nome

único a cada onda. As três primeiras ondas duraram cerca de 40 a 45 anos. Em contraste, a 'Nova Onda de Esquerda' foi mais curta.

Onda Anarquista (década de 1880): A primeira onda começou no final do século XIX, e doutrina e tecnologia se destacam como as razões mais fundamentais. Escritores e estrategistas russos, notavelmente Nechaev, Bakunin e Kropotkin, desenvolveram uma doutrina ou estratégia para o terror, uma herança para os sucessores usarem, melhorarem e transmitirem. O Catecismo Revolucionário de Nechaev vê as mulheres como ativos inestimáveis em sua abordagem estratégica (Rapoport, 2002, p. 3). Segundo Rapoport (2002), a onda anarquista começou na década de 1880 na Rússia e posteriormente se espalhou para outras partes do mundo, incluindo Europa Ocidental, América e Ásia. Sergei Nechaev foi o autor do "Catecismo de um Revolucionário". Os escritores russos acreditavam no conceito de propaganda pela ação e, por meio de seus escritos, que serviam como uma poderosa forma de propaganda, persuadiam as pessoas a se levantarem contra seus líderes e derrubá-los. Eles empregavam o terrorismo como meio de luta e utilizavam o telégrafo e a mídia de massa, particularmente jornais. "Narodnaya Volya", que se traduz como "Vontade do Povo", era a principal organização, e seus membros cometeram atos de violência. O czar russo Alexandre II foi assassinado em 1881. Os anarquistas tinham como alvos indivíduos proeminentes e influentes, tornando a década de 1890 uma "era de ouro do assassinato". Elizabeth, a Imperatriz da Áustria, foi assassinada em 1898; Umberto I, o primeiro rei do Reino da Sardenha, hoje Itália, foi assassinado em 1900 (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024); o presidente francês Carnot foi assassinado em 1894, e o presidente americano William McKinley foi assassinado em 1901 em Buffalo, Nova York (Rapoport, 2002; The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2025). Bakker e Zuijdewijn observaram que os termos "terrorismo" ou "terrorista" não foram usados em relação ao assassinato de William McKinley, o 25º presidente dos Estados Unidos. Foi divulgado o seguinte ao público estadunidense: "Em nome do anarquismo, Leon Czolgosz atirou duas vezes no presidente dos EUA durante uma aparição pública em Buffalo", e o "Philadelphia Record, um jornal local, simplesmente declarou que McKinley foi baleado duas vezes por um anarquista" (Bakker e Zuijdewijn, 2022, p. 29).

Onda Anticolonial (década de 1920): Rapoport (2002) afirma que a onda anticolonialista começou na década de 1920. Ela marcou um momento crucial em que movimentos revolucionários lutaram por autodeterminação e buscaram libertar partes do mundo do domínio europeu. Eles buscavam a independência dos governantes coloniais

européus, incluindo os franceses e os britânicos. Suas táticas incluíam a guerrilha, caracterizada por ataques de atropelamento e fuga. Rapoport afirmou que esses rebeldes não se identificavam como terroristas; em vez disso, descreviam-se como "combatentes da liberdade" porque lutavam por sua liberdade. De acordo com Bakker e Zuijdewijn (2022, p. 29), os "combatentes pela liberdade" eram anticolonialistas e estavam lutando contra regimes opressores. Os verdadeiros terroristas eram os governantes coloniais que empregavam o terror de Estado. O Exército Republicano Irlandês (IRA) participou do movimento anticolonial, lutando por um Estado irlandês independente e unido (Rapoport, 2002). A Frente de Libertação Nacional (FLN), um grupo de argelinos, lutou por uma Argélia independente contra o domínio francês. A luta argelina pela independência foi marcada por uma violenta guerra colonial contra os franceses (Kohn, 2025). O Irgun era um grupo sionista militante que se opunha às autoridades britânicas, que governavam o mandato britânico do que hoje é conhecido como Israel e Palestina. Menachem Begin, o líder do Irgun, rotulava seu povo como "combatentes da liberdade" (Rapoport, 2002).

Nova Onda de Esquerda (década de 1960): Rapoport (2002) afirma que a nova onda de esquerda começou na década de 1960. Essa onda foi caracterizada por conflitos internos e internacionais. A Guerra do Vietnã foi um evento político significativo que a impulsionou. O sucesso das táticas do Vietcong contra as forças americanas tecnologicamente avançadas acendeu aspirações de que o núcleo ocidental também pudesse ser vulnerável. O conflito causou considerável incerteza quanto ao valor do sistema vigente, particularmente entre os jovens ocidentais. Alguns grupos no "mundo desenvolvido" se consideravam vanguardas para as massas do "Terceiro Mundo" que precisavam de assistência, especialmente onde havia muita hostilidade em relação ao Ocidente. No Ocidente, exemplos incluem o Weather Underground americano, a RAF da Alemanha Ocidental, as Brigadas Vermelhas italianas, o Exército Vermelho japonês e a *Action Directe* francesa. Na América Latina, vários grupos revolucionários empregaram a guerrilha urbana para combater as autoridades, como os Tupamaros no Uruguai. Alguns desses grupos latino-americanos receberam apoio da União Soviética e seus aliados, especialmente no contexto da Guerra Fria. Notavelmente, "em 1948, os soviéticos instalaram governos de esquerda nos países do Leste Europeu libertados pelo Exército Vermelho" (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2025). Grupos palestinos, particularmente a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), liderada por Yasser Arafat, também foram incluídos nessa onda. Seu modus operandi incluía sequestros de aviões e sequestros de reféns. Um incidente significativo ocorreu durante os Jogos Olímpicos de

Munique, em 1972, quando atletas israelenses foram feitos reféns por um grupo palestino chamado "Setembro Negro", resultando na morte de todos os atletas. Na terceira onda, o extremismo frequentemente se entrelaçou com ideias nacionalistas, como observado em grupos como a Nação Basca e Liberdade (ETA), o Exército Secreto Armênio para a Libertação da Armênia (ASALA), a Frente de Libertação Nacional da Córsega (FNLC) e o IRA.

Quando a Guerra do Vietnã terminou em 1975, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) tornou-se o modelo heroico. Surgindo após o colapso de três exércitos árabes, sua própria existência foi uma declaração de que o terror trazia mais esperança do que as forças militares convencionais. A posição central da OLP foi reforçada por três fatores poderosos: Israel, seu principal inimigo, era um componente-chave do Ocidente, recebia forte apoio soviético e conseguiu estabelecer instalações no Líbano para treinar terroristas de diversos países (Rapoport, 2002, p. 6).

Yasser Arafat foi líder da OLP. A organização foi criada em 1964 para criar uma Palestina independente. Para atingir esse objetivo, a violência foi empregada contra inúmeros alvos, tanto dentro de Israel quanto fora dele. A concessão do Prêmio Nobel da Paz a Arafat em 1994 foi alvo de controvérsia, pois alguns israelenses o viam como um terrorista descarado, enquanto os palestinos o viam como um lutador pela liberdade (Bakker e Zuijdewijn, 2022, p. 33).

Onda Religiosa (década de 1979): Rapoport (2002) afirma que a onda religiosa começou em 1979; coincidiu com o ano da Revolução Islâmica no Irã, o ano em que a União Soviética invadiu e ocupou o Afeganistão. Foi também o ano da invasão e ocupação da Grande Mesquita de Meca. Diferentes grupos e pessoas de diversas origens religiosas estiveram envolvidos nessa onda. Por exemplo, grupos jihadistas, Sikhs no Punjab que lutavam contra as autoridades indianas, terroristas judeus que assassinaram o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin em 1995, militantes cristãos antiaborto e seitas estavam todos envolvidos nessa onda. Um grupo sectário chamado "Aum Shinrikyo", liderado por Shoko Asahara, atacou o metrô de Tóquio em 1995 com gás nervoso e gás sarin; 12 pessoas foram mortas e 3.000 feridas. Eles usaram armas de destruição em massa, tentando matar muitas pessoas. O grupo militante libanês Hezbollah usou ataques suicidas. Em 1983, o grupo xiita explodiu a sede dos americanos e franceses estacionados em Beirute. O Hezbollah é um partido político libanês e uma organização militante filiada ao islamismo xiita que surgiu pela primeira vez durante o conflito civil no Líbano, originando-se como uma milícia após a invasão israelense do país em 1982 (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2025). Grupos não religiosos usaram a mesma tática de atentados suicidas, por exemplo, o Partido dos

Trabalhadores Curdos, o PKK, um grupo marxista e separatista na Turquia; e os Tigres de Libertação do Tamil Eelam (LTTE), que tentavam libertar ou obter autonomia e mais direitos para os tâmeis na ilha do Sri Lanka. A Al-Qaeda e o Estado Islâmico são os dois grupos religiosos mais proeminentes na onda religiosa. É bom lembrar que a Al-Qaeda atacou as embaixadas dos EUA em Dar es Salaam e Nairóbi, na África Oriental, no final da década de 1990. A Al-Qaeda foi associada ao 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington, DC (Rapoport, 2002).

A classificação do terrorismo em quatro ondas, proposta por David C. Rapoport, é uma estrutura importante, pois não só permite compreender os padrões e formas de manifestação e as ideologias envolvidas, como também proporciona uma compreensão aprofundada do terrorismo, da maneira como se manifestou em diferentes contextos e momentos da história. A principal crítica a essa classificação diz respeito à previsão de Rapoport sobre o possível fim da onda religiosa em 2004. No entanto, os grupos jihadistas com vínculos com a Al-Qaeda e o Estado Islâmico ainda estão em evidência, o que demonstra que estão longe de desaparecer. Isso se deve à forma como recrutam membros, ao suporte e aos simpatizantes que possuem, bem como à maneira como se adaptam às mudanças da sociedade, refinando seus modi operandi constantemente.

Podemos até questionar se haverá uma quinta onda do terrorismo e, caso ocorra, qual será sua denominação. À medida que essa onda religiosa aperfeiçoa seus modi operandi, evidencia sua longevidade. Ela continuará mantendo a essência do terror – atentados suicidas, explosivos improvisados –, ao mesmo tempo que se adapta e acompanha a evolução tecnológica, incluindo o ciberterrorismo.

As consequências do terrorismo, segundo Galito (2013), incluem a destruição de bens materiais, massacres, mortes de inocentes, e a disseminação de terror e medo nas pessoas e no próprio Estado, que se veem diante da vulnerabilidade e insegurança. Seus impactos envolvem coerção psicológica, terror/medo, enquanto sua operacionalidade abrange o meio local, nacional e internacional. As táticas empregadas pelos terroristas incluem táticas especializadas, sequestros, assassinatos e *hijacking*.

O terrorismo causa deslocamento de pessoas, o que leva muitas a imigrar, enquanto o sentimento contra os imigrantes se torna cada vez mais alarmante, não apenas na Europa, América do Norte e do Sul, e Ásia, mas também dentro do continente africano. O rápido crescimento da população africana é uma grande preocupação. Segundo a AGRA (2022), a África é atualmente o continente com o mais rápido crescimento populacional do mundo, e as

projeções indicam que, até 2050, um quarto da população global residirá no continente africano.

O rápido crescimento populacional pode ser um fator significativo para facilitar atividades terroristas, pois aumenta a superexploração de recursos limitados e espaços habitáveis, o que, por sua vez, intensifica as diferenças socioeconômicas e possivelmente dá origem a mais violência e terrorismo (*Institute for Economics & Peace, 2022, p. 55*).

Pode-se observar que, na atual conjuntura, o terrorismo está cada vez mais voltado para a eliminação do poder do Estado. Nota-se que os Estados, em todo o mundo, buscam mecanismos eficazes para combater ameaças internas e externas, recorrendo ao uso de estratégias de contraterrorismo. Observa-se também que os grupos terroristas frequentemente adotam novas estratégias contra seus oponentes, explorando diversas vulnerabilidades existentes na sociedade. Esses grupos buscam legitimar suas ações e lutas, utilizando a violência como meio para alcançar seus objetivos. Além de ameaçar a segurança dos países, o terrorismo compromete a estabilidade econômica das nações que o enfrentam.

Capítulo II: Terrorismo, grupos terroristas e separatistas da África Ocidental/Sahel

A Região do Sahel

O Sahel divide a África em duas partes: uma África majoritariamente islâmica ao norte e outra África cristã ao sul. A região do Sahel é conhecida como o cinturão da África. A região do Sahel não se limita apenas à parte da África Ocidental, mas também incorpora ou, melhor dizendo, atravessa vários países, tais como Senegal, Gâmbia, Mali, Nigéria, Níger, Mauritânia, Burkina Faso, Argélia, Camarões, Chade, Sudão, Sudão do Sul, Etiópia, Eritreia, Somália e Djibouti.

O Sahel (cinturão da África) é composto pelas partes oeste e leste do continente africano. O mapa a seguir ilustra claramente os países que compõem a região do Sahel.

Figura 2: Mapa da Região do Sahel na África



Fonte: (Britannica, 2024)

A palavra "Sahel" vem do árabe e significa "costa" ou "fronteira". Sua extensão territorial é imensa, abrigando povos, culturas e línguas diferentes. É caracterizada como uma região insegura devido aos conflitos de diversas naturezas, incluindo a atuação de grupos extremistas religiosos e o crime organizado, especialmente o terrorismo. “O conflito regional do Sahel é alimentado por um conjunto de problemas estruturais e conjunturais de naturezas distintas, que se articulam de forma complexa e em múltiplas escalas” (Moraes, 2022, p. 76). O Sahel é um lugar de extrema pobreza, marcado por conflitos diversos e pelos impactos das mudanças climáticas, que resultam em crises políticas e humanitárias, instabilidades e insegurança. A precipitação no Sahel varia drasticamente entre o Norte, que recebe cerca de 100-200 mm anualmente, e o Sul, que recebe cerca de 800 mm por ano. Os países do Sahel são facilmente afetados pelas mudanças climáticas, que provocam secas e inundações mais frequentes. O Sahel possui a maior concentração mundial de países classificados como "hotspots". Esses países têm maior probabilidade de entrar em colapso quando expostos a novos choques. Chade, Camarões, Guiné, Mauritânia, Níger e Nigéria são classificados como "hotspots" porque têm baixos níveis de resiliência e uma pontuação de ameaça catastrófica alta ou extremamente alta (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 53-58).

O terrorismo no Sahel alimenta-se de vários fatores que assolam a região. Sobrevive em condições físicas, humanas, climáticas e sociais muito adversas, devido à desertificação e à pobreza rural, mas também ao fraco desenvolvimento econômico, à fragilidade dos regimes políticos (a maioria dos países do Sahel é considerada internacionalmente como ‘Estados falidos’) e às elevadas taxas de desemprego entre populações que se dedicam, sobretudo, à agricultura e à pastorícia, embora, no litoral, também se dediquem em parte aos serviços (Galito, 2013, p. 16).

Lounnas (2018, p. 2) afirma que "o Sahel é caracterizado por Estados fracos e falidos que são incapazes de fornecer segurança e redistribuição econômica para seus cidadãos, o que, por sua vez, levou à promoção de todos os tipos de atividades econômicas ilegais". Por isso, o terrorismo ganha cada vez mais espaço na região. Os principais grupos terroristas na África Ocidental e no Sahel são Boko Haram, Ansaru, Estado Islâmico na África Ocidental (ISWA), Al-Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen/Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (JNIM), Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS), Movimento para a Unificação e a Jihad na África Ocidental (MUJAO), Ansar al-Dine, Katiba Macina, Ansar al-Islam. E os principais grupos separatistas na África Ocidental são Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND), Povo Indígena de Biafra (IPOB), Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), Frente Nacional para a Libertação de Azawad (FLNA) e o Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC).

Em 2021, três países na região do Sahel — Níger, Mali e Burkina Faso — estavam entre os dez mais afetados pelo terrorismo. Esses países registraram aumentos significativos nas mortes relacionadas ao terrorismo, com 81, 174 e 74 mortes, respectivamente. A região do Sahel foi responsável por 35% das mortes globais por terrorismo em 2021, um forte contraste com o mero um por cento registrado em 2007 (Institute For Economics & Peace, 2022, p. 4). A segurança do Estado é um elemento crucial na proteção de seus cidadãos. A segurança nacional é responsabilidade do Estado, e, com as crescentes ameaças à segurança, essa responsabilidade se torna cada vez maior. De acordo com Jackson e Sorensen:

As políticas adotadas e as ações empreendidas para um Estado para enfrentar ameaças reais ou potenciais, internas e externas, e garantir a segurança de seus cidadãos. Essa é uma das responsabilidades fundamentais do Estado para com o seu povo na verdade, a responsabilidade fundamental do Estado, segundo a visão realista de RI. Antes do advento do Estado e do sistema de Estados, a segurança era garantida pela família, pelo clã, pelo líder militar, ou por alguma outra entidade de base local; essa responsabilidade, entre outras, foi gradualmente transferida para o Estado (Jackson e Sorensen, 2013, p. 430).

O Boko Haram é um grupo que atua fortemente na região do Sahel. As ações terroristas do Boko Haram têm maior concentração nos países da África Ocidental. A região enfrenta grandes desafios em relação à paz e segurança, não apenas devido ao crime organizado, mas também às instabilidades políticas, às violações dos direitos humanos e às crises humanitárias, algumas provocadas por mudanças climáticas, que resultam em grandes deslocamentos populacionais, além de pobreza e fome. Esses elementos oferecem uma compreensão clara da fragilidade da segurança na África Ocidental frente às violências do

terrorismo na região.

De acordo com Blanchard (2016, p. 4), a ONU estimou, em 2016, que a violência na região da Bacia do Lago Chade, causada pelo Boko Haram, provocou o deslocamento de cerca de 2,8 milhões de pessoas, e cerca de 5,6 milhões precisaram de ajuda alimentar de emergência. As Nações Unidas (2023) relatam que grupos armados continuam a espalhar violência nos quatro países que fazem fronteira com o lago (Chade, Níger, Nigéria e Camarões), após quase 13 anos de conflito. Estima-se que 2,9 milhões de pessoas estejam deslocadas internamente e que 5,6 milhões estejam em risco de insegurança alimentar aguda, incluindo dois milhões apenas na Nigéria. O combate ao terrorismo na região deixou de ser uma questão de preocupação individual de cada Estado soberano e passou a ser uma preocupação coletiva da região, dos países membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e de toda a região do Sahel. “Analisar a região do continente africano, particularmente a África Subsaariana, é um trabalho árduo que deve ser feito sem esquecer as peculiaridades de cada país” (Gonçalves, 2018, p. 12).

Observo que houve e continua a haver um fracasso entre os países do Sahel na coordenação das ações para combater o terrorismo na região. Em 2021, a iniciativa unilateral do Mali em recrutar mercenários russos (o grupo chamado Wagner) para combater o terrorismo na região deveria ter sido uma ação coordenada entre os países da região, juntamente com o apoio da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que é uma organização regional tão importante na África Ocidental. Os problemas e conflitos na África Ocidental são de várias naturezas e interesses, o que influencia a decisão política comunitária, além dos interesses estrangeiros que também exercem influência. De acordo com Krause e Williams:

Os acordos de segurança regional em áreas que se considera envolverem os interesses vitais das grandes potências têm autonomia limitada na gestão de conflitos locais. Nestas áreas, a dependência dos estados locais em relação a garantias de segurança externa (daí a frequente intervenção de grandes potências em conflitos locais) continuará a frustrar as perspectivas de soluções regionais para problemas regionais (Krause e Williams, 1997, p. 315).

Isso tem sido um problema para os países da África Ocidental, pois são frágeis em termos de segurança e necessitam de ajuda externa para manter a segurança na região. Por exemplo, as tropas dos Estados Unidos e da França operaram em Agadez, no Níger, no combate ao terrorismo. Além disso, há sinais crescentes de interesse chinês no Sahel. Pequim contribuiu com US\$ 45,5 milhões para as operações de segurança e contraterrorismo da Força Conjunta do G5 Sahel (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 51). Nesta pesquisa, é

necessário avaliar os interesses das grandes potências ocidentais na África Ocidental.

As ações do governo nigeriano contra o Boko Haram têm sido constantemente brutais e contraproducentes (Walker, 2012). Houve brutalidade e excessos por parte das forças de segurança (Cierco e Belo, 2016, p. 136). “A JTF [*Joint Task Force*] foi acusada de graves violações dos direitos humanos, assassinatos em massa, execuções extrajudiciais, abuso físico, detenções secretas, extorsão, incêndio de casas e roubo de dinheiro durante ataques” (Oarhe, 2013, p. 66). Esses abusos e violações dos direitos humanos restringiram a assistência à segurança da Nigéria por parte dos Estados Unidos. O Reino Unido, um provedor de equipamentos de treinamento, proibiu a venda de armamentos letais para a Nigéria (Blanchard, 2016, p. 14). Esses abusos e violações dos direitos humanos não apenas aumentaram a insatisfação da população nos estados do Norte, como também minaram a credibilidade do Estado nigeriano em combater de forma eficaz, inteligente, estratégica e proativa o Boko Haram. Além disso, pode ter alimentado o apoio ao Boko Haram por parte daqueles que perderam familiares nas execuções extrajudiciais.

A falta de coordenação sempre levará a região ao fracasso ou colapso em termos de segurança. O problema de segurança na região do Sahel não é apenas militar e econômico, mas também político e requer uma solução sob uma perspectiva política, com um processo político inclusivo, no qual a União Africana e a comunidade internacional possam apoiar as iniciativas e os esforços regionais e locais no combate ao terrorismo.

Havia indícios de infiltração do Hezbollah e da Al-Qaeda na Península Arábica (AQAP) na África Ocidental. Em 25 de dezembro de 2009, um militante nigeriano da AQAP tentou detonar explosivos escondidos em suas roupas durante um voo internacional com destino aos Estados Unidos — um ataque que os líderes da AQAP descreveram como vingança pelos ataques aéreos apoiados pelos EUA no Iêmen contra o grupo (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024). A AQAP é um grupo militante islâmico com sede no Iêmen, formado em janeiro de 2009 por meio de uma união de combatentes radicais sauditas e iemenitas da Al-Qaeda (CFR STAFF, 2015; The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024).

A crescente presença do Hezbollah e da AQAP na África Ocidental representa uma grande ameaça à segurança da região. Isso foi evidenciado pela prisão e indiciamento de dois cidadãos nigerianos que foram flagrados aceitando grandes somas de dinheiro da AQAP para recrutar potenciais membros na Nigéria. Além disso, o reconhecimento terrorista está auxiliando o grupo militante libanês Hezbollah na arrecadação de fundos e no recrutamento de pessoas em Serra Leoa, Costa do Marfim, Gâmbia e Senegal. Muitas dessas organizações terroristas geram fundos para suas atividades por meio do envolvimento com o crime

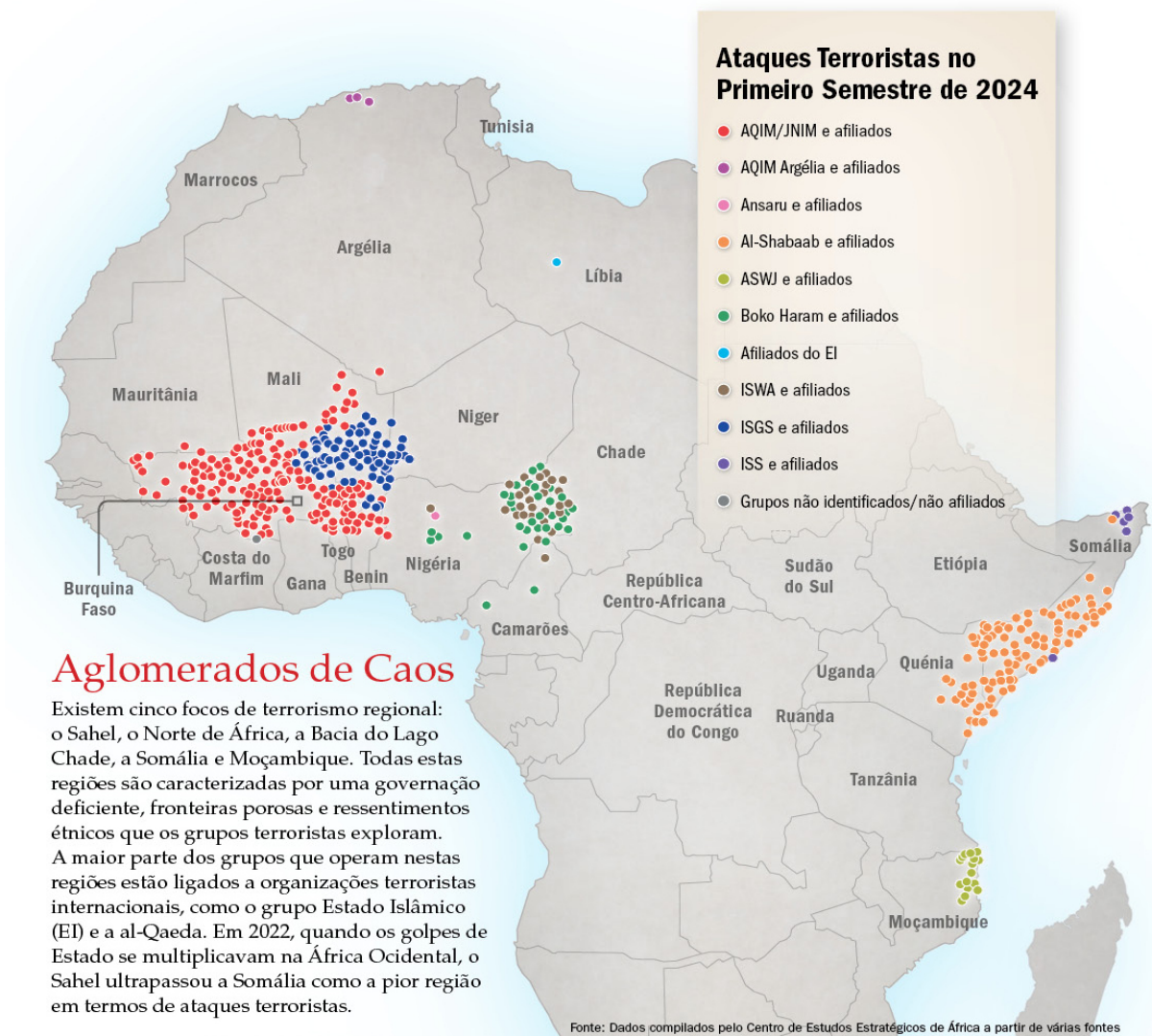
organizado transnacional e o tráfico de mercadorias ilegais (Pathak, 2017, p. 673).

É necessária a cooperação entre os países do Sahel e a intervenção ativa da CEDEAO para restabelecer a segurança e a paz na região. De modo geral, o objetivo da CEDEAO é unir a África Ocidental para promover o desenvolvimento, a paz e a segurança na região. Para que isso ocorra, é necessário que a segurança seja garantida, pois ela é um elemento fundamental para o Estado. Sem segurança, é impossível concretizar por completo a visão da CEDEAO de ter uma “África sem fronteiras” com um ambiente sustentável, financeiramente autônomo e favorável ao desenvolvimento duradouro.

Por outro lado, nossas críticas se direcionam à forma como a CEDEAO reage, com limitações, às ações terroristas. De acordo com Santos (2014, p. 4), “a CEDEAO não estagnou no que diz respeito à evolução de seu arcabouço institucional”. Ela é uma organização que possui o Sistema de Vigilância Multilateral (ECOMAC) e o Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (GIABA), ambos fundamentais para a coordenação de mecanismos políticos no combate às ações terroristas, privando-os de seus modos operandi de funcionamento e obtenção de recursos.

Nos últimos 15 anos, registou-se um aumento impressionante de 1.266% de ataques terroristas em todo o Sahel, e as mortes resultantes destes atos terroristas aumentaram 2.860% (Africa Defense Forum, 2025). A África Subsaariana, particularmente o Sahel, tornou-se o epicentro global do terrorismo, tendo um grande impacto nos padrões e na geografia dos fluxos de financiamento do terrorismo (GAFI, 2025). O gráfico e o mapa seguintes mostram como o Sahel, uma das áreas regionais com maior incidência de atividades terroristas, lidera o ranking das atividades terroristas em 2024.

Figura 3: Sahel no mapa e no gráfico do ranking de ataques na África



Fonte: Disponível em: (Africa Defense Forum, 2025).

Em 2022 e 2023, o Burkina Faso sofreu mais de 270 ataques a escolas, incluindo raptos, destruição de edifícios e ameaças dirigidas a pais e professores. Como resultado da

insegurança persistente, 6.100 escolas no país foram encerradas na primavera de 2023. Em 2024, o Benim registou 173 mortes resultantes da violência islamista, e o Togo registou 69 mortes (Africa Defense Forum, 2025).

As consequências do terrorismo impactam negativamente a vida da população, que tem de lidar com escolas fechadas, hospitais e unidades de saúde destruídos, falta de eletricidade e de serviços básicos de saúde, casas, igrejas, mercados e outras propriedades públicas e privadas incendiadas, para além das vidas humanas perdidas.

Para além do Sahel, o terrorismo representa uma ameaça regional para a África Ocidental. Os extremistas e os terroristas representam uma ameaça à segurança na região, uma vez que as suas ações transcendem as fronteiras nacionais. Criam organizações terroristas capazes de mobilizar indivíduos de diferentes origens e de realizar atos transnacionais de violência e terrorismo.

Extremistas e terroristas impactam negativamente a coesão social na região; por exemplo, indivíduos de grupos étnicos hausa, kanuri e fulani estão envolvidos em atos de violência e terrorismo na Nigéria. Quando um indivíduo desses grupos é identificado por outros grupos étnicos, pode ser visto ou associado a atos de terrorismo ou violência, mesmo que não seja terrorista nem apoie ideias terroristas ou a violência. O impacto negativo do extremismo e do terrorismo pode criar divisões sociais, exacerbar tensões e minar a coesão social e as relações pacíficas dentro das comunidades e aldeias.

A África Ocidental é o lar do grupo etnolinguístico Hausa-fulani. Alguns fulanis reivindicam ascendência semita, enquanto os hausas são originários da África Ocidental. A região norte da Nigéria é o lar do povo hausa. A maioria dos hausas são agricultores. Os fulanis são frequentemente descritos como nómadas devido ao seu modo de vida e à prática da criação de gado. Shehu Usman Dan Fodio é reconhecido por ter trazido os fulanis para a Nigéria. O povo fulani, por vezes, considera-se excepcional. São líderes proeminentes do Islão na Nigéria e são responsáveis pela maioria dos emires do país (Chukwu, 2025).

Boko Haram

Segundo Mantzikos (2013, p. 7), “durante os últimos anos, o fenómeno Boko Haram tem dominado os debates políticos entre académicos e decisores políticos interessados na política nigeriana e africana”. O que é Boko Haram (BH)? O Boko Haram é um grupo fundamentalista criado em 2002. Ele possui laços com a Al-Qaeda³. Segundo Walker (2012),

³ Al-Qaeda (Afeganistão, islamitas), “Al Qaeda, liderada e financiada pelo saudita Osama Bin Laden. Procura criar um único estado para todos os muçulmanos, um estado que já existiu e que seria governado pela Sharia, a lei islâmica” (Rapoport, 2002, p. 9).

o Boko Haram tem conexões com outros grupos extremistas jihadistas globais na região do Sahel, como a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, o Ansar Dine, no Mali, e o Al-Shabaab, na Somália (Mantzikos, 2013, p. 7).

As ações do Boko Haram envolvem sequestros, assassinatos e explosões de edifícios com bombas⁴. Segundo Lounnas (2018), as atividades criminosas ilegais no Sahel de organizações jihadistas incluem tráfico de seres humanos, tráfico de drogas, tráfico de armas, sendo o sequestro a principal fonte de receita. O Boko Haram ataca pequenas vilas, escolas, hospitais, universidades, igrejas cristãs, bares, ônibus, mercados, pessoal de segurança, líderes comunitários e religiosos, e políticos. O Boko Haram usa táticas tradicionais de “*hit and run*”, dispositivos explosivos improvisados (*IEDs*), assassinatos seletivos, tiroteios e atentados suicidas. O grupo utiliza táticas similares às de outras organizações terroristas, como as do Talibã do Afeganistão, para atacar infraestruturas críticas, como instalações de telecomunicações, para alcançar seus objetivos estratégicos (Onuoha, 2013, p. 17). O Ministro da Educação nigeriano, Sr. Adamu, revelou em um workshop que, desde 2009, os insurgentes do Boko Haram mataram mais de 2.295 professores, destruíram 1.400 escolas e deslocaram 19.000 pessoas no nordeste da Nigéria (UNICEF, 2017; Centro para o Desenvolvimento e Democracia, 2018, p. 7).

O Boko Haram é uma das principais organizações terroristas do continente africano. Mohammed Yusuf foi considerado o fundador desta organização jihadista fundamentalista islâmica sunita. A organização teve sua origem no norte da Nigéria, em Maiduguri, no Estado de Borno. Os habitantes locais de Maiduguri chamam o Boko Haram de “Talibã” ou “Talibã Nigeriano” (Onuoha, 2013, P. 18), mesmo não havendo evidências de ligações com o Talibã do Afeganistão (Adibe, 2013, p. 11). Ustaz Muhammad Yusuf é natural da aldeia de Girgir, Jalasko, no Estado de Yobe, Nigéria, e nasceu em 29 de janeiro de 1970. Yusuf recebeu educação corânica no Chade e na República do Níger, após se matricular, e apresentou princípios que denunciavam duramente a educação ocidental e a civilização como “*taquut*” (mal) (Salaam, 2013, p. 47).

“*Boko*” em língua *Hausa* significa “educação ocidental” e “*Haram*” em árabe significa “pecado”. Numa tradução literal, “Boko Haram” significa “educação ocidental é sacrilégio”, ou seja, “educação ocidental é pecado”. A melhor tradução, de acordo com Mantzikos, é “civilização ocidental é pecado”; o Boko Haram se opõe claramente à civilização ocidental,

⁴ O Boko Haram ganhou reconhecimento internacional em agosto de 2011, quando bombardeou o edifício das Nações Unidas em Abuja, causando a morte de 23 pessoas.

que inclui a educação ocidental. O grupo prefere ser conhecido por seu nome em árabe, “*Jama’atu Ahlis Sunna Lidda’awati Wal-Jihad*” – que significa “Pessoas Comprometidas com a Propagação dos Ensinamentos do Profeta e da Jihad” (Adibe, 2013, p. 11; Onuoha, 2013, p. 18). Tanto a civilização quanto a educação ocidental devem ser proibidas para todos os muçulmanos (Salaam, 2013, p. 47).

O Boko Haram tem as seguintes características fundamentais: sunita, salafista, jihadista e wahabista. Os sunitas e xiitas são duas seitas da religião islâmica. Segundo Cotrim, os sunitas

defendem que o chefe do Estado muçulmano (califa) deve reunir sólidas virtudes (honra, respeito pelas leis, capacidade de trabalho), mas não acham que ele deve ser infalível ou impecável em suas ações. Além do Alcorão, aceitam como fonte de ensinamentos religiosos as sunas, livro que reúne o conjunto de tradições recolhidas com os companheiros de Maomé (Cotrim, 1995, p. 125)

O objetivo principal é instituir o islamismo como a religião do Estado, implementar a Sharia (a lei islâmica) e combater o secularismo e a corrupção. A lei islâmica ou Sharia é aplicada em 12 estados do norte da Nigéria para julgar questões criminais e civis para os muçulmanos (Blanchard, 2016, p. 3). O wahabismo é uma leitura e interpretação radical do islamismo; com base no Alcorão e nas Sunas, o wahabismo clama pelos ensinamentos originais do Islã, o puro Islã (Britannica, 2024). “O jihadismo salafista é uma interpretação específica do salafismo que exalta o recurso à violência para conseguir essa mudança radical” (Onuoha, 2013, p. 18).

Yusuf tinha muitos seguidores, e novos membros vindos de estados próximos como Yobe, Katsina, Kaduna, Bauchi, Adamawa, Gombe e Kano estavam se juntando. Yusuf estava determinado a divulgar sua mensagem e promover pontos de vista religiosos extremistas através do uso da violência. O radicalismo de Yusuf era marcado pela intolerância ideológica, uma demonstração de amargura e hostilidade para com aqueles que discordavam ou contradiziam suas crenças na adesão aos princípios ortodoxos do Islã. Yusuf e seu grupo usavam termos degradantes específicos, como *'kuffar'* (descrentes; aqueles que negam a verdade) ou *'fasiqun'* (infiéis), para estigmatizar indivíduos que não apoiavam seu movimento (Salaam, 2013, p. 48-49).

O Boko Haram escolhe alvos com base em etnicidade e religião no Norte; os cristãos e os Igbos foram alvos do Boko Haram. Os Yorubas são predominantemente cristãos, enquanto os Hausa-Fulani são muçulmanos (Solomon, 2013, p. 31). Os ataques do Boko Haram contra cristãos criaram um sentimento de divisão entre muçulmanos e cristãos no Estado mais populoso da África (Pathak, 2017, p. 679).

A radicalização do Boko Haram aumentou após a repressão do governo nigeriano em 2009, que resultou na morte de cerca de 800 pessoas, a maioria delas pertencentes ao grupo terrorista. O líder Mohammed Yusuf foi morto durante o ataque, enquanto estava sob custódia policial. O grupo retaliou pelo assassinato extrajudicial de seu líder, realizando seu primeiro ataque terrorista em Borno, em janeiro de 2010, no bairro Dala Alemderi, em Maiduguri, causando 4 mortes. Após a morte do líder, Abubakar Shekau assumiu a liderança do grupo (Adibe, 2013, p. 10).

O grupo terrorista semeou o terror na Nigéria e realizou vários ataques no país. A ofensiva do governo nigeriano contra o grupo provocou retaliações violentas do Boko Haram. O Boko Haram explodiu a sede da ONU em Abuja, em 26 de agosto de 2011, causando 23 mortes e dezenas de feridos; atacou o Estado de Kano em 20 de janeiro de 2012, resultando na morte de mais de 185 pessoas. Em junho de 2016, o Boko Haram bombardeou a sede da polícia nigeriana com um atentado suicida em Abuja, a capital administrativa e política da Nigéria (Adibe, 2013, p. 10). A Tabela 1 apresenta o cronograma das ações notórias do Boko Haram. Esses dados são mais do que suficientes para caracterizá-lo como uma organização terrorista que ameaça à paz, a estabilidade e o desenvolvimento regional.

Tabela 1: Ações terroristas do Boko Haram

Data	Ações do Boko Haram
2009	A ofensiva do governo nigeriano causou 800 mortes, a maioria pertencente ao grupo terrorista.
Janeiro de 2010	Ataque terrorista no bairro Dala Alemderi, na metrópole de Maiduguri, resultou em 4 mortes.
26 de agosto de 2011	O Boko Haram bombardeou o edifício da ONU em Abuja, causando 23 mortes e dezenas de feridos.
Janeiro de 2012	O ataque do Boko Haram no estado de Kano provocou mais de 185 mortes.
Mai de 2013	O Boko Haram divulgou um vídeo afirmando ter sequestrado mulheres e crianças como reféns, em resposta à prisão das esposas e filhos dos membros da organização.
Abril de 2014	276 meninas foram sequestradas na escola Chibok; até abril de 2021, mais de 100 crianças continuavam desaparecidas, e 6 foram mortas.
Abril de 2014	75 pessoas foram mortas em um atentado a bomba em uma estação de ônibus em Abuja.
Mai de 2014	Morte de 20 pessoas por bomba, 20 dias antes do Fórum Econômico Mundial.
Mai de 2014	Entre 130 e 300 pessoas foram mortas em ataques ao mercado em Gamboro, no estado de Borno.
Mai de 2014	O Boko Haram matou mais de 300 pessoas em Gamboro.
Janeiro de 2015	Nas cidades de Baga e Doron Baga, houve mortes por bombas. De acordo com o governo, foram 150 mortes, mas segundo a Anistia Internacional e com base em imagens de satélites, pelo menos 2.000 pessoas foram mortas e mais de 3.700 estruturas destruídas. Moradores deixaram suas residências sem tempo de contar e enterrar os mortos.
Fevereiro de 2015	Na cidade de Fotokol, no norte dos Camarões, mais de 90 civis foram mortos e 500 ficaram feridos.
Outubro de 2015	Um ataque suicida no oeste do Chade matou 47 pessoas.
Junho de 2016	O Boko Haram bombardeou a sede da polícia militar em Abuja, capital do país.
Junho de 2020	176 civis foram mortos em uma vila perto de Maiduguri, capital do estado de Borno.

23 de fevereiro de 2021	Ataque de foguete do Boko Haram matou 16 civis, incluindo 9 crianças, em Maiduguri.
9 de abril de 2021	Ataque do Boko Haram matou 5 civis, sequestrou 30 mulheres, incendiou cerca de 50 casas, bem como igrejas, edifícios do governo, escolas e outras propriedades. Cerca de 5.000 pessoas foram deslocadas para comunidades vizinhas.

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados de (Adibe, 2013; Blanchard, 2016; The Independent, 2015; U.S. Department of State, 2017; Cierco e Belo, 2016; Statista, 2023).

“Os acadêmicos que trabalham com teorias do Estado e estudos pós-coloniais entendem o grupo como um sintoma do fracasso do Estado nigeriano” (Mantzikos, 2013, p. 7). Essa atribuição do fracasso do Estado nigeriano está associada às questões política, econômica, social e religiosa. O Norte da Nigéria é considerado pobre e é majoritariamente muçulmano, enquanto o Sul do país é consideravelmente rico e majoritariamente cristão. O contexto socioeconômico na Nigéria exacerbou o desequilíbrio econômico entre o Sul rico e o Norte (Solomon, 2013).

De acordo com Cierco e Belo (2016, p. 121-122), a Nigéria apresenta elementos de um Estado falido devido a problemas estruturais, fragilidades das instituições, segurança interna deficitária, incapacidade do Estado de encontrar soluções para garantir segurança e estabilidade, corrupção generalizada, pobreza, divergências étnicas e conflitos étnico-religiosos, e ausência de serviços básicos fundamentais para as condições de vida da população.

De acordo com o *Fragile States Index* (2024), dos 179 Estados frágeis, a Nigéria ocupa a 15ª posição em 2024. A Tabela 2 abaixo ilustra os valores dos indicadores de fragilidade da Nigéria, e a Tabela 3 mostra a sua posição no ranking entre 2006 e 2024.

Country	Rank	Measure Names	Measure Values	Total	Year
Nigeria	15 th	C1: Security apparatus	8.7	9.6	2024
		C2: Factionalized Elites	9.6		
		C3: Group Grievance	8.3		
		E1: Economy	8.9		
		E2: Economic Inequality	8.0		
		E3: Human Flight and Brain Drain	6.6		
		P1: State Legitimacy	8.3		
		P2: Public Services	8.9		
		P3: Human Rights	8.3		
		S1: Demographic Pressures	9.6		
		S2: Refugees and IDPs	6.1		
X1: External Intervention	5.3				

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados de *Fragile States Index* (2024).

Year	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Rank	22 nd	17 th	18 th	15 th	14 th	14 th	14 th	16 th	17 th	
Year	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

Rank	14 th	13 th	13 th	14 th	14 th	14 th	12 th	16 th	15 th	15 th
------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados de *Fragile States Index* (2024).

O Boko Haram é a organização terrorista mais letal da África Ocidental. De 2011 até 2023, é responsável por números alarmantes de mortes. Os estados do nordeste registraram o maior número de mortes: Borno, 38.255; Zamfara, 6.803; Kaduna, 6.198; Benue, 4.391; Adamawa, 4.127; Plateau, 3.768; e Yobe, 3.229 (Statista, 2023). O Boko Haram tornou-se uma organização terrorista extremamente radical e letal. A radicalização é um processo no qual uma pessoa começa a adotar crenças que justificam o uso da violência para promover mudanças sociais e, em seguida, passa a apoiar e utilizar ativamente meios violentos para alcançar objetivos políticos (Maskaliunaite, 2015, p. 9).

Observa-se que as motivações ideológicas do Boko Haram são baseadas na religião islâmica (a Sharia), a partir de uma leitura literal e interpretação radical do Alcorão e das Sunas, os quais acreditam que deveriam ser guias para toda a população nigeriana, opondo-se fortemente à educação ocidental. Este fundamentalismo religioso desrespeita o multiculturalismo e a pluriétnicidade que o Estado nigeriano possui. Adotar o islamismo como a religião oficial do Estado nigeriano desrespeita os valores fundamentais e as crenças múltiplas dos outros grupos étnicos e religiosos nigerianos. De acordo com Maskaliunaite (2015, p. 13), o fundamentalismo é “usado muito mais amplamente e não apenas no contexto religioso, mas também no político, significando aqui uma atitude rigorosa e intransigente e um apego inabalável a um conjunto de crenças”.

A Nigéria é um dos países multiculturais e multiétnicos do mundo, possuindo mais de 200 grupos étnicos e 500 línguas indígenas. Portanto, tornar o islamismo a religião oficial do Estado nigeriano torna os conflitos étnico-religiosos mais graves. Por exemplo, temos visto os cristãos dos estados do Norte sendo perseguidos pelo Boko Haram e os Igbos sendo atacados pelos Hausa-Fulani do Boko Haram (Solomon, 2013, p. 31). O Boko Haram desestabilizou o país nos últimos anos em níveis político, econômico e social, colocando em risco a unidade e o desenvolvimento nacional da Nigéria (Cierco e Belo, 2016, p. 122).

Nos últimos anos, muitos cristãos também foram mortos por pastores Fulani que praticam a jihad. Mais de 10.000 cristãos foram mortos na Nigéria por ladrões, sequestradores de rodovias, pastores jihadistas Fulani e Boko Haram (Statista, 2023). Essas ações do Boko Haram estão ligadas ao extremismo. "Os extremistas se esforçam para criar uma sociedade homogênea baseada em princípios ideológicos rígidos e dogmáticos; eles buscam tornar-se a sociedade conformista suprimindo toda oposição e subjogando as minorias" (Schmid (2013,

p. 9). O extremismo é frequentemente percebido como uma postura que se opõe aos princípios democráticos, direitos humanos, igualdade e tolerância (Maskaliunaite, 2015, p. 13).

É possível que haja reclamações quando o Estado não for capaz de garantir a segurança e o bem-estar da coletividade, que são algumas das principais finalidades de um Estado. No entanto, não é justificável que a religião ou o radicalismo religioso sejam usados para promover mudanças sociais, econômicas e políticas. O combate à má governação, à corrupção e às desigualdades econômicas e sociais não deve ser sinônimo de uso de violência extrema, assassinatos em massa, atentados a bombas contra civis e militares, escravização de mulheres e crianças e privação de liberdade e acesso à educação, conversão forçada de crianças cristãs ao islamismo e uso de mulheres e crianças com bombas suicidas para atacar lugares públicos e privados. Essas ações são simplesmente atos terroristas, extremistas e fundamentalistas que violam os princípios fundamentais dos direitos humanos.

A Nigéria é o país mais populoso da África. É um país africano que não está isento de problemas socioeconômicos. É rico em recursos naturais, mas a má liderança política e a corrupção impediram que o país resolvesse esses problemas. Segundo Salaam (2013, p. 50), os menos ricos experimentaram uma diminuição na riqueza, enquanto uma pequena parcela da classe política dominante viu um aumento na riqueza, levando a uma variedade de questões sociais, como a intolerância a diferentes religiões, a disseminação generalizada de falta de educação, organizações governamentais subfinanciadas, acesso limitado aos cuidados de saúde primários para a maioria e práticas eleitorais desonestas.

A narrativa apresentada pelo Boko Haram enfatiza que o governo é corrupto, indiferente e não representa os interesses da região norte (Siegle, 2013, p. 88). A ineficácia do governo em combater o grupo terrorista Boko Haram se deve à falta de vontade política, à questão étnica e aos simpatizantes da causa do grupo terrorista. As instituições governamentais sensíveis, como a legislatura, a presidência, o executivo, o judiciário e as forças de segurança, como a polícia e as forças armadas, foram infiltradas por este grupo (Oarhe, 2013, p. 86).

Em 2015, antes de Muhammadu Buhari, sucessor de Goodluck Jonathan, assumir como presidente da Nigéria, o relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos mostrou que a colaboração e a comunicação estavam ausentes entre as agências de segurança; havia corrupção, alocação inadequada de recursos, bancos de dados insuficientes, um processo judicial lento e treinamento insuficiente para promotores e juízes na aplicação da legislação antiterrorista (Blanchard, 2016, p. 10).

A Nigéria empregou a Lei do Terrorismo de 2011, revisada em 2013, para tornar ilegais as atividades terroristas e o financiamento. O UNODC e o Instituto Nigeriano de Estudos Legais Avançados lançaram o guia do usuário da Lei do Terrorismo para policiais e pessoal judicial em 21 de outubro, apesar de a estrutura legal antiterrorismo da Nigéria ter permanecido inalterada em 2021. O Departamento de Segurança do Estado (DSS), o Corpo de Segurança e Defesa Civil da Nigéria (NSCDC), o Ministério da Justiça e a Força Policial da Nigéria (NPF), que inclui uma Unidade de Contraterrorismo e uma Seção de Investigação Terrorista, estão entre as agências de segurança e execução que o Gabinete do Conselheiro de Segurança Nacional coordena. Os militares nigerianos, o NPF, o DSS, o NSCDC, a Alfândega e a Imigração compartilham a responsabilidade pela segurança das fronteiras. Entretanto, a coordenação entre as agências era limitada (U.S. Department of State, 2021).

A luta da Nigéria contra o terrorismo envolveu muitas agências. A Nigéria trabalhou com a Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF)⁵ com países vizinhos, como Benin, Camarões, Chade e Níger, para combater a atividade terrorista na região (U.S. Department of State, 2021). A MNJTF recebeu a tarefa em 2014 de pôr fim à insurgência do Boko Haram. A MNJTF tem 4 setores de operações: Mora, em Camarões; Boga Sola, no Chade; Manguno, na Nigéria; e Diffa, no Níger (Multinational Joint Task Force, 2024). Em 2011, os membros do Congresso dos Estados Unidos começaram a avaliar a potencial ameaça do Boko Haram. Em 2013, o Congresso o designou como *Foreign Terrorist Organization* (FTO), juntamente com sua fração Ansaru. A Nigéria recebeu apoio dos Estados Unidos com equipamentos, treinamentos, militares e conselheiros militares para combater o Boko Haram (Blanchard, 2016, p. 16). Um aspecto a ser considerado é o significativo ônus financeiro do terrorismo. Na Nigéria, ele representa 2,4% do PIB do país, o que é apenas cerca de um ponto percentual menor do que os gastos do governo com saúde (Statista, 2023).

Em 2021, acredita-se que Abubakar Shekau, líder do Boko Haram, tenha se suicidado quando o ISWAP atacou posições do Boko Haram na floresta de Sambisa, no nordeste da Nigéria (Jones, 2021). Grupos terroristas podem se dividir ou se fundir em outros grupos. Por exemplo, o Boko Haram se dividiu em três grupos: *Jama'at Ahl al-Sunna li-Da'wa wal-Jihad* (JAS) (o Boko Haram original), o Estado Islâmico da África Ocidental (ISWAP) e o Ansaru.

⁵ A Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF) foi criada em 1994 pela Nigéria para combater o banditismo armado transfronteiriço na região da Bacia do Lago Chade (LCB) e garantir um trânsito tranquilo ao longo da fronteira nordeste da Nigéria. Em 1998, tropas chadianas e nigerianas juntaram-se às tropas nigerianas para lidar com desafios comuns de segurança transfronteiriça na região do Lago Chade, e a região permaneceu sob controle até 2009, quando o Boko Haram provocou insegurança na região. Na 484ª Reunião de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Adis Abeba, em 29 de janeiro de 2015, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana autorizou o envio da MNJTF para apoiar os esforços dos Estados-Membros da LCBC e do Benim (Multinational Joint Task Force, 2024).

Houve violência entre os grupos como resultado da competição pela supremacia e domínio. Ansaru inicialmente criticava a morte de civis muçulmanos pelo Boko Haram sob a liderança de Shekau e focava primeiramente em alvos governamentais e estrangeiros, realizando sequestros e matando reféns estrangeiros (Blanchard, 2016, p. 7; Institute For Economics & Peace, 2022, p. 49).

O Estado Islâmico da África Ocidental ultrapassou o Boko Haram como o grupo terrorista mais mortal na Nigéria em 2021 devido à sua crescente presença em países vizinhos como Mali, Camarões, Níger e Burkina Faso. Era considerado uma grande ameaça à paz e à estabilidade na região do Sahel. O surgimento do ISWAP deveu-se aos laços que o Estado Islâmico tinha com o Boko Haram para ter centros regionais (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 49).

Ansaru

O Ansaru é conhecido como *Jama'atu Ansarul Muslimina Fi Biladis Sudan*, ou Vanguardas para a Proteção dos Muçulmanos na África Negra. É um grupo extremista que opera no noroeste da Nigéria (Blanchard, 2016, p. 7; Bruijne e Gehrling, 2024, p. 19).

O Ansaru, designado como Organização Terrorista Estrangeira em 14 de novembro de 2013, se separou do Boko Haram em janeiro de 2012. Sua liderança é incerta, embora Khalid al-Barnawi tenha sido um dos principais líderes até sua captura em 2016. O Ansaru tem como alvo civis, incluindo ocidentais e autoridades nigerianas, alegando defender os muçulmanos na África contra o governo nigeriano e os interesses internacionais. Ao contrário do Boko Haram, o Ansaru criticou este último por matar outros muçulmanos. Ataques notáveis incluem uma batida policial em Abuja em 2012 e o sequestro de um engenheiro francês no final de 2012. De 2014 a 2017, o Ansaru não reivindicou nenhum ataque. Estima-se que seu número de membros seja menor que o do Boko Haram (U.S. Department of State, 2017).

Em 2016, o Ansaru enfraqueceu após perder seus líderes e ter laços com pastores Fulbe. Em 2019, divulgou uma nota instando os Fulbe a se juntarem ao movimento. Alegadamente, o Ansaru colaborou com um grupo de bandidos Dogo Gide para proteção durante ataques e negócios de armas. As atividades relacionadas aos bandidos incluem roubo de gado, sequestro para resgate e compartilhamento de conhecimento operacional, como a montagem de dispositivos explosivos improvisados (*IEDs*). O grupo perdeu sua defesa, Damari, em julho de 2022. Em dezembro de 2023, Ansaru entrou em confronto com Dogo Gide na floresta Gajeren Kauye após o fim da aliança. Acredita-se que algumas de suas bases ainda possam existir em Kaduna, Zamfara e Katsina Ocidental (Bruijne e Gehrling, 2024, p.

21).

Estado Islâmico na África Ocidental (ISWAP)

O Estado Islâmico na África Ocidental (ISWAP) é um grupo terrorista que opera na região do Sahel. O ISWAP é afiliado ao Estado Islâmico (EI), um grupo extremista sunita que começou como afiliado da Al-Qaeda no Iraque e na Síria em 1999 e declarou um califado mundial em 2014. O Estado Islâmico adere principalmente a uma ideologia jihadista global, promovendo uma interpretação antiocidental do islamismo e defendendo a violência contra aqueles que não compartilham suas crenças. O objetivo inicial do EI era estabelecer um Estado islâmico de orientação salafista. Para disseminar sua ideologia em todo o mundo, o Estado Islâmico utilizou grupos afiliados, incluindo a Província do Estado Islâmico de Khorasan (ISKP) no Afeganistão e no Paquistão, bem como o ISWAP na África Ocidental. Tanto o EI quanto seus afiliados exploram as tensões entre muçulmanos sunitas e xiitas, alavancando a privação de direitos dos sunitas para obter e consolidar o controle sobre regiões do Iraque e da Síria. O Estado Islâmico conquistou territórios no Iraque e na Síria em 2015, incluindo Mosul, a segunda maior cidade do Iraque. No entanto, perdeu terreno em 2019 devido aos esforços militares internacionais liderados pelos EUA, que mataram seu líder, Abu Bakr al-Baghdadi, e mudou seu foco para a insurgência fora do Levante, particularmente na região do Sahel, na África Subsaariana (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 16).

De acordo com Kramer (2023), a Província do Estado Islâmico na África Ocidental (ISWAP) é um grupo insurgente e terrorista salafista-jihadista que surgiu em 2015 e se separou do Boko Haram em 2016 por discordar de Abubakar, o sucessor de Mohammed Yusuf Shekau, sobre a doutrina e a violência indiscriminada contra muçulmanos e civis. Shekau era considerado um líder autoritário. A Província do Estado Islâmico na África Ocidental visa criar uma província, um califado islâmico governado com base em uma interpretação literal da Sharia e enraizado no wahabismo e no salafismo. Estima-se que seu número de combatentes seja de 3.000 a 5.000. Abu Musab al-Barnawi, filho de Yusuf, tornou-se seu líder em 2016 (United Nations, 2020; Institute for Economics & Peace, 2022, p. 59).

Em 2019, Ba Idrisa tornou-se o líder do Estado Islâmico da África Ocidental e governador da província. Ele foi expurgado e executado em 2020, e al-Barnawi assumiu a liderança e foi substituído por Abu Abdullah ibn Umar al-Barnawi na liderança do EI. Outras sucessões de líderes ocorreram em 2021 e 2022, e Bako Gorgore e Abu Ibrahim foram mortos pela Força Aérea Nigeriana em 2022. A Província do Estado Islâmico na África Ocidental estabeleceu um governo paralelo e relações com as comunidades locais dentro do território

que controla, arrecadando impostos, fornecendo serviços de saúde, fornecendo um currículo escolar, facilitando o comércio, comprando produtos de agricultores e comerciantes locais, concedendo empréstimos, resolvendo disputas e combatendo o crime. Isso lhe permite acessar recursos, recrutar pessoas e abrigo. O ISWAP forneceu apoio para o custo de vida por meio de bolsas mensais a alguns membros e capitalizou o descontentamento da comunidade patrocinando clérigos críticos da corrupção e da democracia (Bruijne e Gehrling, 2024, p. 16).

Opera em muitos lugares e países, incluindo Nigéria, Sahel, Lago Chade, Camarões, Burkina Faso, Mali e Níger devido à sua sofisticação e organização. O ISWAP realizou vários ataques na Nigéria desde sua formação. Em junho de 2019, o grupo atacou bases militares em Marte e Kirenowa, repelindo o recuo das tropas nigerianas. Em maio de 2019, atacaram uma base em Gubio, matando pelo menos três soldados. Em dezembro de 2018, o ISWAP tomou a cidade de Baga e uma base próxima da MNJTF. Em 18 de novembro de 2018, atacaram uma base militar em Metele, matando mais de 100 soldados. Outros incidentes incluem a captura de uma cidade em setembro de 2018, ataques perto de Maiduguri em abril de 2018, que deixaram 18 mortos e 84 feridos, o sequestro de 110 estudantes em fevereiro de 2018 e um ataque à meia-noite em janeiro de 2017, que matou três soldados (United Nations, 2020).

Em 2021, o Estado Islâmico da África Ocidental foi responsável por vários ataques notórios. Em 21 de março de 2021, homens armados do ISWAP mataram 137 civis em três ataques coordenados na região de Tahoua, alegando que tinham como alvos membros da milícia pró-governo. Em 2 de janeiro de 2021, no Níger, agentes do ISWAP em motocicletas mataram cerca de 70 civis e feriram aproximadamente outros 17 na vila de Tchombangou, também afirmando que tinham como alvos membros da milícia pró-governo. Em 15 de março de 2021, no Mali, cerca de 100 agressores do Estado Islâmico da África Ocidental mataram 33 soldados e feriram outros 14 durante uma emboscada a uma patrulha militar na região de Gao, com as forças de segurança respondendo e supostamente matando 20 agressores. Em 16 de agosto de 2021, no Níger, homens armados filiados ao Estado Islâmico da África Ocidental mataram 37 civis em um ataque à vila de Daraidey, localizada na província de Tillabéri (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 10-11).

Houve três ataques pelos quais nenhuma organização terrorista assumiu a responsabilidade. Em 5 de julho de 2021, homens armados mataram pelo menos 160 pessoas e feriram mais de 40 na vila de Solhan, na região do Sahel, em Burkina Faso. Os agressores inicialmente atacaram membros de uma milícia das forças de defesa voluntárias antes de atacarem civis e incendiarem casas e um mercado. Em 6 de outubro de 2021, homens armados mataram pelo menos 30 membros da milícia que protegiam plantações de arroz na vila de

Sibi, na região de Segou, no Mali. Finalmente, em 3 de dezembro de 2021, homens armados mataram pelo menos 33 civis e feriram pelo menos outros sete durante um ataque a um ônibus público na região de Mopti, no Mali (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 10-11).

Al-Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen (JNIM)

O *Al-Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen* (JNIM) foi fundada em 2017 na região do Sahel, na África Subsaariana, como uma coalizão de grupos militantes salafistas-jihadistas, incluindo o Ansar Dine, a Frente de Libertação de Macina, o Al-Mourabitoun e a facção saariana da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico. Foi uma coalizão de filiados à Al-Qaeda que formou o JNIM em 2017 (Central Intelligence Agency, 2025).

Desde sua formação, o JNIM se expandiu por toda a África Ocidental, realizando atos de violência contra civis, forças de segurança locais e operações antiterrorismo envolvendo forças militares internacionais e forças de paz da ONU. O JNIM afirma que seus objetivos são motivar os muçulmanos a resistirem à opressão, expulsar as forças de ocupação da região do Sahel e impor a governança islâmica. Os líderes do JNIM identificaram a França e outras nações que a apoiam, bem como judeus e cristãos em geral, como seus adversários. O JNIM tem efetivamente aproveitado o descontentamento local em relação à governança, juntamente com as condições econômicas e sociais, especialmente no norte e centro do Mali, para intensificar seus esforços de recrutamento. As medidas antiterrorismo direcionadas ao JNIM incluem a Operação Barkhane, da França, iniciada em 2014 para remover grupos insurgentes dos cinco países parceiros: Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger. Em 2021, a França revelou seu plano de concluir a operação e retirar suas tropas da região até o início de 2022, devido às suas dificuldades em colaborar com os governos nacionais que continuaram a se envolver com organizações terroristas. Embora a França pretenda manter uma presença militar limitada na área como parte de uma missão internacional mais ampla, a diminuição dos esforços antiterrorismo provavelmente permitirá que o JNIM persista em sua campanha violenta em todo o Sahel (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 17-18).

O *Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin* é um grupo extremista que opera no Sahel e nos estados costeiros africanos de forma hierárquica, porém descentralizada, com presença no Mali, Níger, Benim (no oeste de Atacora e na Planície de Bariba) e Burkina Faso, bem como em suas fronteiras com Gana e Togo. Seus comandantes centrais e regionais supervisionam os Katibats, enquanto os comandantes locais gerenciam os Markaz. O Katibat do grupo é multiétnico, incorporando os grupos étnicos Fulbe e Gourmanche. O JNIM utiliza narrativas religiosas e socioeconômicas para expandir sua influência e recrutar membros (Bruijne e

Gehrling, 2024, p. 21).

Em 2021, ataques notórios perpetrados pelos terroristas do *Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen* incluíram um incidente em 18 de agosto, quando seus homens armados mataram 59 civis, 15 membros das forças de segurança e seis membros de milícias pró-governo, ferindo outros 19 durante um ataque a um comboio militar que escoltava civis na estrada entre Arbinda e Gorgadji, na região do Sahel, em Burkina Faso. Em 14 de novembro de 2021, homens armados do *Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen* mataram pelo menos 49 policiais e quatro civis em uma delegacia localizada perto de uma mina abandonada na região do Sahel, em Burkina Faso, por volta das 5h. Em 23 de dezembro de 2021, homens armados do *Jamaat Nusrat Al-Islam wal Muslimeen* atacaram um comboio de comerciantes sob escolta militar na região Norte de Burkina Faso, resultando na morte de pelo menos 41 civis, incluindo membros do grupo *Volontaire pour la Défense de la Patrie* (VDP), entre os quais um comandante sênior (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 10-11).

Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI)

Grupos como a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) têm buscado maneiras de posicionar sua luta como parte de um movimento ideológico, teológico, político, social, econômico e cultural mais amplo. Na última década, a AQMI ajustou sua abordagem para cultivar o apoio de certas facções dentro dos tuaregues, levando a alianças com grupos como *Ansar al-Dine*, *al-Murabitoun* e *Katiba Macina*. Existem três categorias de organizações terroristas que operam no Sahel. A primeira categoria consiste em entidades jihadistas transnacionais que mantêm conexões oficiais com a Al-Qaeda (AQMI, JNIM) ou com o Estado Islâmico (ISWAP, ISGS). A segunda categoria inclui grupos que se concentram em questões locais, enquadrando suas ações em um contexto étnico-nacionalista-religioso (*Ansar Dine*, *al-Mourabitoun* e *Katiba Macina*). A terceira categoria consiste em grupos que surgem em reação a circunstâncias e eventos específicos, como a Associação Dan Nan Ambassagou. Essa associação surgiu por volta de 2016, afirmando seu papel na autodefesa dos Bambaras que abrigam queixas contra os Fulanis. Outro exemplo são os Koglweogos (em *mooré*: *kogle*, "proteger"; *weogo*, "território"), que operam principalmente em Burkina Faso, totalizando cerca de 50 membros (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 49).

O Grupo Salafista para Pregação e Combate (GSPC), sediado na Argélia, foi fundado em 1998 por Hasan Hattab, ex-membro do Grupo Islâmico Armado (GIA), e inicialmente continuou a lutar contra o governo argelino, renunciando à matança de civis (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024; NCTC, 2023, Central Intelligence Agency, 2025). Ganhou

atenção internacional em 2003, após tomar 32 turistas europeus como reféns no Saara. Em 2003, estimou-se que o grupo obteve US\$ 100 milhões ou mais com o resgate de 50 reféns europeus e canadenses (Al Jazeera, 2013). A liderança do grupo mudou em 2003, quando Hasan Hattab foi deposto por radicais, incluindo Abdelmalek Droukdel, que aliou o GSPC à Al-Qaeda. Em 2006, o GSPC fundiu-se com a Al-Qaeda, tornando-se a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) em 2007. O grupo realizou vários ataques de alto perfil em Argel, incluindo um ataque suicida que matou 33 pessoas e explosões coordenadas que mataram mais de 40, incluindo 17 funcionários da ONU. A AQMI expandiu suas operações para o Sahel Ocidental, levando a conflitos com a Mauritânia, Mali e Níger, que receberam apoio militar dos EUA e da Europa (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024).

A AQMI é um grupo terrorista sunita que visa dismantelar governos e eliminar a influência ocidental na região, ao mesmo tempo em que estabelece a sharia (lei islâmica). Hassan Hattab fundou o GSPC (1998-2003) antes de ser preso. Nabil Sahraoui liderou de 2003 até sua morte em 2004, seguido por Abdelmalek Droukdel de 2004 até sua morte em 2020. Abu Ubaydah Yusuf al-Annabi lidera desde 2020 e foi designado terrorista pelo Departamento de Estado dos EUA em 9 de setembro de 2015. As táticas da AQMI envolvem o uso de armas de pequeno porte, metralhadoras, foguetes, minas terrestres, morteiros e dispositivos explosivos improvisados, conduzindo emboscadas em estilo guerrilha contra alvos militares e civis que incluem áreas turísticas e bases de manutenção da paz da ONU. Os membros foram responsáveis por operações de sequestro para resgate contra alvos estrangeiros e locais e, em alguns casos, executaram seus reféns. O grupo também obtém receita extorquindo grupos de tráfico de drogas e se envolvendo em mercados ilícitos de armas. Tem cerca de 500 a 1.000 combatentes; A maioria dos recrutas vem da Argélia, Mali e Mauritânia (NCTC, 2023).

Militantes da AQMI atacaram um resort costeiro em Grand-Bassam, Costa do Marfim, em 13 de março de 2016, matando três soldados das forças especiais e pelo menos 16 civis. Militantes da AQMI mataram 30 pessoas e fizeram cerca de 100 reféns quando atacaram um hotel de luxo e uma delegacia de polícia em Ouagadougou, Burkina Faso, em 15 de janeiro de 2016. Em 20 de novembro de 2015, a AQMI e a al-Murabitun atacaram o Hotel Radisson Blu em Bamako, Mali, matando 27 pessoas, incluindo um agente de desenvolvimento internacional dos EUA, e fazendo pelo menos 100 reféns. A usina de gás natural de In-amenas foi tomada pela organização dissidente da AQMI, Batalhão al-Mulathamun, no leste da Argélia, em 16 de janeiro de 2013, e 37 reféns morreram durante um resgate militar argelino. Em 11 de dezembro de 2007, em Argel, Argélia, a AQMI atacou os escritórios da

ONU e o Tribunal Constitucional da Argélia com carros-bomba, matando 60 pessoas (NCTC, 2023).

1. Batalhão al-Mulathamun

De acordo com Standford (2016), Mokhtar Belmokhtar fundou a Brigada Aqueles que Assinaram com Sangue, ou *Al Mulathamun*, em dezembro de 2012, mas ela foi dissolvida em agosto de 2013. Ela se separou da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI). O Batalhão *Al-Mulathamun* (AMB) também é conhecido como "Os Homens Mascarados" (Counter Extremism Project, 2019). O grupo visava combater os interesses ocidentais e estabelecer a lei Sharia no norte da África.

Em 16 de janeiro de 2013, o *Al Mulathamun* assumiu o controle de um complexo de gás da *British Petroleum* em In Amenas, Argélia, mantendo 800 reféns em retaliação à Argélia por permitir que a França usasse seu espaço aéreo contra forças rebeldes no norte do Mali. A crise terminou em 19 de janeiro, quando o exército argelino interveio, resultando em 69 mortes, incluindo 40 civis. Belmokhtar expandiu as operações de sua brigada da Argélia para o norte do Mali no início de 2012; um ano depois, a AQMI, o MUJAO, o Ansar Dine e o MNLA aproveitaram a ausência do Estado de Direito para invadir e ocupar o norte do Mali e, em abril, o exército malinês foi derrotado por terroristas. Ele se aliou ao MUJAO, fornecendo apoio militar crucial contra o MNLA durante as Batalhas de Gao e Timbuktu em junho de 2012, quando sua aliança foi rompida (Standford, 2016).

2. Al Muwaqqin

Al Muwaqqin é um grupo terrorista fundado por Mokhtar Belmokhtar em 2012 e que deixou de existir em 2013. Um membro sênior da AQMI argelino, Mokhtar Belmokhtar, casou-se com uma mulher de uma família árabe Bérabiche de Timbuktu e construiu laços com membros da comunidade. Ele usou esse relacionamento para recrutar pessoas (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 52; Zimmerman, 2020, p. 3).

Al Muwaqqin se separou da AQMI no final de 2012, quando Belmokhtar e seus seguidores deixaram a organização. Belmokhtar esteve envolvido na estratégia da Al-Qaeda para o Mali em 2012. O grupo rebelde tuaregue MNLA aproveitou politicamente o golpe no Mali em 21 de março de 2012 e declarou a parte norte do Mali um estado independente de Azawad em 6 de abril de 2012 (Standford, 2015; Imperato et al., 2025).

Belmokhtar discordou de outros líderes da AQMI, e o emir da AQMI, Abdelmalek Droukdel, supostamente suspendeu Belmokhtar do comando em outubro de 2012. Belmokhtar

declarou sua saída da AQMI em dezembro de 2012 com sua brigada, al Mulathamun (os Mascarados), que ficou conhecida como al *Muwaqqi'un Biddam* (Signatários com Sangue). A separação de Belmokhtar da AQMI apenas formalizou o que já estava em prática: ele havia operado de forma bastante independente da AQMI nos anos anteriores. Em seis meses, os homens de Belmokhtar realizaram dois grandes ataques terroristas — um em In Amenas, no leste da Argélia, e outro em Agadez e Arlit, no Níger (Zimmerman, 2020, p. 4).

3. Al Murabitoun

Al Murabitoun, ou Sentinelas, era um grupo militante salafista-jihadista. Foi fundado em agosto de 2013 por meio da fusão da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), da Brigada Aqueles que Assinam com Sangue, com o Movimento pela Unificação e a Jihad na África do Oeste (MUJAO), mas foi dissolvido em 2017 (Standford, 2015). Tanto Mokhtar Belmokhtar, líder da Brigada Aqueles que Assinaram com Sangue, quanto Ahmed el-Tilemsi, líder do MUJAO, contribuíram para a fundação de *Al Murabitoun* (Standford, 2015; BBC News, 2015).

O nome *Al Murabitoun* refere-se ao reinado almorávida da história norte-africana, que se concentrou na união dos muçulmanos, na luta contra inimigos externos, na instalação da lei sharia no norte da África e na união de grupos jihadistas do Nilo ao Atlântico para garantir a liberdade daqueles no norte do Mali que haviam sido "oprimidos" pelas injustiças e pelo imperialismo moderno do governo francês na região. Seus combatentes eram do norte e oeste da África, especialmente da Argélia, Mauritânia, Tunísia, Mali e Níger. Seu líder era um egípcio chamado Abu Bakr al-Nasri, que foi morto por forças especiais francesas no nordeste do Mali em abril de 2014, e Belmokhtar assumiu a liderança e reafirmou lealdade ao líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri (Standford, 2015).

O primeiro ataque do *Al Murabitoun* ocorreu em novembro de 2013, quando usou um dispositivo explosivo improvisado (*IED*) para atingir um veículo do exército malinês perto de Asongo e Menaka, Mali, resultando em quatro mortes, enquanto o número de feridos permanece desconhecido. *Al-Mourabitoun* e MUJAO realizaram dois atentados suicidas no Níger que mataram pelo menos 20 pessoas em maio de 2013. Em 11 de novembro de 2015, combatentes do *Al Murabitoun* e da Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) abriram fogo no Radisson Blu Hotel em Bamako, Mali, fazendo 170 pessoas reféns, a maioria das quais foi resgatada e vinte e duas pessoas foram mortas e duas ficaram feridas (Standford, 2015).

O ataque a um hotel na cidade de Sevare, no centro do Mali, em agosto de 2015, no qual pelo menos 19 pessoas foram mortas, foi atribuído à *Al-Murabitoun*. Seus combatentes

atacaram em Bamako em março de 2015, e cinco pessoas foram mortas em um restaurante (BBC News, 2015). Sob o comando de Belmokhtar, a *Al-Mourabitoun* operou no Mali, Burkina Faso e Costa do Marfim, realizando pelo menos 11 atentados suicidas e sequestrando diplomatas e trabalhadores humanitários. Em 19 de janeiro de 2017, o atentado suicida da *Al-Mourabitoun* em um acampamento do exército malinês nos arredores de Gao, Mali, matou 77 pessoas. A *Al-Mourabitoun* financiou suas atividades por meio de resgates por sequestros, atividades criminosas e contrabando regional de drogas (Counter Extremism Project, 2019).

Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS)

De acordo com as Nações Unidas (2020), em maio de 2015, Adnan Abu Walid Al-Sahraoui e seus seguidores juraram lealdade ao Estado Islâmico, separando-se de *Al-Mourabitoun*. A Agência de Notícias Amaq, do ISIL, reconheceu oficialmente esse juramento em outubro de 2016, divulgando uma declaração e um vídeo de Al-Sahraoui. O Estado Islâmico – Província do Sahel (ISSP), anteriormente conhecida como Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS), operou por um curto período no noroeste da Nigéria e na República do Níger. Em hauçá, as comunidades locais rotularam os extremistas violentos do ISGS como "*Lakurawa*". Inicialmente, em 2018, eles foram acolhidos por sua proteção contra bandidos, mas seu relacionamento azedou devido ao seu estilo de governança severo. Em 2019, um ataque no Estado de Sokoto, próximo à República do Níger, teria sido reivindicado pelo ISGS por meio de sua mídia oficial (Bruijne e Gehrling, 2024, p. 21).

O Estado Islâmico do Grande Saara (ISGS) opera principalmente ao longo da fronteira Mali-Níger e conquistou apoio no norte do Mali, contribuindo para uma insurgência salafista-jihadista em Burkina Faso. Desde sua formação, o ISGS realizou diversos ataques notáveis: em maio de 2019, emboscaram soldados nigerinos em Tongo, matando 28 pessoas. Em maio de 2018, sequestraram e executaram o líder local Hamada Ag Mohamed. Em janeiro de 2018, o ISGS lançou um ataque suicida contra forças francesas e, em outubro de 2017, atacaram soldados norte-americanos e nigerinos, resultando na morte de quatro americanos. Outros ataques incluíram um ataque a um posto militar no Mali em outubro de 2016 e um ataque à gendarmaria no Burkina Faso em setembro de 2016, ambos resultando em vítimas (United Nations, 2020).

Movimento para a Unificação e a Jihad na África Ocidental (MUJAO)

O Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (MUJAO) foi formado em 2011 como um grupo dissidente da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), mas foi

dissolvido em 2012. Seu primeiro ataque envolveu o sequestro de três trabalhadores humanitários em Tindouf, Argélia, em 23 de outubro de 2011. O MUJAO operou em conjunto com a AQMI, compartilhando objetivos e áreas geográficas no Sahel, e cresceu significativamente durante seus primeiros meses. Surgiu de conflitos internos dentro da *Al Moulathamoun*, liderada por Mokhtar Belmokhtar, principalmente por questões de liderança e participação nos lucros provenientes de resgates de reféns e tráfico de drogas. O MUJAO assumiu a responsabilidade por vários ataques, incluindo o sequestro de sete diplomatas argelinos em Gao, Mali, em 5 de abril de 2012, e ataques a bases da Gendarmaria Nacional na Argélia (United Nations, 2020).

No início de 2012, capitalizou os movimentos rebeldes do norte do Mali para tomar cidades como Gao e Bourem, adquirindo armamento substancial. Em novembro de 2012, o MUJAO aliou-se à *Ansar Eddine* e à AQMI, estabelecendo uma estratégia comum e escritórios ao norte de Gao (Nsaibia e Weiss, 2018, p. 21; United Nations, 2020). Iyad Ag Ghaly, líder da Ansar Dine, alinou-se à AQMI e ao MUJAO durante os conflitos contra as forças francesas e malinesas (United Nations, 2020). Jovens do sul do Mali, Senegal, Níger e outros países juntaram-se ao MUJAO sob a égide da "Polícia Islâmica". Houve uma coalizão religiosa entre três grupos: AQIM, MUJAO e Ansar al-Dine, que buscava impor a lei Sharia globalmente (Al Jazeera, 2013).

Ansar al-Dine

Ansar al-Dine é uma coalizão de tuaregues ifoghas e árabes berabiche no Mali que defendem a lei islâmica. Fundado por Iyad Ag Ghali, ex-líder tuaregue, o grupo visa evitar conflitos com o MNLA e a FLNA para evitar derramamento de sangue entre parentes. Seu porta-voz, Sanda Ould Boumana, tem conexões com a Al-Qaeda. Embora o Ansar al-Dine negue ligações com a Al-Qaeda, opera como uma rede local de apoio à AQMI, semelhante à relação entre o Talibã e a Al-Qaeda no Afeganistão. O grupo tem membros malineses e atua nas cidades de Gao, Timbuktu e Kidal, no norte do país (Al Jazeera, 2013).

Ansar al-Dine, MUJAO e AQMI formaram uma aliança na qual compartilham estratégias e escritórios comuns ao norte de Gao (United Nations, 2020). Ansar al-Dine é um grupo salafista-jihadista (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 52) e é conhecido como Ansar Dine, Ansar al-Din, Ancar Dine, Ansar ul-Din, Ansar Eddine e Defensores da Fé (U.S. Department of State, 2014).

O Ansar Dine esteve envolvido no golpe de Estado malinês de 2012, que derrubou o presidente Amadou Touré. O motim de 21 de março de 2012 levou ao golpe militar, resultante

da insatisfação com a forma como o governo lidava com o conflito no Norte, desencadeado pelo Ansar Dine, pelo MNLA e por militantes da AQMI em uma revolta para tomar o norte do Mali (Standford, 2015; Imperato et al., 2025).

Os militantes do Ansar Dine empregam ataques suicidas, veículos carregados de explosivos, foguetes, morteiros, granadas e rifles para atingir principalmente os militares francês e malinês, a força policial malinesa e a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA) (Standford, 2015).

Katiba Macina

Katiba Macina é um grupo jihadista salafista que opera no Mali. Também é conhecido como Movimento de Libertação de Macina ou Frente de Libertação de Macina (MLF) e, em francês, *Force de Libération du Macina*. Fundado em 2015 por Amadou Koufa, figura-chave na criação do JNIM (United Nations, 2020; European Council on Foreign Relations, 2019), o grupo esteve envolvido em inúmeros ataques contra as forças armadas malinesas, incluindo o ataque a Konna em janeiro de 2013, durante o avanço terrorista para o sul. Koufa esteve envolvido no recrutamento e treinamento para a AQMI e desempenhou um papel na definição da estratégia do grupo no Mali como membro do comitê judicial para a região do Grande Saara. Ele ajudou a facilitar a expansão das atividades do JNIM para o sul do Mali e ao longo da fronteira com Burkina Faso. Os agressores responsáveis pelos ataques de 2 de março de 2018 à embaixada francesa e ao quartel-general do exército burquinense em Ouagadougou receberam apoio logístico de um membro da katiba de Koufa (United Nations, 2020).

Katiba Macina promove uma interpretação rigorosa da sharia. Em 2016, iniciou operações no Delta do Níger, uma área conhecida por sua riqueza agrícola. Aproveitou as queixas das populações locais de Peul, a falta de justiça e as tensões sociais para alimentar o recrutamento jihadista. O grupo realizou ataques no sul e oeste do Mali, particularmente nas regiões de Segou e Koulikoro, perto da fronteira com a Mauritânia, visando forças das Nações Unidas, forças malinesas, forças francesas e civis (European Council on Foreign Relations, 2019).

Ansar al-Islam

Ansar al-Islam, ou Ansarul Islam, é um grupo militante islâmico burquinense ativo em Burkina Faso e Mali, com bases na província de Soum, no Norte, na floresta de Fhero, na floresta de Foulzare e duas em aldeias malinesas, Boulkessi e N'Daki. É o primeiro grupo jihadista nativo em Burkina Faso. Ibrahim Malam Dicko fundou o grupo em 2016. Ele faleceu

em maio de 2017 de causas naturais, e o seu irmão, Jafar Dicko assumiu a liderança. O Ansarul Islam tem suas raízes na rede religiosa estabelecida pelo imã radical Djibo Boureima Dicko em 2012, que defendia a fraternidade e a igualdade entre os diversos grupos sociais e étnicos em Burkina Faso. Boureima Dicko promovia uma interpretação radical do islamismo. O grupo supostamente busca restaurar o antigo império *Djeelgodji*, um antigo império fulani que desapareceu após a colonização francesa no século XIX. O Ansarul Islam coopera com a *Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin* (JNIM) (Zimmerman, 2020; Mapping Militants Project, 2018; Nsaibia e Weiss, 2018, p. 23).

O grupo é composto principalmente por grupos étnicos Fulani e Rimaibe, mas também inclui os grupos étnicos Mossi, Bellah (Tamasheq Negros), Dogons e Songhai. O Ansarul Islam tinha laços com o Ansar Dine, a Frente de Libertação de Macina e a AQMI. O comandante sênior da AQMI, Abu Bakr al-Shinqiti, contribuiu para o recrutamento, treinamento e fornecimento de recursos aos militantes do Ansarul Islam. O JNIM também enviou seus agentes para treinar militantes do Ansarul Islam (Mapping Militants Project, 2018; Fredericks e Levitt, 2022; Zimmerman, 2020; Nsaibia e Weiss, 2018, p. 24).

As táticas do Ansarul Islam envolvem múltiplas campanhas de assassinato, com ameaças e mortes a civis, execução, uso de armas de pequeno porte e morteiros, dispositivos explosivos improvisados e atividades criminosas, como roubos e roubo de gado. O Ansarul Islam ataca alvos civis, forças de segurança burquinabês, forças antiterrorismo francesas e infraestrutura governamental, incendiando escolas e prédios administrativos em todo o Sahel. Seu primeiro ataque ocorreu em 16 de dezembro de 2016, quando atacou um acampamento conjunto das forças militares e da gendarmaria burquinabês em Nassoumbo, Burkina Faso, destruindo veículos, apreendendo suprimentos militares e matando 12 pessoas. O grupo obteve apoio da Frente de Libertação de Macina e do subgrupo Katibat Serma do Ansar Dine. Logo após o ataque, os militantes declararam oficialmente o estabelecimento do Ansarul Islam. Em 3 de abril de 2017, o Ansarul Islam realizou seu primeiro ataque com dispositivo explosivo improvisado no Mali, matando dois pastores enquanto pastoreavam seus animais na floresta perto da aldeia de Moungnoukana. Em 17 de agosto de 2017, utilizou um ataque com dispositivo explosivo improvisado em Burkina Faso, que teve como alvo um comboio militar em Djibo, matando três pessoas e ferindo duas. De 23 de setembro a 2 de outubro de 2017, participou de pelo menos 8 ataques jihadistas que ocorreram no norte de Burkina Faso. Militantes alvejaram tropas burquinabês, forças de gendarmaria, postos militares avançados e civis usando dispositivos explosivos improvisados, armas de pequeno porte, fogo de morteiro e assassinatos, matando 11 pessoas. Em 26 de fevereiro de 2018, assassinou dois idosos perto

de sua casa em Djibo, Burkina Faso. Os homens, que eram membros do governo local, teriam recebido múltiplas ameaças do Ansaroul Islam (Mapping Militants Project, 2018; Nsaibia e Weiss, 2018, p. 24-25).

O Ansaroul Islam é mais do que apenas um grupo terrorista. Agiu como um grupo de autodefesa, protegendo comunidades das quais desfruta de apoio, bem como pastores e gado em uma região onde o banditismo, o roubo de gado e a violência intercomunitária são frequentes. Ao mesmo tempo, o próprio grupo se envolve em atividades como roubos localizados e roubo de gado (Nsaibia e Weiss, 2018, p. 24).

Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND)

O Movimento pela Emancipação do Delta do Níger, ou MEND, é um grupo militante da região do Delta do Níger, na Nigéria, com uma estrutura descentralizada. É composto por jovens da etnia Ijo. O Delta do Níger, na costa do Atlântico Sul da África Ocidental, é frequentemente chamado de "Rios de Petróleo". É uma região rica em recursos petrolíferos. O MEND projetou-se no cenário internacional em janeiro de 2006, ao declarar responsabilidade pela captura de quatro trabalhadores estrangeiros da indústria petrolífera (Hanson, 2007; EBSCO, 2023).

O MEND defendia os direitos dos habitantes do Delta do Níger, atacando a infraestrutura petrolífera do governo federal nigeriano e as empresas petrolíferas, em parceria com o governo federal, como forma de protesto contra a degradação ambiental, a desigualdade, o subdesenvolvimento, a fraude e a marginalização econômica. Os rendimentos dos Ijo provêm da agricultura, da caça e da pesca. Eles reconheceram que os habitantes do Delta do Níger não estão se beneficiando da riqueza subterrânea e dos riachos, manguezais e de uma das maiores áreas úmidas do mundo (Hanson, 2007; EBSCO, 2023). As reivindicações dos Ijo não têm conotações religiosas. Segundo Duffield (2010), o Delta está empobrecido, apesar de muitas décadas de extração de petróleo.

As táticas e ações do MEND incluem ataques a oleodutos, destruição de propriedades, sequestros, resgates, sabotagem, roubo, combate ao exército nigeriano e o ganho de bilhões de dólares com o roubo de petróleo bruto de oleodutos. De 2006 a 2007, eles reduziram a produção de petróleo da Nigéria em um terço, levando a aumentos nos preços globais do petróleo (Duffield, 2010; Hanson, 2007; EBSCO, 2023). As maiores empresas petrolíferas que operam na região do Delta do Níger incluem a *Royal Dutch Shell* (anglo-holandesa), a *AGIP* (italiana), a *Chevron*, a *Texaco* e a *ExxonMobil* (americana), além de empresas de serviços petrolíferos como a *Schlumberger* (americana) e a *Petrobras* (brasileira) (EBSCO, 2023).

O MEND não foi o primeiro grupo. Grupos militantes, compostos principalmente por jovens insatisfeitos com a incapacidade de encontrar emprego, proliferaram na década de 1990. O primeiro grupo insurgente do Delta a receber atenção internacional foi o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP). Liderado por Ken Saro-Wiwa, o grupo lançou uma campanha não violenta em 1990 contra o governo e a *Royal Dutch/Shell* para protestar contra a degradação ambiental e a negligência econômica da região. Os esforços do grupo levaram a *Shell* a cessar a produção em Ogoni em 1993. Saro-Wiwa e outros oito membros do MOSOP, os "Nove Ogoni", foram executados pelo regime militar em 1995. Grupos subsequentes, como o Conselho da Juventude Ijaw e os Vigilantes do Delta do Níger, foram organizados em nível de aldeia ou clã. Seus ataques foram planejados para extorquir fundos de curto prazo ou projetos de desenvolvimento municipal de empresas petrolíferas multinacionais. Em 2004, a Força Voluntária Popular do Delta do Níger (NDPVF), um grupo militante Ijaw liderado por Alhaji Mujahid Dokubo-Asari (os Ijaw são o quarto maior grupo étnico da Nigéria), ameaçou uma "guerra total" contra o governo nigeriano. O presidente nigeriano Olusegun Obasanjo ofereceu a Asari e a outro líder militante anistia e pagamentos em troca das armas de seus grupos. Quase um ano após esse acordo, Asari foi preso, acusado de traição e colocado na prisão, onde permanece. O MEND surgiu em janeiro de 2006, vários meses após a prisão de Asari (Hanson, 2007).

Grupos como a NDPVF, a Coalizão para Ação Militante no Delta do Níger (COMA), o Conselho Revolucionário Conjunto (JRC) e a Brigada dos Mártires se identificaram como MEND e trabalharam sob o nome do grupo. Acreditava-se que Jomo Gbomo fosse um porta-voz do MEND, e Brutus Ebipadei e o Major-General Godswill Tamuno eram os líderes (Hanson, 2007; EBSCO, 2023).

Desde a sua fundação, o MEND concentrou-se em três reivindicações principais: a libertação de Asari, 50% da receita petrolífera do Delta e a retirada das forças militares. Seu objetivo principal é o "controle de recursos", mas tem lutado para definir objetivos claros de longo prazo. Quando o MEND fez exigências específicas, como a restituição de US\$ 1,5 bilhão da *Shell* por danos ambientais — um valor já estabelecido pelos tribunais nigerianos — os resultados foram limitados. Uma trégua temporária após discussões com o governo fracassou quando as forças nigerianas mataram quinze membros do MEND em agosto de 2006. Desde então, o MEND intensificou seus ataques e adotou uma retórica mais agressiva (Hanson, 2007).

Sob a administração do presidente Umaru Musa Yaradua, o governo nigeriano promoveu um programa de anistia para que o MEND abandonasse suas armas e munições em

2009 e aceitasse a intervenção governamental na região, e o MEND aceitou. No entanto, as hostilidades retornaram em janeiro de 2010, quando o governo nigeriano não promoveu a capacitação profissional e os subsídios prometidos (Hanson, 2007; EBSCO, 2023).

Aqui está uma lista completa das ações e ataques do MEND, conforme relatado pela EBSCO (2023). Dezesete soldados nigerianos foram mortos por homens armados em lanchas em janeiro de 2006, enquanto operavam a estação de bombeamento de petróleo da *Shell* em Benisede. As instalações de processamento também foram danificadas. O MEND assumiu a responsabilidade em fevereiro pelo sequestro de nove trabalhadores internacionais do setor petrolífero, que foram libertados em abril. No dia seguinte, três trabalhadores da empresa italiana de serviços petrolíferos Saipem foram libertados após serem sequestrados de um ônibus corporativo em *Port Harcourt*, em maio. Em torno da vila de pescadores de Inagbe, a 48 quilômetros a leste de Lagos, um oleoduto que vazava combustível, no que parecia ser uma tentativa de desviar gasolina, explodiu, matando até 200 pessoas. O MEND matou vários soldados e sequestrou cinco coreanos em um complexo de gás natural da *Royal Dutch Shell* no delta sul em junho. O MEND detonou um carro-bomba em um complexo residencial da *Royal Dutch Shell* em *Port Harcourt* em dezembro de 2006. Na costa de Bayelsa, o MEND atacou a plataforma flutuante de produção e as instalações de armazenamento da *Chevron* em maio de 2007. A tripulação de um navio operado pela empresa italiana ENI foi feita prisioneira pelo MEND em 3 de maio de 2007. Um tripulante foi morto quando homens armados atacaram um navio da *ExxonMobil* no Delta em dezembro de 2007. Ataques a oleodutos da *Shell* em maio de 2008 interromperam a produção de 170.000 barris por dia. Após o sequestro de onze soldados, a Nigéria ataca enclaves do MEND. Dez por cento da produção nigeriana foi interrompida em junho devido ao ataque à unidade petrolífera da *Shell* em Bonga, localizada a mais de 112 quilômetros da costa. O MEND lançou a "Operação Furacão Barbarrosa" em setembro, com ataques no estado de Rivers, e declarou uma "guerra do petróleo" em todo o Delta do Níger, visando locais de produção e oleodutos, além de um cessar-fogo por tempo indeterminado após o envolvimento de líderes tribais locais. O cessar-fogo de setembro do ano anterior foi cancelado pelo MEND em janeiro de 2009. A Força-Tarefa Militar Conjunta Nigeriana lançou um ataque à milícia em maio. O governo nigeriano ofereceu anistia ao MEND em troca de desarmamento, mas o MEND recusou em junho. O coletor de petróleo de Okan, que alega controlar 80% do fluxo de petróleo bruto offshore da *Chevron* para uma plataforma de carregamento, foi atacado pelo MEND em julho, juntamente com uma cabeça de poço da *Shell*. A partir de 6 de agosto, o governo ofereceu aos militantes do MEND que entregassem suas armas sessenta dias de anistia, que incluía treinamento

profissional e um pagamento diário de US\$ 13. Ateke Tom, líder de uma facção do MEND que se opôs à anistia do governo, concordou em aceitar a oferta em outubro. O primeiro grande ataque a um oleoduto desde a anistia/cessar-fogo de 22 de dezembro foi realizado pelos rebeldes em dezembro. Um oleoduto da Chevron foi atacado por homens armados em janeiro de 2010, interrompendo o fluxo diário de aproximadamente 77.000 barris. O MEND lançou um ataque a um oleoduto da Shell em fevereiro. Um cessar-fogo que durou da década de 2010 à década de 2020 foi implementado em meados de 2014. Ekpemupolo Tompolo, ex-líder do MEND, foi preso sob acusações de corrupção em 2016, o que desencadeou uma onda de ataques. Para proteger o petróleo na região, o governo nigeriano, liderado pelo presidente Muhammadu Buhari, começou a recorrer a organizações políticas armadas e antigos grupos militantes no início de 2020. O roubo de petróleo aumentou no final de 2010 e, em 2020, o país começou a enfrentar uma crise financeira e o roubo de oleodutos aumentou. A região continuou a enfrentar instabilidade.

Povo Indígena de Biafra (IPOB)

O Povo Indígena de Biafra (IPOB) é um grupo separatista na Nigéria que busca restaurar a extinta República de Biafra. Em 1967, líderes Igbo declararam um estado biafrense, mas após uma guerra civil brutal, que resultou na morte de até um milhão de pessoas, a rebelião secessionista foi derrotada em 1970. O Povo Indígena de Biafra (IPOB) foi fundado em 2012 por Nnamdi Kanu. Eles acreditam que o governo central da Nigéria não está investindo na região. Em outubro de 2015, Nnamdi Kanu foi preso em seu hotel em Lagos pelas autoridades nigerianas. Ele foi acusado de "conspiração criminosa, intimidação e filiação a uma organização ilegal" — acusações que podem ser consideradas traição. Um relatório da Anistia Internacional afirmou que as forças de segurança nigerianas mataram pelo menos 150 pessoas durante os protestos pró-Biafra entre agosto de 2015 e agosto de 2016, conforme relatado pela BBC News em 2017. Este não foi o primeiro movimento a defender um estado independente em Biafra. O Movimento para a Atualização do Estado Soberano de Biafra (MASSOB) foi fundado em 1999 com o mesmo objetivo (Leavitt, 2023).

Desde 2021, o IPOB tem se envolvido em guerrilhas no sudeste da Nigéria contra o estado nigeriano. O país enfrentou um aumento nos ataques terroristas. Os ataques à polícia e às prisões na Nigéria aumentaram de um em 2020 para 75 em 2021, representando mais de um terço de todos os ataques naquele ano. Esse aumento foi amplamente atribuído ao acirramento dos confrontos entre as forças da lei e grupos separatistas como o Povo Indígena de Biafra (IPOB) (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 27).

Em 2009, Nnamdi Kanu fundou a Rádio Biafra em Londres, defendendo um estado independente para o povo Igbo, e discursou com as comunidades da diáspora Igbo para apoiar a independência de Biafra. Kanu chegou a sugerir que os biafrenses pegassem em armas contra o Estado nigeriano. Em um de seus discursos, ele disse: "Precisamos de armas e precisamos de balas" (BBC News, 2017). A diáspora abraçou a ideia de apoiar a independência de Biafra, assim como o IPOB USA:

O IPOB USA é o braço americano dos Povos Indígenas de Biafra. Nós, os Povos Indígenas de Biafra, buscamos a restauração do Estado-nação soberano, independente e judaico-cristão de Biafra. Também lutamos contra o terrorismo islâmico radical, patrocinado pelo Estado, que massacrou milhões de pessoas e está determinado a ocupar nossas terras e islamizar nosso povo. Biafra foi anexada à Nigéria – uma engenhoca colonial britânica com um péssimo histórico em governança e direitos humanos (Indigenous People of Biafra USA, 2019).

De acordo com os Povos Indígenas de Biafra EUA (2019), a razão para a restauração da independência de Biafra é que os governos nigerianos falharam intencionalmente em garantir a segurança da vida e da propriedade, o direito básico de cidadania, liberdade e paz, e falharam em proteger as pessoas do genocídio e do terrorismo islâmicos. O IPOB foi considerado uma organização terrorista pelo governo nigeriano, de acordo com a Lei Nigeriana de Terrorismo, em 2017 (Leavitt, 2023).

Mazi Nnamdi Okwu Kanu foi descrito como um homem corajoso pelo Povo Indígena de Biafra por lutar contra a opressão e a limpeza étnica do governo. Em 28 de abril de 2017, ele foi libertado da prisão sob fiança. Em 2020, o Povo Indígena de Biafra fundou a "Rede de Segurança Oriental" (ESN). Ela foi estabelecida como uma organização paramilitar para proteger os cidadãos biafrenses dos pastores fulani. É uma organização que visa garantir a segurança dos agricultores igbos. Em 19 de junho de 2021, o governo federal da Nigéria e o governo do Quênia, com a ajuda do governo britânico, enviaram Mazi Nnamdi Okwu Kanu de volta à Nigéria sem julgamento (Indigenous People of Biafra, 2025; Leavitt, 2023).

Em novembro de 2025, Mazi Nnamdi Kanu foi condenado pelo Tribunal Federal de Abuja à prisão perpétua por atos de terrorismo contra a Nigéria e o povo nigeriano, após uma batalha judicial de 10 anos (Enumah, 2025). O povo biafrense repudiou essa sentença. Muitos jovens protestaram contra a decisão do tribunal federal e criticaram o governo federal por prender Mazi Nnamdi Kanu, que defende a liberdade e a vida de seu povo contra o terrorismo fulani, em vez de prender terroristas que aterrorizam a vida de muitos nigerianos.

Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA)

O MNLA é um grupo rebelde tuaregue separatista secular que busca um estado

independente no norte do Mali, chamado Azawad, para todos os povos da região, incluindo tuaregues, songai, árabes e fulanis. No entanto, 99% de seus combatentes são tuaregues, visando principalmente um estado tuaregue. São nômades de pele mais clara no Mali, principalmente tuaregues, árabes e mauritanos, comumente chamados de "os brancos" (McGregor, 2012).

Liderado por Bilal Ag Cherif, com o deputado Mahamadou Djeri Maiga, da comunidade songai, o MNLA controlava anteriormente as cidades de Gao e Kidal, mas desde então se dispersou entre a população, permitindo o domínio de grupos ligados à Al-Qaeda. Apesar de subestimadas, as aspirações do MNLA remontam à primeira rebelião tuaregue em 1963, e suas demandas são uma parte fundamental da atual crise no norte do Mali (Al Jazeera, 2013; Standford, 2015).

Iyad Ag Ghali, antes de fundar o Ansar Dine, ofereceu-se para ser um líder do Azawad, mas foi rejeitado devido ao seu compromisso com a implementação da lei sharia no Mali. Após o golpe no Mali em 21 de março de 2012, o grupo rebelde tuaregue MNLA aproveitou a vantagem política e declarou a parte norte do Mali como um estado independente de Azawad em 6 de abril de 2012. Em 24 de dezembro de 2015, militantes do Ansar Dine atacaram uma base do MNLA na vila de Talhandak em Kidal, Mali, e reivindicaram o controle sobre a vila, incluindo Gao e Kidal, as principais cidades de Timbuktu. Em abril de 2012, Ansar Dine, AQIM e MUJAO se separaram do MNLA devido a objetivos contrastantes: o MNLA buscava um norte do Mali secular e independente, enquanto os outros grupos almejavam um estado unido sob a lei Sharia; em junho de 2012, 100 combatentes do Ansar Dine ajudaram o MUJAO a lutar contra o MNLA em Gao (Standford, 2015; Imperato et al., 2025). O golpe de Estado de agosto de 2020 no Mali resultou de conflitos internos que tiveram origem no início dos anos 2000, especificamente uma rebelião tuaregue impulsionada por tensões políticas. Essas tensões levaram ao golpe de Estado de 2012, que, por sua vez, atraiu facções jihadistas e intensificou o conflito dentro do país (ECOWAS, 2023, p. 16).

Frente Nacional para a Libertação de Azawad (FLNA)

A FLNA é um grupo árabe estreitamente alinhado ao MNLA, que defende a autodeterminação dos malineses do norte. Eles buscam um referendo para decidir se o norte do Mali deve ser autônomo, independente ou permanecer parte do Mali. É importante ressaltar que eles não estão reivindicando a implementação da Sharia (Al Jazeera, 2013).

Ganda Koy (Senhores da Terra)

A Ganda Koy, uma milícia de autoproteção songhai, peul/fulani, bozo e bella,

estabelecida durante a rebelião tuaregue dos anos 1990 contra o governo malinês, historicamente lutou ao lado do exército malinês contra rebeldes tuaregues e enfrentou acusações de cometer atrocidades contra civis tuaregues (Al Jazeera, 2013). A Ganda Koy foi formada pelo Imam Muhammad N'Tissa Maiga (McGregor, 2012). Iyad Ag Ghali, fundador do Ansar Dine, foi o líder da rebelião tuaregue na década de 1990 (Standford, 2015).

A *Human Rights Watch* alertou que milícias étnicas como Ganda Koy e Ganda Izo estavam compilando listas de extermínio visando membros do MNLA e outros grupos, provavelmente incluindo tuaregues e árabes (Al Jazeera, 2013).

Ganda Izo (Filhos da Terra)

A Ganda Izo, formada em 2008/2009 como uma milícia de autodefesa fulani, visa proteger a comunidade fulani local e combater a rebelião tuaregue. Desde então, o grupo expandiu-se para além dos fulani e opera campos de treinamento em Mopti (Al Jazeera, 2013). Seydou Cissé é considerado o "pai fundador" da Ganda Izo. Seydou Cissé alegou que o objetivo do Ganda Izo é “manter a estabilidade social na região” e afirmou que a criação do Ganda Izo foi uma escolha, na medida em que cada comunidade tinha sua própria milícia. A sua comunidade precisava de sua própria milícia e de ser temida. O sargento Amadou Diallo, um peul/fulani e líder do braço militar de Ganda Izo, treinou recrutas e liderou um massacre de quatro civis tuaregues em Hourala durante um dia de mercado, provocando rápida retaliação de tuaregues armados (McGregor, 2012). A CEDEAO reconhece a presença de conflitos étnicos na região. Por exemplo, os confrontos entre os Dogon e os Fulani no centro do Mali têm origem em antigas disputas por terras e território. Essa violência intraétnica não se limita ao Mali; em países vizinhos como Burkina Faso, Guiné, Gana e Costa do Marfim, as comunidades Fulani também se envolveram em conflitos com outros grupos (ECOWAS, 2023).

Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC)

O Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC) é um grupo rebelde separatista na região sul do Senegal, separada do norte do Senegal pela Gâmbia. Os rebeldes são comumente chamados de rebeldes de Casamança.

Casamança é uma faixa de território no sul do Senegal, perto da fronteira norte da Guiné-Bissau. Ziguinchor é sua principal cidade. Fez parte de uma troca entre Portugal e França no século XVII e tornou-se parte do Senegal após sua independência em 1960; Portugal recebeu o rio Cachine. Possui recursos, incluindo reservas inexploradas de petróleo *offshore*. É considerado o "celeiro" do Senegal. Os apoiadores da independência sentiram-se

marginalizados em termos de desenvolvimento e benefícios sociais (Lusa, 2021).

A região de Casamança, localizada ao longo do rio Casamança, tem chuvas abundantes e vegetação densa, incluindo manguezais e palmeiras-de-óleo. Os habitantes de Casamança cultivam arroz, algodão e milho. Casamança já fez parte do reino de Kasa. O rei de Kasa, conhecido como Mansa, era um importante comerciante dos portugueses, e Casamança deriva seu nome da versão portuguesa de Kasa mansa (rei de Kasa). Mansa significa rei em mandinga. A região foi posteriormente habitada por migrantes do império do Mali, incluindo os Diola (Jola), os Fulani (Fulbe), os Malinke e outros grupos. Casamança foi a última área do atual Senegal a ser tomada pelos europeus, com a conquista iniciada em 1903, e pequenas facções de resistência continuaram a existir até depois da Primeira Guerra Mundial. Devido ao seu isolamento geográfico da região norte do país, Casamança manteve uma identidade única; por exemplo, muitos de seus moradores mantinham crenças tradicionais, enquanto aqueles no norte do Senegal se converteram ao islamismo (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024).

O grupo étnico Diola organizou o Movimento das Forças Democráticas de Casamança no início da década de 1980 (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024). Gomes (2019, p. 218) chamou nossa atenção para o fato de que os Jola são o grupo étnico majoritário em Casamança, entre mais de 10 grupos étnicos. Augustin Diamacoune Senghor foi o primeiro líder do MFDC, que reuniu cidadãos e organizou todos os protestos. Os rebeldes lutam pela independência de Casamança desde o início da década de 1980, argumentando que a região enfrentava isolamento, menores taxas de desenvolvimento e acesso ao mercado em comparação com o norte mais próspero, e que o governo os negligenciava. Eles contestavam a fronteira colonial da região de Casamança. Afirmam que ela não fazia parte da colônia francesa do Senegal e foi anexada ilegalmente pelo Senegal. Esta foi a causa raiz do conflito. O conflito em Casamança é um dos mais duradouros da África (Dione e Ahmed, 2025; Gomes, 2019). A CEDEAO reconhece que a agitação civil na Casamança está entre as mais longas do continente africano e pode ser atribuída à instabilidade política e às crises econômicas na região (ECOWAS, 2023).

Os protestos do MFDC causaram várias prisões. Em 1990, os rebeldes atacaram diversas sedes administrativas na região, e o exército senegalês combateu os rebeldes até a assinatura de um cessar-fogo em 1993. Em 1995, os rebeldes do sul romperam com o MFDC e reacenderam a violência. No final da década de 1990, dezenas de milhares de civis perderam a vida e mais de 20.000 fugiram da área. Inúmeras tentativas de cessar-fogo foram infrutíferas e as hostilidades persistiram até o início dos anos 2000. Em 2003, o líder das

principais forças rebeldes anunciou o fim do conflito e um acordo de paz foi finalizado em 2004; no entanto, algumas facções dos rebeldes continuaram a violência (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024).

Acordos de paz anteriores não conseguiram pôr fim ao conflito entre o governo senegalês e os rebeldes de Casamança (Dione e Ahmed, 2025). De acordo com Lemmi e Simoncelli (2023), quatro décadas de conflito entre o MFDC e o governo senegalês resultaram em 60.000 deslocados e quase 5.000 vítimas, incluindo centenas de mortes causadas por minas terrestres. Rebeldes separatistas financiam suas atividades por meio do comércio ilegal de madeira, que em grande parte sustenta os conflitos em curso. Eles estão diretamente envolvidos na produção de cânhamo indiano e no tráfico de pau-rosa para a Gâmbia. Essa economia ilegal beneficia as comunidades locais, que lucram com o contrabando de madeira colhida de árvores de pau-rosa. Em 2012, o pau-rosa da África Ocidental foi classificado como quase extinto na Gâmbia. No entanto, o país continua sendo um dos principais exportadores dessa espécie para a China.

Os rebeldes separatistas conhecem muito bem a floresta. Combatê-los nas densas florestas onde mantêm suas bases é bastante desafiador.

Após a morte de seu líder, Augustin Diamacoune Senghor, em 2007, o MFDC foi dividido em facções cujos membros agora se escondem nas densas florestas. Hoje em dia, eles parecem mais comprometidos com o lucrativo negócio do tráfico de madeira do que com a conquista da independência (Lemmi e Simoncelli, 2023).

Após a chegada do ex-presidente Macky Sall ao poder em 2012, as negociações de paz continuaram difíceis devido a divisões internas no MFDC (Lusa, 2021). Finalmente, um novo acordo de paz foi assinado recentemente entre o governo senegalês e os rebeldes de Casamança. O acordo de paz entre as duas partes foi mediado pelo Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, em 23 de fevereiro de 2025, no Palácio da República da Guiné-Bissau (Dione e Ahmed, 2025; Shilova, 2025).

O Primeiro-Ministro senegalês, Ousmane Sonko, o Movimento das Forças Democráticas de Casamança, o Presidente Umaro Sissoco Embaló e o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Rui Duarte Barros, são figuras importantes na negociação deste acordo de paz (Dione e Ahmed, 2025; Shilova, 2025; Agência Anadolu, 2025).

Ousmane Sonko acredita que o acordo de paz é fundamental para promover uma paz duradoura em Casamança, lar de cerca de 1,6 milhão de pessoas. O acordo de paz incluiu um perdão presidencial para rebeldes presos, anistia e um plano de reintegração social para outros rebeldes (Dione e Ahmed, 2025).

Quadro1: Grupos terroristas e separatistas na África Ocidental/Sahel

Organização	Tipo de organização	Fundação (ano e país)	Ideologia	Sub-ideologia	Ativo
Boko Haram	Terrorista	2002, Nigéria Mohammed Yusuf (fundador)	Religiosa	Islamismo radical / Jihadismo salafista	Sim
Ansaru	Terrorista	2012, Nigéria Khalid al-Barnawi (líder)	Religiosa	Jihadismo salafista (Al-Qaeda)	Parcialmente ativo
Estado Islâmico na África Ocidental (ISWAP)	Terrorista	2015, Nigéria Abu Musab al- Barnawi (líder)	Religiosa	Jihadismo salafista (Estado Islâmico)	Sim
Al-Jama'at Nusrat al-Islam wal- Muslimeen (JNIM)	Terrorista	2017, Mali/Sahel Ansar Dine, MLF Al-Mourabitoun AQMI (fundadores)	Religiosa	Jihadismo salafista (Al-Qaeda)	Sim
Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI)	Terrorista	2007, Argélia/Sahel GSPC (Hasan Hattab - fundador) e Al- Qaeda (fundadores)	Religiosa	Jihadismo salafista (Al-Qaeda)	Sim
Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS)	Terrorista	2015, Mali/Sahel Adnan Abu Walid Al-Sahraoui (fundador)	Religiosa	Jihadismo salafista (Estado Islâmico)	Sim
Movimento para a Unificação e a Jihad na África Ocidental (MUJAO)	Terrorista	2011, Mali/Sahel AQMI (fundador)	Religiosa	Jihadismo salafista (AQMI)	Inativo (absorvido por outros grupos)
Ansar al-Dine	Terrorista	2011, Mali/Sahel Iyad Ag Ghali (fundador)	Religiosa	Jihadismo salafista	Parcialmente ativo
Katiba Macina	Terrorista	2015, Mali/Sahel Amadou Koufa (fundador)	Religiosa	Jihadismo salafista (vinculado ao JNIM)	Sim
Ansar al-Islam	Terrorista	2016, Burkina Faso/Sahel Ibrahim Malam Dicko (fundador)	Religiosa	Jihadismo salafista	Sim
Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND)	Separatista / Insurgente	2004, Nigéria/Delta do Níger Povo Ijo (fundador)	Política	Nacionalismo regional / Militância armada/contra exploração do petróleo e opressão dos povos	Inativo
Povo Indígena de Biafra (IPOB)	Separatista	2012, Nigéria/Biafra Mazi Nnamdi Kanu (fundador)	Política	Nacionalismo étnico/luta contra a opressão e a limpeza étnica	Sim
Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA)	Separatista / Insurgente	2011, Mali/Norte do Mali Bilal Ag Cherif (fundador)	Política	Nacionalismo tuaregue / Secessionismo/separ atismo	Parcialmente ativo

Organização	Tipo de organização	Fundação (ano e país)	Ideologia	Sub-ideologia	Ativo
Frente Nacional para a Libertação de Azawad (FLNA)	Separatista	2011, Mali/Norte do Mali Combatentes e líderes tuaregues (fundadores)	Política	Nacionalismo tuaregue/autonomia	Inativo
Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC)	Separatista	1982, Senegal/Casamança (sul do Senegal) Augustin Diamacoune Senghor (fundador)	Política	Nacionalismo regional/autonomia de Casamança	Parcialmente ativo

Fonte: Quadro elaborado com base nos dados de (Bruijne e Gehrling, 2024; Central Intelligence Agency, 2025; EBSCO, 2023; ECOWAS, 2023; European Council on Foreign Relations, 2019; Hanson, 2007; Imperato et al., 2025; Institute for Economics & Peace, 2022; Kramer, 2023; Mapping Militants Project, 2018; NCTC, 2023; Nsaibia e Weiss, 2018; Statista, 2023; Standford, 2015; Standford, 2016; The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2024; United Nations, 2020; U.S. Department of State, 2017; 2014; Zimmerman, 2020).

O quadro acima foi elaborado com base nas bibliografias e documentos analisados neste Capítulo II, com o objetivo de oferecer um resumo visual e comparativo dos principais grupos terroristas e separatistas atuantes na África Ocidental/Sahel, considerando:

- (i) tipo de organização;
- (ii) contexto de fundação;
- (iii) ideologia e sub-ideologia;
- (iv) status de atividade.

Esse quadro auxilia na compreensão do ambiente de segurança regional e fundamenta a análise do papel da CEDEAO no combate ao terrorismo e na gestão de conflitos separatistas. Na informação que se segue, nesta secção, é sintetizado um resumo do modus operandi do financiamento do terrorismo.

O relatório conjunto do GAFI e do GIABA sobre o financiamento do terrorismo na África Ocidental (2013) apresentou estudos de caso sobre o financiamento do terrorismo em Burkina Faso, Mali, Níger, Nigéria e Senegal. Este estudo foi conduzido pelo Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), que contratou cinco especialistas. Em setembro e outubro de 2012, os especialistas aplicaram questionários a membros do governo, polícias e pessoal da justiça, representantes da sociedade civil, jornalistas, académicos, peritos e instituições declarantes nos seus respetivos países. Os casos revelam quatro categorias de tipologias de financiamento do terrorismo na África Ocidental:

- i) financiamento do terrorismo através do comércio e de outras atividades lucrativas;
- ii) financiamento do terrorismo através de ONG, organizações de caridade e taxas;

iii) financiamento do terrorismo através do contrabando de armas, ativos e moedas por passadores de fundos; e

iv) financiamento do terrorismo através do tráfico de drogas (Grupo de Ação Financeira, 2013).

O financiamento do terrorismo tornou-se uma preocupação central para a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento da África Ocidental. A CEDEAO reconhece que o terrorismo afeta negativamente a África Ocidental e que a abordagem dos seus fatores económicos e sociopolíticos subjacentes requer políticas proativas (ECOWAS, 2013, p. 2).

O Boko Haram financia as suas atividades com a compra e o envio de bens para os seus membros em outros locais; lucrou com negócios e apoio logístico (telecomunicações) através de cartões SIM e telefones celulares recebidos de uma empresa de telecomunicações. Houve tentativas, por parte de agências imobiliárias, de criar empresas fictícias no Senegal e de importar veículos usados por meio do mercado de carros usados nos Estados Unidos, com o objetivo de branquear fundos ilícitos e financiar o terrorismo. O financiamento através do sistema financeiro ocorre com o uso de ONGs/organizações caritativas internacionais, como o exemplo da ZT, uma ONG sediada no Médio Oriente com ligação à Al-Qaeda, possuindo vínculos com clérigos islâmicos na Nigéria. Além disso, o terrorismo é financiado com contribuições (arrecadações) dos membros dos grupos terroristas, a mendicidade (recolha de esmolas) por pessoas vulneráveis; o Boko Haram utilizou “Al Majiris” (crianças pedintes), pessoas com deficiência física e idosos para solicitar doações, bem como a extorsão de civis através de intimidação, em troca da chamada proteção. O Boko Haram recebe contribuições financeiras de vários líderes políticos e funcionários públicos do Nordeste da Nigéria por meio de mensagens de texto ameaçadoras, forçando-os a contribuir. No Mali, houve a execução de trabalhos para uma ONG por uma empresa de construção; esta utilizou uma série de transferências monetárias entre 11 de janeiro de 2011 e 2 de abril de 2012, no valor de 514.697.772 francos CFA, 92.735.646 francos CFA, 142.497.125 francos CFA, 143.939.735 francos CFA e 298.750.000 francos CFA. Essas transferências monetárias foram destinadas à empresa Y e ao Banco B1 fora do Mali (Grupo de Ação Financeira, 2013).

Isto demonstra como a rede de financiamento sofisticada se estende para além das fronteiras dos Estados da África Ocidental. O combate a esta rede torna-se desafiador e demanda ações coletivas dos Estados e das instituições, principalmente a colaboração com as instituições financeiras para a detecção de redes de financiamento do terrorismo.

O financiamento do terrorismo através do contrabando de armas, ativos e moedas (passadores de fundos) foi constatado na Nigéria, em Burkina Faso, no Mali e na República

do Níger. Entrevistas com membros do Boko Haram explicam que a organização recebe doações e envolve-se no contrabando de armas na fronteira nigeriana; há passadores de fundos e contrabandistas de armas do sexo feminino na Nigéria, sendo as mulheres utilizadas para entregar armas, munições e dinheiro aos seus membros, assim como passadores masculinos que fingem ser motoristas comerciais transportam mercadorias e passageiros para os destinos dos terroristas. Os incidentes envolvendo passadores de fundos e contrabandistas de armas entre Burkina Faso e Nigéria, bem como passadores de fundos entre o Níger e a Nigéria, incluindo passadores de fundos na posse de engenhos explosivos provenientes do norte do Mali, somam-se à tomada de reféns por jihadistas da AQMI no norte do Mali (Grupo de Ação Financeira, 2013).

Isto revela claramente que o financiamento do terrorismo na África Ocidental possui uma característica transfronteiriça e, para combatê-lo, é necessária a cooperação e colaboração entre os Estados da África Ocidental.

Quanto ao financiamento do terrorismo através do tráfico de drogas, cidadãos malianos ligados à AQMI e às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) envolveram-se no tráfico de cocaína pela África Ocidental e pela África do Norte, com o objetivo de apoiar os modos operandi da Al-Qaeda, da AQMI e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Há um tráfico de drogas triangular envolvendo a América Latina, a África e a Europa, no qual toneladas de cocaína provenientes da América Latina passam por países africanos e depois são transportadas para a Europa, formando um comércio triangular de tráfico de drogas. Além disso, toneladas de heroína pertencentes aos Talibãs na África Ocidental circularam no Benim e no Gana, e parte destas foi transportada para ser vendida nos Estados Unidos. O Hezbollah também utiliza países da África Ocidental para angariar fundos, tendo como pontos a Serra Leoa, a Costa do Marfim, o Senegal e a Gâmbia (Grupo de Ação Financeira, 2013).

A África Ocidental está entre as jurisdições com instituições governamentais frágeis e fronteiras permeáveis, onde o Hezbollah facilita as suas atividades ilícitas, tanto em termos de financiamento como de operações. O grupo recolhe, lava e movimenta dinheiro através de empresas comerciais. No relatório dos EUA, o Hezbollah contava com empresários na Libéria e na Guiné-Conacri, ambos países da África Ocidental, que auxiliavam na movimentação de fundos (Departamento do Tesouro dos EUA, 2024).

O novo relatório do GAFI (2025) sobre o financiamento do terrorismo atualiza o modus operandi dos grupos terroristas na África Ocidental. O relatório fornece dados que nos ajudam a compreender como o financiamento do terrorismo tem múltiplas fontes. Analisando

os dados, podemos constatar que a África Ocidental, para além das suas fontes locais específicas de financiamento do terrorismo, está também envolvida em redes internacionais de financiamento do terrorismo.

O Boko Haram está envolvido no comércio ilegal de combustível, sucata metálica e alumínio, em práticas lucrativas de tráfico de animais selvagens, na cobrança de impostos zakat aos pastores e na extorsão a agricultores e pescadores da região da Bacia do Lago Chade. Ao mesmo tempo, o ISWAP obtém receitas significativas com a emissão de licenças de pesca. O Boko Haram utiliza o sistema hawala para receber fundos de redes internacionais. O hawala está entre as plataformas de dinheiro móvel ligadas a redes informais de transferência de dinheiro na África Subsaariana, que permitem transferências transfronteiriças (GAFI, 2025).

De acordo com o FATF (2025), o Departamento do Tesouro dos EUA informou que a filial do Estado Islâmico na África Ocidental utilizava contas bancárias para transferir fundos. Utilizou 50% dos fundos do ISWAP para financiar outras pequenas filiais. O ISWAP é conhecido por utilizar o sistema hawala e as remessas online para transferir fundos provenientes de recursos naturais e contrabando na África Ocidental. De agosto de 2020 a março de 2021, o ISWAP arrecadou aproximadamente 65.000 dólares de pequenos infratores, atuando como provedor de justiça. De acordo com o US Department of the Treasury (2024), as facções do ISIS ainda operam amplamente, tanto em capacidades financeiras como operacionais, em toda a África. A sua ampla campanha terrorista é especialmente significativa nos Camarões, Chade, Níger e Nigéria, onde as fronteiras abertas em torno da área do Lago Chade oferecem rotas de trânsito convenientes para as filiais locais do ISIS, fazendo da África Ocidental uma das afiliadas mais potentes e capazes do ISIS.

No Burkina Faso, Mali e Níger, na região de Liptako-Gourma, o ISGS e o JNIM cobram impostos ilegais aos pequenos mineiros de ouro para proteção ou recolhem zakat; Em Kidal, no norte do Mali, o JNIM e o Ansar Edine cobram impostos; em Bongou e Soum, na região do Sahel, no Burkina Faso, o Ansar al Islam cobra impostos; e em Kombongou, no Níger, onde ocorrem ataques terroristas. O Boko Haram rapta mulheres e exige 40 cabeças de gado para a libertação de cada uma, ou rapta mulheres e raparigas, vende-as como escravas ou utiliza-as para ataques suicidas. Na África Ocidental, a violência sexual e de género (VSG) não escapou à violência terrorista. O JNIM está fortemente envolvido em raptos e raptos para resgate, e faz desta prática a sua atividade lucrativa (FATF, 2025). De acordo com a African Union (2018), o Boko Haram explora sexualmente e escraviza as pessoas raptadas, e isso tem sido utilizado como tática de guerra.

A AQIM gera fundos com o contrabando de armas e de droga e com a migração ilegal na zona do Saara-Sahel, em África. O Boko Haram e o ISWAP contrabandeiam mercadorias, transportam combatentes e armas através de rotas de contrabando na África Ocidental e Central. Os traficantes locais do norte do Mali trabalham com poderosos cartéis da América Latina no tráfico de droga, fazendo desta uma rota lucrativa para o tráfico global de narcóticos (FATF, 2025).

Capítulo III: Mecanismos de segurança e o papel da CEDEAO














O que é a CEDEAO?

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi fundada em 28 de maio de 1975 pelo Tratado de Lagos e era composta por 16 países: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo (ECOWAS Commission, 1993).

Os 16 membros fundadores da CEDEAO eram ex-colônias da França, Grã-Bretanha e Portugal. A Mauritânia retirou-se da organização em 1999. É importante lembrar que a Mauritânia fazia parte de outro bloco regional para fortalecer interesses econômicos. Em junho de 1988, os líderes da Mauritânia, Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia se reuniram em Argel para discutir o estabelecimento da União do Magrebe Árabe (UMA/AMU), que foi oficialmente fundada em 17 de fevereiro de 1989, em Marrakech (United Nations Economic Commission for Africa, 2015, Africa Intelligence Agency, 2025).

A *Africa Intelligence Agency* (2025) afirma que os países visavam representar os interesses econômicos da região, promover a cooperação e fomentar trocas mútuas para criar um Mercado Comum do Norte da África. Os principais objetivos do tratado da AMU incluem o fortalecimento dos laços entre os estados-membros para a estabilidade regional, o aprimoramento da coordenação de políticas e a introdução gradual da livre circulação de bens, serviços e fatores de produção.

Quadro 2: Os 15 países da CEDEAO e suas respectivas bandeiras

Benim	Burkina Faso	Cabo Verde	Costa do Marfim	Gana	Gâmbia	Guiné-Bissau	
							
Guiné	Libéria	Mali	Níger	Nigéria	Senegal	Serra Leoa	Togo
							

Fonte: Elaboração própria

A sede da CEDEAO está localizada em Abuja, Nigéria. Em janeiro de 2007, seu Secretariado foi transformado em Comissão, e o cargo de Secretário Executivo passou a ser Presidente da Comissão, auxiliado por um vice-presidente e quinze comissários. O principal objetivo da CEDEAO é promover a integração econômica e a autossuficiência coletiva. Segundo a organização, sua visão é “estabelecer uma região sem fronteiras”, permitindo a integração econômica em diversas áreas entre os Estados-membros. Dessa forma, a CEDEAO busca criar uma região integrada, explorando oportunidades para a população, garantindo a livre circulação de pessoas, o acesso a sistemas educacionais e de saúde e promovendo um ambiente de paz e segurança. Além disso, a organização tem como princípio fundamental de que a região seja governada com base na democracia, no Estado de Direito e na boa governança (CEDEAO, 2024).

A CEDEAO ganhou reputação por sua capacidade de unir os 15 países membros e promover uma integração efetiva, baseada na coexistência regional. A organização está determinada a eliminar todas as barreiras que impedem uma integração mais profunda e a fortalecer a coesão regional dentro do bloco. Seu objetivo é alcançar prosperidade coletiva, pois a África Ocidental é uma região economicamente promissora, com grande potencial para um rápido desenvolvimento econômico.

A Comissão acredita que, por meio de políticas macroeconômicas prudentes, a CEDEAO pode impulsionar o crescimento econômico regional. Assim, promove investimentos e desenvolve serviços para atrair capital, tendo realizado um estudo sobre o clima de investimentos e buscando constantemente harmonizar suas políticas macroeconômicas. Além disso, a CEDEAO incentiva o setor privado, com o objetivo de promover a integração econômica do bloco. Outro marco importante é a discussão inicial sobre a implementação da moeda única da CEDEAO, denominada “Eco”, que visa não apenas monitorar e alinhar políticas macroeconômicas, mas também criar bases de dados que facilitem essa transição (CEDEAO, 2024). Os estados-membros da CEDEAO têm defendido consistentemente o desenvolvimento econômico coeso desde o início do bloco e enfatizado a necessidade de cooperação e integração econômica eficientes, principalmente por meio de uma abordagem focada e unificada à autossuficiência (ECOWAS Commission, 1993).

A CEDEAO também conta com um Sistema de Vigilância Multilateral (ECOMAC) e mantém cooperação com outras instituições regionais e internacionais para garantir a paz e a segurança na região. Os avanços alcançados até 2022 são fruto do compromisso dos países membros em transformar a CEDEAO de uma organização de Estados para uma organização voltada para os povos (CEDEAO, 2024). No Artigo 58 sobre segurança regional do Tratado

de Lagos revisado, os estados-membros da CEDEAO expressaram seu compromisso de defender e consolidar relações propícias à manutenção da paz, estabilidade e segurança na região (ECOWAS Commission, 1993).

Estrutura da CEDEAO

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental possui a seguinte estrutura⁶ organizacional: órgãos principais, outras instituições, agências especializadas e organizações do setor privado.

I. Órgãos principais

1. Conferência dos Chefes de Estado e de Governo (órgão máximo da CEDEAO)
 2. Conselho de Ministros
 3. Conselho de Mediação e Segurança (níveis embaixador e ministerial)
 4. Comitê Administrativo e Financeiro
- Além disso, a CEDEAO conta com Comitês Técnicos Especializados.

II. Outras instituições

1. Comissão da CEDEAO
2. Tribunal de Justiça da Comunidade
3. Parlamento da Comunidade
4. Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BDIC)
5. Organização Oeste-Africana de Saúde (OAAS)
6. Grupo de Ação Intergovernamental contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo na África Ocidental (GIABA)
7. Gabinete do Auditor-Geral

III. Agências especializadas

1. Organização Oeste-Africana de Saúde (OAAS)
2. Centro de Desenvolvimento de Gênero da CEDEAO (CDGC)
3. Cartão Castanho da CEDEAO
4. Grupo de Energia da África Ocidental (WAAP)
5. Centro para Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (ECREEE)
6. Autoridade Regional da Concorrência da CEDEAO
7. Autoridade Reguladora do Setor de Eletricidade da CEDEAO (ARSEC)

⁶ A estrutura foi apresentada com base nas informações do site oficial da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)/*Economic Community of West African States (ECOWAS)*. Disponível em: <https://www.ecowas.int/about-ecowas/>.

8. Agência Regional para Agricultura e Alimentação (ARAA)
9. Agência Monetária da África Ocidental (AMAO)
10. Centro de Desenvolvimento da Juventude e dos Desportos da CEDEAO
11. Centro de Coordenação de Recursos Hídricos da CEDEAO

IV. Organizações do setor privado

1. *Ecobank*
2. *Ecomarine*

Em termos de estrutura, sem mencionar outros pequenos departamentos que pertencem às instituições da CEDEAO, a CEDEAO apresenta um sistema bem estruturado que deve ser capaz de enfrentar os desafios enfrentados pelos países membros, promovendo uma integração regional eficaz com base nos princípios da democracia, do Estado de direito e da boa governança, e ajudando os Estados a eliminar o terrorismo e outras ameaças relacionadas.

Segurança regional

A CEDEAO é a organização regional mais significativa da África Ocidental. Enfrenta inúmeros desafios, incluindo a garantia do desenvolvimento, da paz e da segurança; a gestão da estabilidade política; a prevenção de conflitos armados, golpes militares e terrorismo; e o combate à proliferação de armas ligeiras, ao tráfico de droga, à pirataria marítima e ao crime organizado transnacional. A estratégia da CEDEAO para combater o terrorismo exige uma ampla coordenação entre vários intervenientes – locais, nacionais, supranacionais e internacionais – bem como a promoção de boas práticas de governação na região para responder às queixas socioeconómicas da população. Criada em 1975 com a ambição de integração económica, a CEDEAO abordou gradualmente as questões de segurança, reconhecendo que o desenvolvimento necessita de estabilidade, paz e segurança.

A CEDEAO adotou o protocolo de Assistência Mútua em Defesa (MAD) em 1981 para apoiar-se mutuamente contra quaisquer ameaças ou agressões armadas, uma vez que tais ameaças de qualquer membro representam um risco para a estabilidade e a segurança da região (ECOWAS, 1981). O protocolo entrou em vigor em 1986 e sua implementação enfrentou fragilidades devido à rivalidade entre os países francófonos e anglófonos; as nações francófonas desconfiavam das ambições hegemônicas da Nigéria na região. Esses países francófonos dependiam em grande parte de sua antiga potência colonial, a França, para garantir sua segurança e defesa, e mantinham fortes laços com a França (Pathak, 2017, p. 674).

Em 10 de dezembro de 1999, a CEDEAO adotou um protocolo conhecido como Protocolo sobre Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança (ECOWAS, 1999). Segundo a *United Nations Commission for Africa* (2025), é indiscutivelmente o protocolo mais abrangente da região para a paz e a segurança. Aborda a manutenção da paz, o apoio humanitário, a consolidação da paz e o combate à criminalidade transfronteiriça. Em 2001, os Estados-membros da CEDEAO adotaram o Protocolo Suplementar sobre Democracia e Boa Governança para promover a paz e a segurança na África Ocidental. Segundo Pathak:

Foi o primeiro protocolo abrangente da CEDEAO relacionado à paz e à segurança na região. O protocolo estabeleceu a estrutura jurídica, institucional e operacional para a segurança regional e lançou as bases para a cooperação regional em segurança. Descreve a Assembleia de Chefes de Estado como o órgão decisório em questões relacionadas à manutenção da paz e à segurança, apoio humanitário, criminalidade transnacional, proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC) e quaisquer outras questões introduzidas pela legislação da CEDEAO. A Assembleia pode delegar poderes ao Conselho de Mediação e Segurança (CMS). Conselho de Mediação e Segurança (CMS): É responsável pela formulação e implementação das políticas relacionadas à manutenção da paz e à segurança; prevenção, gestão e resolução de conflitos. Autoriza todas as formas de intervenção por meio de ações judiciais (Pathak, 2017, p. 671).

A Comissão de Defesa e Segurança, o Conselho de Anciãos e o ECOMOG são os órgãos que apoiam o Secretário Executivo e o Conselho de Mediação e Segurança (*Mediation and Security Council or MSC* em inglês). A Comissão de Defesa e Segurança é composta por Chefes de Estado-Maior da Defesa, funcionários dos Ministérios do Interior e da Segurança Interna e funcionários do Ministério das Relações Exteriores de cada Estado-Membro da CEDEAO. A Comissão de Defesa e Segurança gerencia a administração, a tecnologia e a logística das missões de manutenção da paz, auxiliando o MSC na autorização de contingentes, na seleção de comandantes e na determinação da composição das forças de manutenção da paz. O Conselho de Anciãos é um grupo diversificado de especialistas em segurança, paz e harmonia social. Atuando como árbitro, negociador e pacificador da CEDEAO, é composto por mulheres, minorias étnicas e indivíduos de diversas origens sociais, políticas e religiosas, e é convocado pelo Secretário Executivo ou pelo MSC conforme necessário. O ECOMOG é o grupo de cessar-fogo e monitoramento da CEDEAO, formado conforme a necessidade em situações de conflito. Suas atividades incluem monitoramento da paz, missões de manutenção da paz, apoio humanitário e supervisão da aplicação de sanções (Pathak, 2017, p. 674-675).

Em 1999, em Argel, na Argélia, a União Africana (UA) adotou a Convenção para a Prevenção e o Combate ao Terrorismo (African Union, 1999). Os países da CEDEAO foram

signatários. Essa convenção da União Africana foi seguida por um Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Terrorismo em 2002. A convenção seguia os padrões internacionais de combate ao terrorismo e estava em conformidade com a Resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU, de 28 de setembro de 2001. Em 16 de janeiro de 2008, o Conselho de Mediação e Segurança da CEDEAO adotou o Quadro de Prevenção de Conflitos (ECPF) (ECOWAS, 2008). O ECPF elucida uma estratégia para implementar com sucesso os protocolos de 1999 e 2001 (Pathak, 2017, p. 675).

Segundo Pathak (2017, p. 678), a Comissão da CEDEAO baseou sua estratégia antiterrorismo em três pilares fundamentais: 1. Prevenir o terrorismo antes que ocorra, com base nos conceitos de “Detectar”, “Interceptar” e “Dissuadir” (conhecidos como DID). 2. Responder a atos terroristas por meio de abordagens militares e não militares, e do sistema de justiça criminal. 3. Reconstruir a sociedade e reafirmar a autoridade do Estado após ataques terroristas.

a) Plano de Implementação de Combate ao Terrorismo da CEDEAO

Segue-se o resumo da Estratégia e Plano de Implementação de Combate ao Terrorismo da CEDEAO, fundamentalmente assente em três pilares: prevenir, perseguir e reconstruir (Economic Community of West African States, 2013).

★ Pilar 1: Prevenir

Rejeição total do terrorismo.

Eliminar as condições propícias à propagação do terrorismo.

Melhorar a cooperação em matéria de alerta precoce e inteligência operacional.

Negar aos terroristas os meios, o espaço e a capacidade técnica para realizar operações.

Prevenir o extremismo e a radicalização.

Promover práticas democráticas e a proteção dos direitos humanos.

★ Pilar 2: Perseguir

Assinar, ratificar e/ou aderir e implementar eficazmente instrumentos jurídicos regionais, continentais e internacionais de combate ao terrorismo.

Melhorar o Estado de Direito e a cooperação em matéria de justiça penal.

Melhorar a cooperação em matéria de controlo e vigilância das fronteiras, incluindo a segurança da aviação e marítima.

Suprimir e criminalizar o financiamento do terrorismo e o branqueamento de capitais associado.

Proteger as infraestruturas críticas, as instalações diplomáticas e outros interesses estrangeiros.

Melhorar a capacidade dos Estados-Membros para desenvolver uma resposta de justiça penal ao terrorismo.

Reforçar a cooperação com a sociedade civil e as organizações de comunicação social na prevenção e no combate ao terrorismo.

Formação e capacitação em prevenção e combate ao terrorismo.

★ **Pilar 3: Reconstruir**

Proteger os direitos das vítimas.

Apoiar e reconciliar as comunidades, promover a coesão estatal e social.

Reparar o contrato social.

Desenvolver estratégias nacionais de combate ao terrorismo.

A CEDEAO, na sua Estratégia e Plano de Implementação de Combate ao Terrorismo, incorporou instrumentos jurídicos relevantes da CEDEAO, da União Africana e das Nações Unidas para recomendar a assinatura e/ou ratificação pelos seus Estados-Membros. Os anexos deste documento enumeram um total de 9 instrumentos da CEDEAO, 11 da União Africana e 18 das Nações Unidas e de quadros universais.

Uma forte cooperação regional é necessária para promover a paz, a segurança e a estabilidade na África; promover uma estratégia eficaz de combate ao terrorismo na CEDEAO é vital para a segurança regional dos países-membros. Muitas operações de segurança ocorreram no Sahel desde 2012 (Velasquez, 2022). Os esforços regionais para combater o extremismo violento incluíram "coalizões de vontades" semi-ad hoc, como a Força Conjunta do G5 para o Sahel, uma parceria entre Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Chade (Mapping Militants Project, 2018, p. 3) e conhecida como Força Conjunta do Grupo dos Cinco para o Sahel (Kwarkye, 2024), Força-Tarefa Multinacional (Sahel), Iniciativa de Acra e Conselho de Entente (África Ocidental). A Iniciativa de Acra foi criada em 2017. O Benim, o Burkina Faso, a Costa do Marfim, o Gana e o Togo são países membros, enquanto o Mali e o Níger são países observadores. A Iniciativa de Acra tinha uma força autorizada de 10.000 pessoas para responder à violência extremista nos estados do Sahel e para impedir a sua propagação aos estados costeiros (Africa Defense Forum, 2025).

Em 2018, uma operação conjunta envolvendo quatro países da África Ocidental prendeu 200 supostos insurgentes: 52 em Burkina Faso, 95 no Togo, 42 no Benim e 13 em Gana. Essa operação também recuperou 38 armas de fogo, 40 explosivos e 623 motocicletas registradas ilegalmente (Center for Development and Democracy, 2018, p. 2).

A Nigéria, um país que ainda é a potência militar e econômica mais significativa da África Ocidental, permaneceu distante, e essas coalizões ad hoc não obtiveram muito sucesso

contra organizações extremistas violentas (*violent extremist organizations - VEOs*), mesmo com o apoio do Ocidente e da Rússia (Bruijne e Gehring, 2024, p. 4-5). A Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF) foi criada em 1994 pela República Federal da Nigéria para combater o banditismo armado transfronteiriço na área da Bacia do Lago Chade (LCB) e para facilitar a livre circulação ao longo da fronteira nordeste da Nigéria (Multinational Joint Task Force, 2024).

É importante realçar que as ações militares dos países da África Ocidental contra o terrorismo não foram unilaterais; contaram com o apoio das Nações Unidas, da União Africana, da CEDEAO e de alianças *ad hoc* entre os países. Em 2015, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana autorizou a Força-Tarefa Conjunta Multinacional, composta pelo Benim, Camarões, Chade, Níger e Nigéria, a mobilizar 10.000 soldados para combater grupos extremistas, bandidos e criminosos armados na região da Bacia do Lago Chade (Africa Defense Forum, 2025).

A Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA) e a missão de manutenção da paz da União Africana (Missão de Apoio Internacional liderada por africanos ao Mali, AFISMA) fizeram parte dos esforços para combater o terrorismo na África Ocidental e no Sahel; incluindo a iniciativa unilateral do Mali em 2021, que contratou a Wagner, uma empresa militar privada russa.

Os governos nacionais da região foram apoiados por cerca de 14.000 tropas de manutenção da paz da ONU, como parte da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA), 2.400 tropas francesas e mais 500 forças especiais de 13 países europeus, especialmente a operação antiterrorismo liderada pela França (Operação Serval, Operação Barkhane e a Iniciativa Takuba) e a Missão de Treinamento da UE (EUTM). O objetivo da operação antiterrorismo francesa na região, a Operação Barkhane, é combater os jihadistas para permitir que os Estados do Sahel desenvolvam seus próprios mecanismos de segurança. Durante a pandemia da COVID-19, as economias africanas foram significativamente afetadas, particularmente no Sahel, impactando a capacidade dos países de elaborar e financiar estratégias antiterrorismo (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 15; Kfir, 2022, p. 81).

Velasquez (2022) afirmou que muitos países da África Ocidental não têm recursos para oferecer seu próprio treinamento especializado em antiterrorismo. Por outro lado, o governo francês anunciou o fim da Operação Barkhane no início de 2022. Isso permitiu que grupos terroristas ganhassem apoio local, explorando tensões étnicas existentes e se

colocando como provedores de serviços alternativos (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 15).

O terrorismo na África Ocidental representa uma ameaça real à paz, à segurança e ao desenvolvimento. Impõe desafios aos países, à sociedade e aos indivíduos. É uma tarefa árdua para cada Estado da África Ocidental combater o terrorismo e o extremismo isoladamente, utilizando apenas os seus próprios meios e estratégias de combate ao terrorismo e ao extremismo. A CEDEAO deve ser um pilar de cooperação para pôr fim ao terrorismo e ao extremismo na região e ajudar os seus países a equilibrar as medidas de segurança e a proteção dos direitos humanos.

A instabilidade política na região levou a CEDEAO a perceber que o desenvolvimento requer paz e estabilidade (Pathak, 2017, p. 673). Era difícil lutar contra o terrorismo devido à crescente instabilidade política no Níger, Burkina Faso e Mali. A área de tríplice fronteira, que abrange a fronteira do Mali com o Níger e Burkina Faso, foi a área mais afetada por ataques terroristas, respondendo por mais de 70% dos ataques do Mali em 2021. O JNIM, um grupo terrorista burquinense, foi responsável por 72 ataques terroristas em 2021 no Mali, usando explosivos, emboscadas contra patrulhas militares e bombas para interromper as operações antiterrorismo dos franceses Barkhane e os esforços de manutenção da paz da MINUSMA. O ISWAP ultrapassou o Boko Haram como a organização terrorista mais mortal na Nigéria em 2021 devido aos seus vários ataques no Mali, Camarões e Níger (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 26).

Muitos terroristas, incluindo Abdelmalek Droukdel, chefe da AQMI e membro do comitê de gestão da AQ, foram mortos pelos esforços das forças de defesa locais e nacionais e pelo engajamento internacional sob a Operação Serval e pela Missão de Apoio Internacional ao Mali (AFISMA) liderada por africanos (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 15; Kfir, 2022, p. 81). No entanto, as forças transregionais de contraterrorismo, como o G5 Sahel, não obtiveram vitórias militares completas sobre os grupos insurgentes jihadistas (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 26), mesmo com as poderosas forças de segurança regionais, especialmente a Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF), que tem lutado para combater terroristas. Kfir (2022) afirmou que as operações de segurança careciam de "uniformidade" e que a "coordenação" entre as agências era limitada (U.S. Department of State, 2021).

De acordo com a ECOWAS (2023), o Fundo de Paz da CEDEAO (EPF) é um instrumento jurídico que apoia a Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO (EPSA) e serve como um dos seus seis pilares fundamentais. O EPF foi estabelecido ao abrigo do Artigo 36

do Protocolo da CEDEAO de 1999 relativo ao Mecanismo de Prevenção, Gestão, Resolução, Manutenção da Paz e Segurança em matéria de Conflitos. Os principais beneficiários do Fundo de Paz da CEDEAO incluem as instituições da CEDEAO, os Estados-Membros, as organizações da sociedade civil e grupos vulneráveis, como crianças, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, refugiados e deslocados internos. Desde o seu início operacional em 2006, a Equipa de Gestão do Fundo de Paz da CEDEAO (EGFP) tem desempenhado um papel crucial na EPSA, desenvolvendo três atividades principais:

1. Mobilização de recursos financeiros para o fundo.
2. Administração e gestão das finanças do fundo.
3. Coordenação de projetos financiados por doadores no setor da Paz e Segurança (P&S).

Por exemplo, a tabela a seguir ilustra alguns dos fundos direcionados ao Fundo de Paz da CEDEAO (EPF) como resultado desses esforços de mobilização de recursos.

Quadro 3: "Fundos canalizados para o EPF após mobilização de recursos"

Table 1: Funds channelled to the EPF following resource mobilisation

Partner	Amount	Year (s)
Cash funding		
China	\$ 100,000	2005
Greece	\$ 325,000	2006
Italy	Eur 564,000	2007
Japan	\$ 150,000	2008, 2009, 2011
Projects/Programmes Funding		
AfDB	\$ 15 million	2005 -2013
CIDA	CAD 4 million	2006 - 2010
European Union	Eur 51.7 million	2006 - 2020

Fonte: ECOWAS (2023, p. 14)

O Fundo de Paz da CEDEAO (EPF) apresenta pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (em português, "Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças" - SWOT). Ele contribui para atividades de paz e segurança, engaja a sociedade civil na África Ocidental, por exemplo, por meio do Fórum da Sociedade Civil da África Ocidental. Considera a operacionalização da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) como uma fonte de receita devido às atividades de comércio intrarregional, e a Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA) como um fundo continental para a paz que deve estar em sinergia com o Fundo de Paz da CEDEAO. No entanto, a CEDEAO enfrentou uma

capacidade limitada para arrecadar a taxa comunitária de 5% dos Estados-membros, o que restringiu o financiamento para atividades de paz e segurança. Ao mesmo tempo, também havia instabilidade política e problemas de governança, ainda mais exacerbados por influências externas na região da África Ocidental. A falta de coordenação e comunicação, a integração e cooperação limitadas e a comunicação deficiente foram observadas entre os departamentos envolvidos na implementação da Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA) (ECOWAS, 2023). O Anexo I contém a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).

Em 2019, o Plano de Ação Prioritária 2020–2024 para Erradicar o Terrorismo na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental foi adotado pelos líderes da África Ocidental. Quatro anos se passaram, e o ambicioso plano não melhorou a situação no terreno, e extremistas violentos ainda ameaçam a segurança e a estabilidade da região. A falta de financiamento e as fortes divisões políticas têm obstruído a execução da estratégia antiterrorista da CEDEAO, devido à incapacidade de arrecadar os 2,3 mil milhões de dólares orçamentados e ao desacordo entre os Estados-membros sobre se devem contribuir para um fundo comum da CEDEAO ou alocar fundos para os seus próprios esforços nacionais (Kwarkye, 2024). Esse cenário demonstra a fragilidade da CEDEAO e a relutância de alguns países, especialmente aqueles que não enfrentam diretamente o terrorismo, em cooperar e comprometer-se seriamente com a segurança regional.

A CEDEAO necessita do pleno empenho de todos os seus membros relativamente à alocação de recursos para a estratégia antiterrorista e para o plano de implementação. As restrições de recursos, incluindo a falha no fornecimento dos 2,3 mil milhões de dólares previstos no Plano de Ação 2020–2024, devem ser discutidas e levadas a sério no âmbito da organização.

A União Económica e Monetária da África Ocidental alocou a sua contribuição de 100 milhões de dólares ao Burkina Faso, Mali e Níger, enquanto a Nigéria e o Gana se concentraram na segurança nacional. A Nigéria destinou 80% dos seus 100 milhões de dólares para combater o Boko Haram no nordeste, sendo o restante destinado à CEDEAO. O Gana apenas alocou 5 milhões de dólares dos 50 milhões de dólares que prometeu à CEDEAO em 2020 (Kwarkye, 2024).

Observa-se a existência de uma falta de compromisso com um mecanismo regional e coletivo para combater o extremismo violento no âmbito da CEDEAO, especialmente no que diz respeito à atribuição de fundos para a segurança coletiva, uma vez que os países têm priorizado despesas com a sua segurança nacional em detrimento da segurança regional.

A CEDEAO é uma organização política, diplomática e de coordenação regional. A Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO é o órgão superior que decide sobre intervenções em assuntos de paz e segurança na região. Em qualquer decisão a ser tomada pelo Conselho de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, observa-se o Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (1999). Quem envia os militares são os Estados-membros, quando acionados pelos mecanismos coletivos de segurança, fornecendo tropas, equipamentos e parte do financiamento, como, por exemplo, a AFISMA (Mali, 2013 e 2016) — tropas da Nigéria, Benim, Gana, Guiné-Conacri, Libéria, Níger, Senegal, Togo, Burkina Faso, Chade e Costa do Marfim (ECOWAS, 2023).

As despesas com as intervenções da CEDEAO são mistas, isto quer dizer que são custeadas por Estados-membros da CEDEAO, que, além de contribuírem voluntariamente com militares, salários nacionais e logística básica, contam com a contribuição da própria CEDEAO por meio da taxa comunitária (community levy) de 5% recebida dos países-membros. Sem esquecer que a CEDEAO também recebe, às vezes, apoio político, logístico e financeiro da União Africana (UA), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e de parceiros internacionais, como a União Europeia, e já recebeu ajuda do Canadá, da Itália, do Japão e da Grécia. Os anexos listam as iniciativas de paz e segurança financiadas pelo EPF, incluindo o financiamento da linha orçamentária da taxa de contribuição de 5% (Anexo II), da linha orçamentária de contribuição especial (Anexo III) e dos projetos financiados por doadores e coordenados pelo EPFMT (Anexo IV) (ECOWAS, 2023).

A mobilização de recursos junto aos países e parceiros internacionais, especialmente a União, e a ativação da brigada antiterrorista devem ser consideradas prioridades dentro da organização. A dependência de contribuições financeiras voluntárias e externas, a falta de mobilização de recursos e de ativação permanente da brigada antiterrorista, somadas às crises políticas e aos golpes de Estado, revelam as dificuldades que a CEDEAO enfrenta no combate ao terrorismo. A suspensão de Mali, Burkina Faso e Níger, devido aos golpes de Estado, enfraquece a resposta coletiva e o enfrentamento ao terrorismo. Observamos que a CEDEAO precisa desenvolver autonomia militar e financeira plena para enfrentar os desafios regionais coletivos.

Países da África Ocidental como Mali, Guiné, Burkina Faso e Níger sofreram golpes de Estado e instabilidade política, minando os esforços de combate ao terrorismo. O Mali sofreu um golpe de Estado em maio de 2021, a Guiné, em setembro de 2021, Burkina Faso, em janeiro de 2022, e o Níger, em julho de 2023 (AJLabs, 2023).

Em agosto de 2020, o presidente Ibrahim Boubacar Keita foi deposto por um grupo de coronéis malineses. O golpe foi desencadeado por protestos contra o governo em relação à piora da segurança, eleições legislativas disputadas e acusações de corrupção. Nove meses depois, ocorreu um contragolpe, liderado por Assimi Goita, que havia sido nomeado vice-presidente após o golpe inicial, e assumiu o papel de chefe de Estado. Em setembro de 2021, o coronel Mamady Doumbouya, comandante das forças especiais, derrubou o presidente Alpha Conde. Um ano antes, Condé alterou a constituição para permitir um terceiro mandato, desencadeando revoltas generalizadas. Em janeiro de 2022, o presidente Roch Kabore foi destituído pelo exército de Burkina Faso. Kabore foi responsabilizado por suas falhas em conter a violência de militantes islâmicos. Em setembro do mesmo ano, um segundo golpe liderado pelo capitão do exército Ibrahim Traoré depôs à força Paul Henri-Damiba. Mais tarde, em 26 de julho de 2023, membros da guarda presidencial do Níger detiveram o presidente Mohamed Bazoum em seu palácio. Eles apareceram na televisão nacional, afirmando que estavam tomando o poder para lidar com a "deterioração da situação de segurança e a má governança" (AJLabs, 2023). O ex-presidente, Mohamed Bazoum, ainda está detido e aguarda julgamento por alta traição. Em 27 de março de 2025, o general Abdourahamane Tchiani foi empossado para um mandato de cinco anos como chefe de Estado do Níger. Ainda há dúvidas quanto à governança, ao investimento em segurança e à estabilidade regional.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental suspendeu países sob regime militar. Ela espera que as sanções impostas possam trazer esperança e restaurar as eleições e a democracia. Segundo Velasquez (2022), esses golpes representaram um grande desafio para a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento da região, pois foram motivados pela vontade de usar a violência para promover mudanças políticas.

Burkina Faso, Mali e Níger continuam fora da CEDEAO. De acordo com o *Institute for Economics and Peace* (2022, p. 26), esses países compartilham muitos desafios, como instituições frágeis, corrupção, falta de infraestrutura e dificuldade em controlar suas extensas fronteiras. O combate ao terrorismo é um grande desafio para esses países. Kfir (2022, p. 81) afirmou firmemente que "golpes são produtos de falhas sistêmicas relacionadas à corrupção, má gestão e pobreza". As três nações sob liderança militar alegaram que a CEDEAO não protegeu seus membros e a acusaram de servir a interesses estrangeiros em vez de interesses regionais (Obiezu, 2025).

Houve uma forte divisão na CEDEAO sobre suas sanções e a ameaça de intervenção militar no Níger quando a CEDEAO decidiu estabelecer uma força regional para conter

golpes militares. Mais tarde, o Capitão Ibrahim Traoré, de Burkina Faso, o Coronel Assimi Goita, do Mali, e o General Abdourahamane Tchiani, do Níger, retiraram seus países da CEDEAO e formaram a Aliança dos Estados do Sahel (AES), que criticou fortemente a CEDEAO por falta de apoio no combate ao terrorismo. Os três países foram os mais afetados pelo terrorismo (Kwarkye, 2024). Há um sentimento antiocidental substancial na África Ocidental. Durante os golpes, muitas pessoas, especialmente jovens, foram às ruas para mostrar apoio aos líderes militares, demonstrando sentimento antiocidental, agitando bandeiras russas e preferindo o apoio russo. O Moscovo procurou o reconhecimento diplomático para o bloco AES através de fóruns regionais e internacionais (African Security Analysis, 2025).

Na 43ª reunião ordinária de segurança do Comitê de Chefes de Estado-Maior da CEDEAO (CCDS), realizada em 11 de março de 2025, em Abuja, capital da República Federal da Nigéria, foi discutida a ativação de uma força militar de prontidão de 5.000 soldados para combater o terrorismo e os crimes transfronteiriços sob a "Brigada Antiterrorista da Força de Prontidão da CEDEAO". Burkina Faso, Mali e Níger estavam entre os países que expressaram disposição em contribuir com tropas, mas permaneceram fora da CEDEAO (Obiezu, 2025; Future Media News, 2025). O General Christopher Musa, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Nigerianas, reforçou o compromisso das Forças Armadas com a segurança e a governança democrática na África Ocidental, enfatizando as ameaças representadas pelo terrorismo e pelo crime organizado, e o Ministro da Defesa da Nigéria, Mohammed Badaru Abubakar, sublinhou a necessidade de uma cooperação mais estreita para fortalecer a defesa regional contra ameaças à segurança, particularmente o terrorismo (Future Media News, 2025).

A CEDEAO precisa reintegrar os países da Aliança dos Estados do Sahel (AES) à organização para garantir uma cooperação e coordenação plenas e sólidas no combate ao extremismo violento devido à natureza transfronteiriça do terrorismo. A natureza transfronteiriça do terrorismo na África Ocidental exige que os Estados tenham políticas e estratégias comuns em termos de comunicação, compartilhamento de informações e inteligência, e condução de operações conjuntas, pois depender exclusivamente das ações estratégicas nacionais de cada Estado não é suficiente para erradicar o extremismo violento. Organizações terroristas como Boko Haram, JNIM, ISWA, AQMI, ISGS, Ansar al-Islam e Katiba Macina operam em áreas transfronteiriças.

Por fim, podemos afirmar que a CEDEAO não conseguiu deter o extremismo violento devido a dois fatores: apoio financeiro e político (Kwarkye, 2024). Muitos países africanos

enfrentam desafios na aplicação de medidas antiterrorismo devido a vários fatores, incluindo recursos financeiros insuficientes e falta de vontade política (Pathak, 2017, p. 671).

A CEDEAO deve encorajar e pressionar seus membros a se comprometerem com meios financeiros e demonstrarem vontade política para fortalecer a cooperação regional. A CEDEAO não apenas falhou financeira e politicamente na implementação de seu plano antiterrorismo, mas também não responsabilizou os Estados por suas falhas ao cometerem abusos de direitos humanos.

A CEDEAO afirma que os seus Estados-membros devem respeitar o direito internacional, cumprir as Cartas Africanas dos Direitos Humanos e dos Povos e dos Direitos e Bem-Estar da Criança, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ECOWAS, 2013, p. 6). No entanto, a organização não conseguiu responsabilizar os Estados por violações dos direitos humanos, uma vez que, segundo a ECOWAS (2013, p. 41), "o Tribunal Comunitário será responsável pela aplicação dos direitos das vítimas do terrorismo, em conformidade com a sua jurisdição".

Desde 2012, as atividades antiterrorismo da Força-Tarefa Conjunta (FTC) têm sido fortemente criticadas por abusos de direitos humanos, como execuções extrajudiciais por organizações de direitos humanos, organizações internacionais e nações ocidentais devido ao número de vítimas. Muitas pessoas estavam fugindo das áreas do norte da Nigéria para evitar assassinatos, tiroteios indiscriminados e prisões pela Força-Tarefa Conjunta. Um dos exemplos notáveis é o ataque militar de Baga em abril de 2013. Foi relatado que mais de 187 pessoas, a maioria civis, perderam a vida e várias propriedades foram destruídas (Onapajo, 2013, p. 57).

Violações sexuais e de gênero foram infligidas a mulheres e meninas por agências de segurança nigerianas, bem como atos de tortura contra aquelas que sobreviveram ao governo do Boko Haram no nordeste da Nigéria. A Força-Tarefa Conjunta separou mulheres de seus maridos, colocando-as em campos satélites no estado de Borno, onde foram submetidas à fome e ao estupro (Center for Development and Democracy, 2018, p. 4). Abusos de direitos humanos na Nigéria limitaram a assistência de segurança dos EUA, enquanto o Reino Unido proibiu a venda de armas letais para o país (Blanchard, 2016, p. 14).

O governo do Mali foi fortemente criticado por erros e abusos de direitos humanos cometidos por tropas locais (Institute for Economics & Peace, 2022, p. 49). No início de 2018, houve pelo menos 95 execuções extrajudiciais relatadas na região de Maneka, no Mali (Center for Development and Democracy, 2018, p. 4). Em maio de 2018, a Força Conjunta do

G5 Sahel sofreu uma emboscada, resultando na morte de 15 civis desarmados pelo exército malinês, que erroneamente acreditou que se tratava de suspeitos insurgentes (Center for Development and Democracy, 2018, p. 7).

Uma questão importante a reter é que a África Ocidental é uma região diversificada em termos de raça, etnia e religião. Há pessoas de origens diversas. A coesão social é um pilar fundamental para relações pacíficas no seio das comunidades, tanto rurais como urbanas. O Fórum dos Idosos da CEDEAO é um órgão fundamental dentro do bloco regional. Deve desempenhar um papel crucial dentro da organização para promover relações pacíficas dentro das comunidades. Deve influenciar as discussões políticas, as decisões e as políticas dentro da CEDEAO para abordar a polarização, a discriminação e a quebra de confiança entre diferentes grupos étnicos, que são frequentemente exacerbadas por discursos de ódio, divisões políticas ou influência de bases étnicas no poder político ou religioso. A CEDEAO prometeu trabalhar com as organizações religiosas da África Ocidental para prevenir o extremismo e a radicalização (Economic Community of West African States, 2013), e este compromisso deve ser plenamente cumprido. Na nossa análise, as estratégias antiterroristas da CEDEAO devem ser abrangentes. Estas estratégias devem incorporar não só a estratégia militar, a partilha de informações, a cooperação regional e a cooperação internacional, mas também o envolvimento comunitário, que pode ser abordado pelo Fórum dos Idosos da CEDEAO, que pode utilizar os seus esforços para promover a tolerância, a inclusão e a resiliência comunitária, trabalhando com comunidades religiosas e tradicionais com narrativas antiterroristas.

A violência e o terror, formas de terrorismo e de extremismo, são ameaças reais aos direitos humanos e constituem violações desses direitos. Cada membro da CEDEAO deve compreender que os caminhos da radicalização são as vias ou rotas que os indivíduos percorrem ao adoptarem ideologias extremistas. Fundamentalmente, os Estados devem estar presentes na vida de cada indivíduo, seja em comunidades urbanas ou rurais, porque quando os indivíduos são expostos a visões e narrativas radicais, à influência de líderes carismáticos e a queixas pessoais e coletivas, é provável que adoptem visões radicais e se tornem extremistas violentos. Se os Estados compreenderem os caminhos da radicalização, poderão identificá-la e preveni-la. Compreender os caminhos da radicalização passa por reconhecer que tanto as comunidades rurais como as urbanas esperam apoio do Estado em termos de proteção e direitos humanos, sem qualquer discriminação com base na raça, etnia, religião, clã ou outras identidades sociais. A ausência do Estado na vida dos indivíduos das comunidades rurais pobres ou das aldeias pode gerar um sentimento de injustiça partilhada. As pessoas podem

perceber que estão a ser marginalizadas, ignoradas e abandonadas pelo Estado, ou, quando os discursos de ódio são dirigidos a um determinado grupo ou indivíduo com base na raça, religião ou etnia, isso pode alimentar a raiva e levar as pessoas a adotarem visões radicais.

A CEDEAO necessita de gestão eficaz da informação para apoiar os esforços de combate ao terrorismo, uma vez que a informação é vital para combater o terrorismo. É uma das chaves nos processos de tomada de decisão. A gestão eficaz da informação é essencial para o planeamento de diretrizes, a elaboração de protocolos, a nomeação de indivíduos e a condução de operações dos países contra terroristas. Garante que as ações são eficazes e positivas, especialmente no equilíbrio das medidas de segurança com a proteção humana. Têm sido muitos os casos de violações dos direitos humanos, incluindo os mencionados nesta dissertação, de abusos e falhas das agências estatais na proteção dos direitos humanos. Os atos terroristas de violência e terror causam trauma, sofrimento psicológico e emocional. As comunidades, as aldeias e as vítimas individuais da violência e do terror são abandonadas, sem programas de apoio à reabilitação, tornando-as mais vulneráveis devido ao sofrimento psicológico e emocional. Construir resiliência comunitária envolve mais do que apenas o envio de polícias ou militares. Requer também a criação de oportunidades de emprego, programas de empreendedorismo, formação profissional para ajudar os indivíduos a adquirirem competências e educação, e apoio económico. Ao focarem-se nestas áreas, as comunidades podem capacitar os seus membros para recuperar a estabilidade financeira e melhorar os seus meios de subsistência. Esta é uma das estratégias eficazes para construir resiliência comunitária. Quando os indivíduos não sentem que estas oportunidades existem, isso pode gerar um sentimento de marginalização, discriminação, desilusão, amplificar as queixas locais e torná-los vulneráveis e suscetíveis a ideologias extremistas.

A responsabilidade pela avaliação do impacto dos ataques terroristas não deve recair apenas sobre os Estados-membros onde ocorrem, mas deve também envolver a CEDEAO. Os Estados que não enfrentam o terrorismo diretamente devem contribuir para a segurança coletiva, avaliando os danos e os recursos disponíveis e promovendo a resiliência das comunidades. O reforço da coesão social é crucial para a construção da confiança e da segurança. Uma avaliação completa dos ataques fornece informações vitais para o combate ao terrorismo e para a preparação para futuras emergências. Estas avaliações devem ser integradas nas estratégias de segurança para garantir a segurança nacional e regional e proteger os cidadãos da CEDEAO.

Em relação ao financiamento do terrorismo na África Ocidental, todos os elementos mencionados revelam claramente que o terrorismo é um fenómeno complexo e desafiador.

Para combatê-lo, é necessária coordenação para além das fronteiras nacionais de cada Estado-membro da CEDEAO, uma vez que os terroristas utilizam canais ilícitos e legais para o financiamento do terrorismo que ultrapassam as fronteiras nacionais. Há fraca vigilância das fronteiras e fronteiras nacionais porosas, com diversas rotas ilegais que permitem a facilidade do contrabando de armas ligeiras e de pequeno calibre, contrabando de dinheiro em numerário, provenientes de atividades de mineração ilegal controladas pelos terroristas e de atividades informais, tráfico de drogas, raptos para resgate e roubos. A implementação da Convenção da CEDEAO sobre Cooperação Policial, no âmbito do Comité dos Chefes de Polícia Oeste-Africanos (Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia da África Ocidental – WAPCCO), do Plano de Ação Regional de Combate ao Terrorismo, assim como da Declaração Política e da Posição Comum da CEDEAO contra o Terrorismo, torna-se indispensável para os Estados-membros da CEDEAO, a Comissão da CEDEAO e os aplicadores da lei.

Dentro do plano de combate ao terrorismo, um dos objetivos é melhorar a coordenação operacional a nível nacional e regional, em termos de serviços de informações e inteligência, sob o comando da WAPCCO como órgão central, incluindo a Coordenação dos Serviços de Segurança (CCSS), que envolve a polícia e as forças armadas (Economic Community of West African States, 2013).

A África Ocidental possui zonas de livre comércio, o que representa uma grande vantagem para os cidadãos da região. No entanto, a CEDEAO deve fortalecer a cooperação no controlo das fronteiras para garantir um controlo abrangente da circulação de pessoas e regulamentações rigorosas sobre a circulação de dinheiro através das fronteiras, visto que os terroristas se aproveitam das economias informais e das atividades económicas não regulamentadas e baseadas em dinheiro vivo para financiar as suas atividades sem serem detectados ou impedidos pelas autoridades competentes. A GIABA deve ser fundamental na colaboração com bancos e Unidades de Informação Financeira (UIF) dos países da CEDEAO para investigar movimentações financeiras suspeitas de constituírem possíveis financiamentos ao terrorismo.

A Força-Tarefa Conjunta Multinacional, a Força Conjunta do Grupo dos Cinco para o Sahel, a Iniciativa de Acra, as coligações sub-regionais ad hoc, os mecanismos bilaterais e os esforços nacionais, por si só, não conseguem eliminar o terrorismo na África Ocidental por meio de esforços isolados. A CEDEAO necessita de uma parceria mais ampla e sustentável, conforme delineado na sua Estratégia de Combate ao Terrorismo e Plano de Implementação (2013). Isso envolve a colaboração com diversos parceiros, incluindo a União Africana, o

Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos, as Nações Unidas, a União Europeia, a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol), a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), o Grupo de Ação Financeira (FATF), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Grupo Banco Mundial, a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Organização Marítima Internacional (OMI), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Centro das Nações Unidas de Combate ao Terrorismo e a Direção Executiva do Comité de Combate ao Terrorismo das Nações Unidas (CTED). Além disso, as colaborações devem incluir a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), o Comité dos Serviços de Inteligência e Segurança em África (CISSA), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), juntamente com os meios de comunicação, organizações da sociedade civil e instituições académicas, como o Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo (ACSRT), a Associação Africana de Procuradores (APA) e o Institute for Security Studies (ISS).

Essas parcerias devem concentrar-se no reforço de capacidades, na formação, no financiamento, no desenvolvimento de competências, na partilha de informações, na monitorização, nas sinergias e na coordenação para prevenir e combater o terrorismo na África Ocidental. Devem também estabelecer mecanismos para a acusação e o julgamento de terroristas, bem como para o enfrentamento do financiamento do terrorismo. Os terroristas da África Ocidental criaram uma rede que se estende para além da região, operando como parte de uma rede terrorista transnacional. Portanto, uma parceria sólida, tanto dentro como fora do continente africano, é essencial para prevenir e combater o terrorismo com sucesso. Para a CEDEAO, promover parcerias centradas na formação, no desenvolvimento de competências e na partilha de informações com blocos regionais africanos é fundamental para dismantlar as redes terroristas que operam de forma transnacional.

b) Parceria EUA-Nigéria e os interesses dos países poderosos

Na secção seguinte, analisaremos e avaliaremos criticamente a Parceria EUA-Nigéria em relação aos ataques aéreos em Sokoto. A questão central é: os ataques aéreos dos EUA em Sokoto visam proteger os cristãos nigerianos ou existe algum interesse por detrás destes ataques? Além disso, analisaremos os interesses dos países poderosos.

Os ataques aéreos dos EUA contra grupos terroristas ligados ao ISIS são alegadamente justificados como resposta ao genocídio e à perseguição contra os cristãos na Nigéria. Em outubro e novembro de 2025, os EUA alegaram que a perseguição e o genocídio contra os cristãos estavam a ocorrer na Nigéria e que iriam agir decisivamente com força militar para pôr fim à perseguição e ao genocídio. Os EUA estavam a investigar como lançar um ataque contra campus terroristas. A 25 de dezembro, os EUA atacaram bases terroristas no estado de Sokoto, no noroeste da Nigéria. Os ataques aéreos dos EUA foram coordenados com o governo nigeriano. O Departamento de Guerra dos Estados Unidos divulgou um vídeo dos ataques (Nwachukwu, 2026), e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, escreveu em sua rede social, o Instagram:

Esta noite, sob as minhas ordens como Comandante-Chefe, os Estados Unidos lançaram um poderoso e mortal ataque contra a escumalha terrorista do ISIS no noroeste da Nigéria, que tem atacado e matado brutalmente, principalmente, cristãos inocentes, a níveis nunca vistos há muitos anos, e até mesmo séculos! Já tinha alertado estes terroristas de que, se não parassem com o massacre de cristãos, haveria consequências terríveis, e esta noite, vieram. O Departamento de Guerra executou inúmeros ataques perfeitos, como só os Estados Unidos são capazes de fazer.

DONALD J. TRUMP

PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (Trump, 2025).

Terroristas, criminosos e grupos armados têm estado envolvidos em violência e raptos para resgate, extorsão de pessoas e contribuído para o conflito por recursos escassos. É fundamental notar que não só os cristãos são vítimas da violência terrorista e de raptos, mas também os muçulmanos, os adeptos das religiões tradicionais e de outras minorias. É essencial saber, e é inegável, que os cristãos são alvos por causa da sua fé, por serem cristãos. Os muçulmanos que se opõem à violência terrorista ou a visões islâmicas radicais são também alvos; esta é a razão pela qual alguns muçulmanos são vítimas de violência terrorista e raptos para resgate. As comunidades cristãs do nordeste da Nigéria, onde o Boko Haram e o ISWAP operam, sofrem de extremismo violento. O Boko Haram e o ISWAP atacaram comunidades cristãs nos estados de Borno e Adamawa, e igrejas e propriedades cristãs foram destruídas por terroristas. Os ataques são, por vezes, confirmados pelos terroristas através dos seus canais de comunicação social, que reivindicam a autoria.

Cristãos, muçulmanos, pessoas sem religião e adeptos de religiões tradicionais são todas vítimas de ataques violentos. Os ataques ocorrem de diversas formas e em muitos locais diferentes, com a destruição de infraestruturas públicas e privadas, hospitais, escolas, mercados, restaurantes, bares, igrejas, pontes, autocarros e automóveis. Os terroristas na África Ocidental têm utilizado a religião islâmica para justificar a violência e o terror. Quando

analisamos a secção (iii), ideologia e subideologia da estrutura analítica criada no Capítulo II, a religião é uma ideologia comum utilizada pelos terroristas nos seus atos. Doze estados na Nigéria estabeleceram a Lei Sharia, e os terroristas querem que todo o país seja baseado na religião, algo que contraria a origem multiétnica e diversa dos cidadãos nigerianos.

De acordo com *Nigerian Search Guide* (2026), a lei islâmica (Sharia) nos Estados do norte da Nigéria transcende um mero sistema legal entre os muçulmanos; ela incorpora a história, a cultura e as convicções religiosas da região. Trata-se de uma estrutura legal, enraizada nos ensinamentos islâmicos, que rege diversos aspectos da vida, incluindo casamento, finanças, justiça criminal e conduta pessoal. Os estados que implementam a lei islâmica são Zamfara (primeiro, em 1999), Kano, Sokoto, Katsina, Kebbi, Jigawa, Yobe, Borno, Bauchi, Gombe, Kaduna, Níger.

Os fatores seculares e religiosos têm sido utilizados para justificar o terrorismo na região. Os principais fatores seculares são de natureza política e económica e relacionam-se com a má gestão dos recursos naturais, desigualdades (e injustiças), desemprego, marginalização e degradação ambiental e ecológica. Os fatores religiosos incluem a frustração com os governos seculares e o desejo de os substituir por califados religiosos dogmáticos (ECOWAS, 2013, p. 6).

A operação de ataques aéreos foi planeada e executada em conjunto com o governo nigeriano, que vinha sofrendo pressões da comunidade cristã para pôr fim ao genocídio, à perseguição e ao assassinato de cristãos inocentes. O Secretário de Estado norte-americano alertou a Nigéria para a necessidade de não permitir o assassinato de cristãos inocentes e afirmou que os EUA realizariam ataques aéreos no país caso o governo nigeriano não agisse para pôr fim aos assassinatos. O Presidente Donald Trump designou a Nigéria como um “País de Preocupação Especial”. Em resposta, Abuja alegou que tanto os cristãos como os muçulmanos são vítimas do terrorismo e afirmou que se esforça por garantir a liberdade de todos os cidadãos nigerianos.

Por detrás dos ataques aéreos dos EUA, há questões importantes que precisam de ser analisadas. Algumas comunidades cristãs nos EUA pressionaram o presidente Donald Trump para tomar medidas contra grupos terroristas. Através das redes sociais, as comunidades cristãs nigerianas manifestaram o seu interesse em ver os ataques aéreos militares dos EUA contra terroristas, pois têm sofrido, visto as suas igrejas incendiadas e fugido de ataques terroristas. O Reverendo Pastor Ezekiel Dachomo foi uma figura proeminente entre as comunidades cristãs. Ele usou as redes sociais para implorar ao presidente Donald Trump que tomasse medidas decisivas e ajudasse a travar os massacres de cristãos na Nigéria. Recorde-se de que terroristas atacaram a sua igreja e membros foram mortos. Foi visto a orar sobre os

túmulos e a suplicar a Deus que agisse para salvar os cristãos dos ataques terroristas, além de criticar o governo nigeriano e as agências de segurança.

Por detrás da justificação dos EUA para os ataques aéreos, vemos não só o objetivo de pôr fim ao massacre de cristãos inocentes, mas também a preocupação dos EUA em não perder a sua influência na região. Os EUA são parceiros de longa data da Nigéria no comércio de petróleo. Em 2024, os Estados Unidos eram um dos maiores investidores estrangeiros na Nigéria, principalmente nos sectores petrolífero, mineiro e comércio grossista. Em 2023, as exportações de bens dos EUA para a Nigéria atingiram cerca de 4,2 mil milhões de dólares, tornando-se um parceiro comercial fundamental na África Subsaariana. As principais exportações americanas incluem veículos, maquinaria e produtos petrolíferos. Entretanto, as exportações nigerianas para os EUA ascenderam a cerca de 6,4 mil milhões de dólares, consistindo principalmente em petróleo bruto e produtos agrícolas. O comércio bilateral ultrapassou os 11,2 mil milhões de dólares em 2023, impulsionado pela estabilidade dos preços da energia e pela crescente diversificação das exportações nigerianas para além do petróleo (International Trade Administration, 2025).

O Comando Africano dos EUA mantém a sua presença militar não só para ajudar os países da África Ocidental a manter a segurança nacional, mas também para aprofundar a sua influência na região. A presença da China e da Rússia representa uma grande ameaça à influência dos EUA na região. As revoluções em alguns países da África Ocidental, especialmente no Níger, Burkina Faso e Mali, que se voltaram contra a influência e o domínio ocidental na região, foram vistas como uma ameaça à influência dos EUA, pois estes estavam a perder a sua posição de liderança na região para a Rússia e a China, mas, especificamente, para a Rússia, dado que estes três países africanos fizeram da Rússia o seu maior aliado e Moscovo tem apoiado militarmente estes países. A presença de tropas russas, especialmente do Grupo Wagner, era utilizada para ajudar estes países a treinar os seus soldados e a combater os terroristas. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Sergey Lavrov, declarou à imprensa que

a Aliança dos Estados do Sahel é uma evidência clara do segundo renascimento de África e da aspiração dos africanos a desempenhar um papel ativo e independente nos assuntos globais e a livrar-se dos resquícios da sua dependência colonial. [...] Alguns atores não regionais não abandonaram as suas tentativas de desestabilizar a região. Ao grupo das antigas potências coloniais juntou-se recentemente o regime de Kiev, que está a apoiar abertamente grupos terroristas nessa parte de África, com a conivência dos seus patrocinadores ocidentais (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2025).

Não só os EUA estão a perder influência na região, como também a França. A França era um aliado fundamental dos países da África Ocidental, principalmente dos países francófonos. Desde que estes países conquistaram a independência, a França tem mantido laços com eles para preservar a sua influência e posição na região. O país tem um profundo interesse nos recursos naturais destas nações, especialmente o urânio e o ouro. A França assumiu o controlo da região, explorando o urânio e o ouro, e imprimindo a moeda franco CFA (XOF) para a maioria dos países da África Ocidental. Como benefício, enviou tropas para esses países para manter a paz e a segurança. Os soldados franceses em solo africano não tinham apenas a função de auxiliar na manutenção da paz e da segurança, mas também de manter a região sob influência francesa e garantir os benefícios da exploração dos recursos naturais locais.

A Aliança dos Estados do Sahel (AES) e outros países romperam relações com a França e enviaram tropas francesas de volta para o país. Isto fez parte do que chamam de "revolução", que significa que os países africanos não devem aceitar ser explorados e permanecer sob o controlo das potências imperialistas e colonialistas; devem despertar e lutar contra todas as formas de colonialismo e imperialismo que os mantêm na pobreza, deixam o seu povo sem educação e emprego e roubam o futuro a gerações de jovens africanos. A revolução despertou muitas mentes, especialmente entre os jovens, que se posicionaram firmemente em seu apoio. O apoio à revolução não se fez notar apenas em África, mas também em todo o mundo, incluindo por comunidades da diáspora. Observamos um grande apoio a essa manifestação por meio dos meios de comunicação online e tradicionais. Vivemos em uma era em que a tecnologia faz parte do dia a dia de muitas pessoas. O poder de mobilização é muito elevado, pois os indivíduos podem facilmente propagar as suas ideias, que se podem tornar virais e ganhar destaque, como no caso da revolução da Aliança dos Estados do Sahel (AES).

A Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO admitiu o Burkina Faso, o Mali e o Níger como membros não pertencentes à CEDEAO no âmbito do GIABA. Após a formação da Aliança dos Estados do Sahel (AES), os três países retiraram-se oficialmente da CEDEAO a 29 de janeiro de 2025 (GIABA, 2025). A Aliança dos Estados do Sahel (AES) não só se retirou da CEDEAO, como também da Organização Internacional da Francofonia (OIF) (TRT AFRICA, 2025).

A Base Aérea 101 dos EUA em Niamey e a Base Aérea 201 em Agadez passaram para o controle do Níger em 5 de agosto de 2024, após a retirada das forças militares americanas. Essa retirada ocorreu depois que os EUA suspenderam a cooperação em segurança com o

Níger, Mali e Burkina Faso devido a golpes de Estado nesses três países. Anteriormente, os EUA forneciam apoio de inteligência, vigilância e reconhecimento, bem como treino às tropas locais no combate ao terrorismo (Okafor, 2024). Os EUA também auxiliaram os esforços militares franceses no Mali, Níger e Burkina Faso, trabalhando ao lado das forças locais na sua luta contra grupos jihadistas (Pike, 2017).

Atualmente, os EUA mantêm uma base no Benim e possuem "Cooperative Safety Locations" (LSCs) em diversos países da África Ocidental, incluindo o Gana e o Senegal. Além disso, os EUA procuram um acordo com a Costa do Marfim para operar drones a partir da base aérea de Bouaké, mantendo, ao mesmo tempo, uma presença militar significativa na Nigéria (Pike, 2017). A 4 de outubro de 2017, quatro norte-americanos foram mortos numa emboscada de militantes na aldeia de Tongo Tongo, no Níger. Entre as vítimas estavam 30 soldados nigerinos e um intérprete, dos quais cinco morreram. Dos 11 militares norte-americanos, quatro perderam a vida no ataque. Esta perda gerou um debate político controverso, com alguns políticos americanos a defenderem que o objectivo da missão não era o combate, mas sim o treino, o aconselhamento e a ajuda às tropas locais. Membros do Congresso de ambos os partidos, democratas e republicanos, manifestaram preocupação com o conhecimento limitado que tinham da presença militar americana no Níger. Além disso, verificou-se insatisfação entre as famílias dos soldados mortos e os parlamentares que questionaram a autorização da presença das Forças Especiais americanas no Níger sem a aprovação do Congresso (Callimachi et al., 2018).

O General Thomas Waldhauser, anteriormente comandante do Comando Africano, informou o *The New York Times* que os EUA não iriam "abandonar" o seu compromisso de treinar as forças locais em ações antiterroristas. Certos responsáveis da defesa norte-americana opõem-se à proposta de encerramento de bases militares em África, argumentando que isso poderia diminuir a influência americana numa altura em que a China e a Rússia procuram aumentar a sua (Pike, 2017). Segundo a African Security Analysis (ASA, 2025), os EUA estão monitorando o papel crescente da Rússia na região, ao mesmo tempo que fortalecem sua cooperação militar na área.

O número de bases militares estrangeiras no continente africano aumentou em 2016, o que gerou grande preocupação para a União Africana. A 15 de Outubro de 2003, Nile Gardiner e James Carafano, da *Heritage Foundation*, nos Estados Unidos, publicaram um relatório intitulado "Assistência Militar dos EUA para África: Uma Melhor Solução". Propuseram que o governo dos EUA estabelecesse um Comando dos EUA para África que interviesse em África "quando interesses nacionais vitais [dos EUA] estivessem em risco",

semelhante à abordagem adotada na América Latina e no Caribe com a formação do Comando Sul dos EUA em 1963 (Institute for Social Research, 2021).

Os países da África Ocidental, particularmente aqueles que lutam contra o terrorismo, a guerra e outras ameaças, estão dispostos a abrigar o Comando Militar dos EUA (AFRICOM), mas existe controvérsia e receio entre as organizações da sociedade civil e em ambientes políticos sobre a crescente presença militar dos EUA, levando à interferência americana na política externa e interna africana. Qualquer presença militar estrangeira em África levanta preocupações sobre os interesses do país estrangeiro no país de acolhimento. A maioria das presenças militares é estrategicamente planeada e concebida para servir os interesses de um país estrangeiro. Podem, frequentemente, exercer pressão externa sobre os países para que estes se alinhem com os seus interesses. Na maioria dos casos, os acordos com países estrangeiros dependem da exploração de recursos naturais. Estes recursos são de grande interesse para os países ocidentais e poderosos.

Segundo o Instituto de Investigação Social (2021), o subsolo africano contém uma vasta gama de recursos naturais: 98% do crómio mundial, 90% do cobalto e da platina, 70% do coltan e da tantalite, 64% do manganês e quantidades significativas de ouro e urânio. O continente detém 30% de todas as reservas minerais, 12% das reservas mundiais conhecidas de petróleo, 8% das reservas mundiais de gás natural e 65% das terras aráveis do mundo.

A China está ativamente envolvida em diversos setores, incluindo mineração e extração de recursos, madeira e vida selvagem, pesca, recursos hídricos, energia e infraestrutura na África Ocidental. A iniciativa chinesa "Um Cinturão, Uma Rota" (BRI, na sigla em inglês) está se expandindo rapidamente. De acordo com a African Security Analysis (2025), a África tornou-se uma região-chave para Pequim garantir o acesso a minerais essenciais. A China está focada na obtenção de cobalto, lítio, elementos de terras raras, cobre, bauxita e urânio para abastecer suas indústrias de veículos elétricos, baterias e defesa, bem como sistemas aeroespaciais, semicondutores, inteligência artificial e dispositivos médicos (Nantulya, 2025). Além disso, a China busca diamantes e ouro (Babatunde et al., 2025).

A Chifeng Gold, uma empresa chinesa de mineração de ouro, adquiriu minas no Mali que pertenciam anteriormente a empresas canadenses e sul-africanas e opera em sete minas na África (Chifeng Gold, 2025). A Guiné, com suas grandes reservas de bauxita, é um fornecedor crucial para a indústria de alumínio da China por meio de empresas como a SMB e a Chalco. A Ganfeng Lithium opera no Mali, mas quando a junta militar assumiu o poder, suspendeu várias licenças e exigiu novos termos "win-win", provocando protestos relacionados à degradação ambiental (African Security Analysis, 2025).

Indivíduos, empresas e agentes estatais chineses estão envolvidos em operações de mineração, tanto legais quanto ilegais, em toda a África Ocidental. Sua presença é notável em países como Nigéria, Libéria, Mali, Gana, Serra Leoa, Costa do Marfim e nas nações do Sahel central — Burkina Faso, Mali e Níger. Entidades chinesas atuam na mineração em pequena e grande escala, utilizando maquinário pesado, e estabeleceram conexões com mineradores locais. No entanto, as atividades de mineração chinesas na África Ocidental são, por vezes, associadas ao crime organizado e à proliferação de armas. As operações de mineração ilegal frequentemente financiam grupos armados e terroristas, incluindo o Boko Haram e bandidos no estado de Zamfara, na Nigéria (Babatunde et al., 2025).

De acordo com a African Security Analysis (2025), em 14 de agosto de 2025, a Rússia sediou uma cúpula de defesa onde assinou um Memorando de Cooperação em Defesa com a Aliança dos Estados do Sahel (AES). Este acordo posiciona a Rússia como um parceiro externo fundamental em segurança, permitindo que a AES se beneficie de treinamento militar, apoio logístico, transferência de armas e coordenação de inteligência. A Rússia se comprometeu a treinar e apoiar a força conjunta da AES, composta por 5.000 soldados, em seus esforços para combater o terrorismo e garantir a segurança de suas fronteiras.

Vale ressaltar também que a AES se formalizou como uma confederação em 6 de julho de 2024, ao assinar um tratado para aprofundar seu pacto de defesa e aprimorar a cooperação nos setores de defesa, econômico e social (TRTFARICA, 2025). Essa colaboração representa uma vantagem significativa para a Rússia, seu principal aliado, permitindo que ela utilize fóruns regionais e internacionais para obter reconhecimento para a AES e salvaguardar seus principais interesses na região. Além disso, as iniciativas econômicas e de infraestrutura ligadas à Rússia expandiram-se principalmente nos setores de mineração, energia e construção (African Security Analysis, 2025).

Para melhor compreender os interesses estrangeiros, foi essencial coletarmos e analisarmos informações sobre esses interesses na África Ocidental. A região serve como ponto focal para a influência diplomática, de segurança e econômica de países poderosos, que utilizam fóruns bilaterais, regionais e internacionais para salvaguardar seus interesses e manter suas posições de poder e influência.

O continente africano possui importância estratégica, atraindo o interesse de parceiros internacionais, nações estrangeiras e suas empresas devido aos seus ricos recursos minerais e ativos econômicos. Nesse contexto global, é crucial que a África, como um todo, se engaje ativamente e assegure que todas as sociedades africanas se beneficiem desses recursos, tanto a curto quanto a longo prazo. Se a África continuar a depender fortemente de nações

estrangeiras para seus resultados de desenvolvimento, corre o risco de se tornar um ator passivo, sujeito a pressões externas.

Para redefinir sua posição, a África deve se apresentar como um continente capaz de negociar acordos vantajosos para todos, rejeitando formas de exploração e dominação que minam sua autonomia e a soberania de suas nações. Alcançar a estabilidade, abordando questões como o terrorismo e os conflitos prolongados, juntamente com a promoção do desenvolvimento acelerado e o fortalecimento da economia africana, deve ser prioridade para a União Africana como organização continental. E isso não deve ser responsabilidade exclusiva dos blocos regionais. A União Africana deve desempenhar um papel fundamental nessa questão. Além disso, a África deve aprender a navegar eficazmente no cenário geopolítico, alavancando seus recursos naturais e minerais críticos a seu favor, em vez de ser usada como campo de batalha para guerras por procuração (*proxy wars*) instigadas por potências ocidentais e superpotências que visam explorar o continente. Conforme declarado pela African Security Analysis (2025), os recursos minerais da África servem tanto como ativos econômicos quanto como ferramentas estratégicas. Quando gerenciados adequadamente, têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento inclusivo; no entanto, se mal administrados, podem exacerbar as desigualdades e minar a soberania.

Considerações finais

O terrorismo na África Ocidental representa uma ameaça à estabilidade, à paz, à segurança e ao desenvolvimento sustentável da sub-região. O combate à radicalização, ao fundamentalismo e ao extremismo requer não apenas equipamentos e forças militares e policiais, mas também o estudo da região, a preparação profissional e qualificada das forças de segurança e a comunicação e coordenação de ações entre países e agências, como a Força-Tarefa Conjunta Multinacional, o GIABA e o ECOMAC, sob o controle da CEDEAO. É fundamental adotar uma abordagem holística para questões sociais e socioeconômicas, pois essas constituem vulnerabilidades da região que favorecem um ambiente propício ao avanço do terrorismo.

Ao discutir a paz e a segurança na África Ocidental, é necessário garantir que líderes religiosos carismáticos não se aproveitem da educação religiosa para pregar a violência e ideias radicais. Portanto, é preciso incluí-los no diálogo sobre paz, segurança e desenvolvimento da África Ocidental. Os líderes religiosos têm papel fundamental na pregação da tolerância, na defesa da coesão inter-religiosa, na rejeição de interpretações errôneas do Islã e na oposição a narrativas prejudiciais. A educação é uma fonte essencial de

resiliência e pode dissuadir indivíduos de se juntarem a organizações terroristas, conforme o PNUD (2023). Quanto maior o nível de alfabetização dos indivíduos, menor a probabilidade de serem influenciados pelo extremismo violento.

O terrorismo na África Ocidental tem natureza transfronteiriça: os terroristas operam além das fronteiras de origem e desenvolveram estratégias transnacionais. Isso provoca deslocamento generalizado de civis dentro e através das fronteiras estatais e agrava as necessidades humanitárias. Essa característica dificulta esforços unilaterais de combate e exige ações cooperativas entre os países da CEDEAO.

Outra característica dos grupos terroristas é atuarem como provedores alternativos de serviços, justiça e bem-estar. Eles exploram conflitos interétnicos e intercomunitários para recrutar novos membros, o que ocorre devido à ausência do Estado, à sua fragilidade ou à percepção de corrupção e abuso. Estados da África Ocidental frequentemente estão ausentes ou têm presença limitada em comunidades periféricas e rurais. Pessoas que vivem nessas áreas vulneráveis são mais propensas a se tornar simpatizantes ou a serem recrutadas por grupos terroristas.

A compreensão do terrorismo na África, especialmente na África Ocidental, deve considerar diversos fatores sociais, religiosos, culturais e políticos. O combate e a prevenção do terrorismo devem envolver organizações de jovens e mulheres, líderes comunitários e religiosos e governos locais em diálogos sobre paz, segurança e desenvolvimento.

Organizações extremistas violentas exploram vulnerabilidades relacionadas a laços sociais, étnicos e religiosos, bem como desafios associados ao comércio transfronteiriço e às gangues criminosas, frequentemente chamadas de “bandidos”. Esses grupos também se aproveitam dos meios de subsistência da população. A CEDEAO deve abordar essas questões em sua política de segurança, investigando como terroristas e gangues criminosas exploram vulnerabilidades individuais para promover seus objetivos e manter suas atividades.

A CEDEAO precisa envolver comunidades, líderes étnicos e religiosos em um diálogo inclusivo focado na paz e na segurança na região. A paz e a segurança são fundamentais para o desenvolvimento. Líderes comunitários e étnicos desempenham papel significativo na promoção da estabilidade na África Ocidental. Em alguns casos, esses líderes podem, inadvertidamente, acolher terroristas e gangues criminosas porque estes lhes oferecem proteção contra outros grupos ou fornecem alguns serviços básicos. Em geral, gangues criminosas e terroristas frequentemente se posicionam contra o governo, levando a população a sentir-se abandonada ou marginalizada, sentimento que é explorado como oportunidade de recrutamento. Neste trabalho, procurei evitar narrativas de islamofobia. Questões religiosas

são sensíveis e devem ser abordadas com cuidado e responsabilidade; como pesquisador, foi necessário seguir a conduta da pesquisa acadêmica.

A CEDEAO precisa ir além da institucionalização e das políticas, avançando para a operacionalização e alcançando resultados concretos, conforme afirma ser uma organização do povo, e não apenas dos Estados. Não pode se manter distante no combate à insegurança causada pelo terrorismo. Deve apoiar os Estados do Sahel Central (Burkina Faso, Mali e Níger), juntamente com a Nigéria, com ações concretas para enfrentar o terrorismo e as ameaças relacionadas.

A organização deve alocar fundos, tropas e equipamentos modernos de segurança e inteligência para ajudar esses países, que são os mais afetados pelo terrorismo entre os membros da CEDEAO. A CEDEAO precisa desenvolver plena autonomia militar e financeira. Essa autonomia militar não se destina à coerção, intimidação ou interferência na soberania dos países, mas constitui um mecanismo para enfrentar desafios regionais coletivos, como o combate ao terrorismo e ao seu recrutamento, à pirataria, ao tráfico de drogas e de pessoas e ao tráfico ilegal de armas.

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2024, p. 103), a Revisão Anual da Implementação dos Planos de Ação da CEDEAO para o Combate ao Tráfico de Pessoas foi estabelecida pela Unidade TIP da CEDEAO para a elaboração de relatórios anuais aos Estados. O programa ampliou sua abordagem para reconhecer as ligações entre o tráfico de pessoas e diversas formas de violência contra grupos vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, pessoas com deficiência, migrantes e idosos. No entanto, as instituições e os serviços ainda apresentam fragilidades.

A CEDEAO deve implementar políticas que promovam a responsabilidade e a prestação de contas, as quais os Estados-membros devem respeitar dentro de sua soberania. É essencial auxiliar as autoridades locais na manutenção da prestação de contas, visto que os Estados devem ser responsabilizados por meio da supervisão da CEDEAO. A organização incumbiu os Estados-membros e a Comissão da CEDEAO da responsabilidade de promover transparência e prestação de contas em todos os programas e instituições estatais (Economic Community of West African States, 2013).

Eliminar a comunicação interinstitucional deficiente, tanto em nível nacional quanto regional, deve ser prioridade para todos os Estados-membros da CEDEAO. Além disso, a CEDEAO precisa estabelecer um sistema regional de denúncia digital para combater o terrorismo e seu financiamento, garantindo que a implementação das leis não seja politizada. A organização também precisa fortalecer as políticas nacionais e regionais relativas à

mineração, à extração de recursos naturais, à madeira, à vida selvagem e à pesca, a fim de sanar lacunas regulatórias e impedir que atividades ilegais se tornem fonte de financiamento do terrorismo.

Os países da África Ocidental frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas à fraca aplicação das normas e à falta de responsabilização, o que gera reclamações sobre impactos negativos da poluição, doenças, condições de vida, saúde, segurança alimentar, terras agrícolas, pastagens, recursos hídricos, florestas, rios e biodiversidade. Essas questões podem tornar as comunidades mais vulneráveis e gerar conflitos por recursos escassos.

Os anexos listam as iniciativas de paz e segurança financiadas pelo EPF, incluindo o financiamento da rubrica orçamentária, da rubrica orçamentária de contribuição especial e de projetos financiados por doadores e coordenados pela Equipe de Gestão de Paz e Segurança de EPF (EPFMT). Além da taxa de contribuição de 5%, a CEDEAO mantém um fundo de solidariedade, um fundo de estabilização e um fundo humanitário, todos com foco semelhante ao do Fundo de Paz da CEDEAO (ECOWAS, 2023).

Ao examinar os dados fornecidos pelo Fundo de Paz da CEDEAO incluídos nos anexos, observa-se que a organização alocou mais recursos para garantir eleições livres, justas e pacíficas, mediação e promoção da estabilidade política e da coexistência pacífica. No entanto, para que a paz e a segurança sustentáveis prevaleçam, a CEDEAO precisa equilibrar esse investimento, destinando mais recursos a iniciativas de segurança voltadas a ajudar os Estados a eliminar o terrorismo e o extremismo.

Referências Bibliográficas

ADIBE, Jidefor. What do we really know about Boko Haram? *In*: MANTZIKOS, Ioannis. **Boko Haram Anatomy of a Crisis**. *E-International Relations* (Bristol, UK), 2013.

AFRICA DEFENSE FORUM. **O Epicentro Global Do Terror**. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2025/05/o-epicentro-global-do-terror/>. Acesso em: 10 set. 2024.

AFRICA INTELLIGENCE AGENCY. Arab Maghreb Union (AMU). *Africa Intelligence Agency*, 2025. Disponível em: <https://africaintelligence.us/arab-maghreb-union/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

AFRICAN SECURITY ANALYSIS. **Russia–AES Military Cooperation: Developments and Regional Context**. African Security Analysis - ASA, 2025. Disponível em: www.africansecurityanalysis.com/updates/russia-aes-military-cooperation-developments-and-regional-context. Acesso em: 01 dez. 2025.

AFRICAN SECURITY ANALYSIS. **The Chinese Mining Surge in Africa: Strategic Impacts and National Risk Outlook**. African Security Analysis - ASA, 2025. Disponível em: <https://www.africansecurityanalysis.org/reports/the-chinese-mining-surge-in-africa-strategic-impacts-and-national-risk-outlook>. Acesso em: 01 dez. 2025

AFRICAN UNION. Plan of Action of the African Union High-level Inter-Governmental Meeting on the Prevention and Combating of Terrorism in Africa. *African Union*, 1999. Disponível em: <https://www.peaceau.org/uploads/au-anti-terrorism-plan-of-action.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

AFRICAN UNION. **African Union Disarmament, Demobilization and Reintegration Program. Operational Guidance Note. DDR and Countering Violent Extremism**. *African Union Commission*, Addis Ababa, Ethiopia, December, 2018.

AGRA. **AGRA's Integrated Approach**. AGRA, 2022. [Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21YYiBJOjn8&t=177s>. Acesso em: 18 out. 2022.

AJLABS. Mapping Africa's Coups d'Etat across the Years. *Al Jazeera*, 30 Aug. 2023. Disponível em: www.aljazeera.com/news/2023/8/30/mapping-africas-coups-detat-across-the-years. Acesso em: 10 jan. 2024.

AL JAZEERA. Making Sense of Mali's Armed Groups. *Al Jazeera English*, 17 Jan. 2013. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2013/1/17/making-sense-of-malis-armed-groups>. Acesso em: 08 mar. 2025.

ANADOLU AGENCY. Senegal Signs Peace Deal with Separatist Group, Ending Africa's Oldest Conflicts. *Anadolu Agency (AA)*, 2025. Disponível em: www.aa.com.tr/en/africa/senegal-signs-peace-deal-with-separatist-group-ending-africas-oldest-conflicts/3491849?utm_source=chatgpt.com#. Acesso em: 04 mar. 2025.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Prefácio Antônio Paim. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Ed. UnB: IPRI, 2002.

BABATUNDE, Abosede Omowumi; ASANTE, Richard; ASUNKA, Joseph; EISENMAN, Joshua; LANSANA, Fancies Egu; NAIDU, Sanusha; OGBONNAYA, Igwe; OUOBA, Youmanli; SANGARE, Boukary. Chinese mining in West Africa: Responding to the environmental and social impacts. [S. l.]: *Atlantic Council; University of Notre Dame*, out. 2025.

BAKKER, Edwin; ZUIJDEWIJN, Jeanine de Roy van. Definition and Nature of Terrorism. *In: Terrorism and Counterterrorism Studies: Comparing Theory and Practice*. Amsterdam, University Press, 2022, p. 21–50.

BBC NEWS. Profile: Al-Murabitoun. BBC News, 2015, November 20. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-34881170>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BBC News. Biafran Leader Nnamdi Kanu: The Man behind Nigeria's Separatists. BBC News, 5 May 2017. Disponível em: www.bbc.com/news/world-africa-39793185. Acesso em: 08 jan. 2025.

BLANCHARD, Lauren Ploch. Nigeria's Boko Haram: Frequently Asked Questions. *Congressional Research Service*, 2016.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "Sahel". *Encyclopedia Britannica*, 6 Aug. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Sahel>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "Wahhābī". *Encyclopedia Britannica*, 16 Aug. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Wahhabi>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRUIJNE, Kars de; GEHLING, Clara. Dangerous Liaisons. Exploring the risk of violent extremism along the border between Northern Benin and Nigeria. *Clingendael Institute*, 2024, p. 1-81.

CALLIMACHI, Rukmini; Cooper, Helene; Schmitt, Eric; Blinder, Alan & Gibbons-Neff, Thomas. 'An Endless War': Why 4 U.S. Soldiers Died in a Remote African Desert (Published 2018). The New York Times, 17 Feb. 2018. Disponível em: www.nytimes.com/interactive/2018/02/17/world/africa/niger-ambush-american-soldiers.html. Acesso em: 07 out. 2026.

CAMBRIDGE DICTIONARY. *Terrorism*. Cambridge Dictionary, 2023. Disponível em: <https://11nq.com/aRRLm>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CEDEAO. Relatório Anual de Segurança. Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. *CEDEAO*, 2023.

CEDEAO (2024). **Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)**. Disponível em: <https://ecoslate.github.io/sobre-cedeo/informacao-basica/-lang=pt-pt.htm>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Terrorist Organizations - The World Factbook**. Central Intelligence Agency, 2025. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/references/terrorist-organizations/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CENTER FOR DEVELOPMENT AND DEMOCRACY. Ecowas Counter-Terrorism Strategy Tracker. Fact-Sheet, **CDD**, 2018. Disponível em: <https://www.cddwestafrica.org/reports/ecowas-counter-terrorism-strategy-tracker/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CFR STAFF. Al-Qaeda in the Arabian Peninsula (AQAP). *Council on Foreign Relations*, 2015. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/al-qaeda-arabian-peninsula-aqap>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CHIFENG GOLD. **To benefit more people through the development of Chifeng Gold**. Chifeng Gold, 2025. Disponível em: <https://www.cfgold.com/en>. Acesso em: 10 out. 2025.

CIERCO, Teresa; BELO, António. Será a Nigéria um Estado falhado? O grupo Boko Haram. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 121-146, setembro - dezembro de 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162104>.

CHUKWU, Oluchi. **Differences Between Hausa and Fulani Tribes in Nigeria**. October 9, 2025. Disponível em: <https://nigerianqueries.com/differences-between-hausa-and-fulani-tribes-in-nigeria/>. Acesso em: 10 out. 2025.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Mundo**. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

COUNTER EXTREMISM PROJECT. Al-Mourabitoun. **Counter Extremism Project**, 2019. Disponível em: <https://www.counterextremism.com/threat/al-mourabitoun>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DICTIONARY.COM. *Terrorism*. Dictionary.com, 2023. Disponível em: <https://www.dictionary.com/browse/terrorism>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DIONE, Babacar; AHMED, Baba. Senegal Has Signed a Deal with Separatist Rebels. But Will It End One of Africa's Longest Conflicts? **AP News**, 27 Feb. 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/senegal-casamance-rebels-peace-47df8201d4be0259309b8497b5996e91>. Acesso em: 04 mar. 2025.

DUFFIELD, Caroline. Who Are Nigeria's Mend Oil Militants? **BBC News**, 4 Oct. 2010. Disponível em: www.bbc.com/news/world-africa-11467394. Acesso em: 10 nov. 2024.

EBSCO. Movement for the Emancipation of the Niger Delta (MEND). **EBSCO**, 2023. Disponível em: www.ebsco.com/research-starters/military-history-and-science/movement-emancipation-niger-delta-mend. Acesso em: 10 nov. 2024.

ECOWAS. **Protocol Relating to Mutual Assistance in Defence (1981)**. Disponível em: <https://amaniafrica-et.org/wp-content/uploads/2021/04/Protocol-Relating-to-Mutual-Assistance-in-Defence-1981.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ECOWAS COMMISSION. Economic Community of West African States (ECOWAS). Revised Treaty. Abuja, Nigeria: **ECOWAS Commission**, 1993 (Printed), 2010 (Reprint). Disponível em: <https://ecowas.int/wp-content/uploads/2022/08/Revised-treaty-1.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2025.

ECOWAS. Mechanism for Conflict Prevention, Management, Resolution, Peacekeeping and Security. ECOWAS, 1999. Disponível em: <https://amaniafrica-et.org/wp-content/uploads/2021/04/Protocol-Relating-to-the-Mechanism-for-Conflict-Prevention-Management-Resolution-Peace-Keeping-and-Security-1999.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ECOWAS. The ECOWAS Conflict Prevention Framework (ECPF). ECOWAS, 2008. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/39184-doc-140_the_ecowas_conflict_prevention_framework.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

ECOWAS. **ECOWAS Political Declaration and Common Position against Terrorism. [ECOWAS Counter-Terrorism Strategy]**. Adopted in Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, on 28 February 2013.

ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES. **ECOWAS Counter-Terrorism Strategy and Implementation Plan**. Nigeria, Abuja: ECOWAS Commission, 2013.

ECOWAS. **ECOWAS Peace Fund 5-Year Strategic Plan (2024-2028)**. ECOWAS, November, 2023.

ENUMAH, Alex. **Nnamdi Kanu's Terrorism Trial Ends After 10 Years, Bags Life Imprisonment Verdict**. AllAfrica, 21 Nov. 2025. Disponível em: <https://allafrica.com/stories/202511210022.html>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ERGUN, Ayça; ERDEMIR, Aykan. Negotiating Insider and Outsider Identities in the Field: "Insider" in a Foreign Land; "Outsider" in One's Own Land. *Field Methods* 22(1), pp. 16–38, 2010.

EUROPEAN COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Katibat Macina - Mapping Armed Groups in Mali and the Sahel. *ECFR*, 2019. Disponível em: https://ecfr.eu/special/sahel_mapping/katibat_macina. Acesso em: 10 nov. 2024.

FATF. **Comprehensive Update on Terrorist Financing Risks**. FATF (2025). Disponível em: <https://www.fatf-gafi.org/content/fatf-gafi/en/publications/Methodsandtrends/comprehensive-updateterrorist-financing-risks-2025.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

FRANCO, Jussara Bortolucci. **O Emprego das Forças Armadas Brasileiras no Combate ao Terrorismo: Aspectos Jurídicos**. Curso de Direito e Inteligência no Combate ao Crime Organizado, Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2012.

FREDERICKS, Lauren, & LEVITT, Matthew. The United Nations' List of "Not Listed" Terrorist Entities. *Lawfare*, 2022. Disponível em: <https://www.lawfaremedia.org/article/united-nations-list-not-listed-terrorist-entities>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FOREIGN POLICY. Fragile States Index. *Foreign Policy*, 2024. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/global-data/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

FUTURE MEDIA NEWS. 43rd Ordinary Meeting of the Economic Community of West African States (ECOWAS) Committee of Chiefs of Staff (CCDS): Fight against the Growing threat of terrorism in the region on the agenda. *Future Media News*, 11 Mar. 2025. Disponível em: <https://shorturl.at/XkXnH>. Acesso em: 17 mar. 2025.

GALITO, M. S. Terrorismo: Conceitualização do fenômeno. **Instituto Superior de Economia e Gestão. Centro dos Estudos sobre África e do Desenvolvimento**, Lisboa, Documentos de Trabalho n.º 117, p. 1-25, 2013.

GALITO, Maria Sousa. Terrorismo na Região do Sahel. **Instituto Superior de Economia e Gestão. Centro dos Estudos sobre África e do Desenvolvimento**, Lisboa, Documentos de Trabalho n.º 118, p. 1-35, 2013.

GIABA. A Conferência de Chefes De Estado e de Governo da CEDEAO admite Burkina Faso, Mali e Níger como Membros Não-CEDEAO do Giaba. Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), 2025. Disponível em: [A CEDEAO ADMITE OS PAÍSES DA AES COMO MEMBROS NÃO-CEDEAO DO GIABA.pdf](#) Acesso em: 27 dez. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Antonieta Rosa. O conflito de Casamansa e as relações de poder na Senegâmbia: Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia. *Cadernos de Estudos Africanos*, (38), p. 217-237, 2019.

GONÇALVES, Vinícius Guimarães Reis. Estudos Africanos e Relações Internacionais:

Paradigmas e Dinâmicas do Território Africano. *NEIBA*, Volume VII, 2018.

GRUPO DE ACÇÃO FINANCEIRA. **Relatório Da Gafi Financiamento Do Terrorismo Na África Ocidental**. Grupo de Ação Financeira (GAFI), outubro, 2013.

HANSON, Stephanie. MEND: The Niger Delta's Umbrella Militant Group. *Council on Foreign Relations*, 21 Mar. 2007. Disponível em: www.cfr.org/backgrounder/mend-niger-deltas-umbrella-militant-group. Acesso em: 10 nov. 2024.

HAZEN, Jennifer M.; JONAS Horner. Annexe 5: The Movement for the Emancipation of the Niger Delta (MEND). *In: Small Arms, Armed Violence, and Insecurity in Nigeria: The Niger Delta in Perspective. Small Arms Survey*, pp. 123–26, 2007.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION. Nigeria - Trade Agreements. ITA, Last Published Date: 2025-09-05. Disponível em: www.trade.gov/country-commercial-guides/nigeria-trade-agreements. Acesso em: 10 dez. 2025.

INSTITUTE FOR SOCIAL RESEARCH. **Defending Our Sovereignty: US Military Bases in Africa and the Future of African Unity**. Tricontinental: Institute for Social Research, 5 July 2021. Disponível em: thetricontinental.org/dossier-42-militarisation-africa/. Acesso em: 07 out. 2025.

IMPERATO, Pascal James; BAKER, Kathleen M., CLARK, Andrew. 2012 Coup and Warfare in the North. *Encyclopedia Britannica*, 9 Mar. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Mali>. Acesso em: 09 mar. 2025.

INDIGENOUS PEOPLE OF BIAFRA USA. About Us. *Indigenous People of Biafra USA*, 2019. Disponível em: www.ipobinusa.org/. Acesso em: 9 de jun. de 2024.

INDIGENOUS PEOPLE OF BIAFRA. Freedom for the Indigenous People of Biafra. *Indigenous People of Biafra*, 2025. Disponível em: <https://ipobworldwide.org/>. Acesso em: 10 de mar. de 2025.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2022: Measuring the Impact of Terrorism**. Sydney, March 2022. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/resources>. Acesso em: 10 jan. 2024.

JACKSON, R., SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. 3ª Edição Revista e Ampliada, Rio de Janeiro (RJ), Zahar, 2013.

JONES, Mayeni. Abubakar Shekau: Nigeria's Boko Haram Leader Is Dead, Say Rival Militants. BBC News, 7 June 2021. Disponível em: www.bbc.com/news/world-africa-57378493. Acesso em: 10 dez. 2024.

KFIR, Isaac. Sub-Saharan Africa at a Crossroad *In: INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Terrorism Index 2022: Measuring the Impact of Terrorism*. Sydney, March 22, 2022. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/resources>. Accessed 10 Jan. 2024.

KOHN, Hans. Nationalism. *Encyclopedia Britannica*, 13 Feb. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/nationalism>. Acesso em: 04 mar. 2025.

KRAMER, Nicholas. Islamic State West Africa Province (ISWAP). *The Modern Insurgent*, 2023. Disponível em: <https://www.moderninsurgent.org/post/islamic-state-west-africa-province-iswap>. Acesso em: 07 mar. 2025.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. **Critical Security Studies: concepts and cases**. New York: Routledge, 1997.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de Investigaciones UNAD*, Bogotá, Colombia, vol. 14, n. 2, Julho-Dezembro, 2015.

KWARKYE, Sampson. Can ECOWAS Revive Its Counter-Terrorism Efforts? *ISS Africa*, 2024. Disponível em: issafrica.org/iss-today/can-ecowas-revive-its-counter-terrorism-efforts. Acesso em: 10 out. 2024.

LEAVITT, Jericho. Indigenous People of Biafra (IPOB). *Modern Insurgent*, 8 Nov. 2023. Disponível em: www.moderninsurgent.org/post/indigenous-people-of-biafra. Acesso em: 17 mar. 2024.

LEMMI, Davide; SIMONCELLI, Marco. Rebel Conflict in Senegal's Casamance Region far from over. *DW*, 01/09/2023. Disponível em: www.dw.com/en/rebel-conflict-in-senegals-casamance-region-far-from-over/a-64326724. Acesso em: 04 mar. 2025.

LOUNNAS, Djallil. The Links Between Jihadi Organizations and Illegal Trafficking in the Sahel. MENARA Working Papers N. 25, *CIDOB Centre of Global Thinking*, Barcelona, nov. 2018.

LUSA. Rebeldes de Casamança Ameaçam Entrar Na Guiné-Bissau. *Deutsche Welle*, 4 Feb. Disponível em: 2021, www.dw.com/pt-002/rebeldes-de-casaman%C3%A7a-amea%C3%A7am-entrar-na-guin%C3%A9-bissau-se-forem-atacados/a-56456498. Acesso em: 04 jan. 2025.

MANTZIKOS, Ioannis. **Boko Haram Anatomy of a Crisis**. *E-International Relations (Bristol, UK)*, 2013. Disponível em: www.e-IR.info. Acesso em: 01 2022.

MASKALIUNAITE, Asta. Exploring the Theories of Radicalization. *Interdisciplinary Political and Cultural Journal*. Łódź, Poland. Vol. 17, N. ° 1, p. 9-26, 2015.

MAPPING MILITANTS PROJECT (MMP). Ansaroul Islam. Last modified July 2018. Disponível em: https://mappingmilitants.org/files/group-profiles/ansaroul_islam.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

MCGREGOR, Andrew. The Sons of the Land: Tribal Challenges to the Tuareg Conquest of Northern Mali. *The Jamestown Foundation*, vol. 1, 2012. Disponível em: <https://jamestown.org/program/the-sons-of-the-land-tribal-challenges-to-the-tuareg-conquest-of-northern-mali/>. Acesso em: 15 out. 2024.

MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. *Terrorism*. Merriam-Webster Dictionary, 2023. Disponível em: <https://11nq.com/9pGjY>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Minister Sergey Lavrov's statement and answer to a media question following a meeting of the foreign ministers of Russia and the Alliance of Sahel States**, Moscow, April 3, 2025. Disponível em: <https://mid.ru/print/?id=2006951&lang=en>. Acesso em: 01 set. 2025.

MOGHADDAM, Fathali M. The Staircase to Terrorism. A Psychological Exploration. *American Psychological Association*, vol. 60, n. 2, p. 161-169, 2005. DOI: 10.1037/0003-066X.60.2.161.

MORAES, Fernanda Rangel de. Mudanças Climáticas, Conflitualidades e Sistemas de Crises no Sahel (África Ocidental). *Boletim Geo África*, Cidade Universitária Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 76-90, 2022.

MULTINATIONAL JOINT TASK FORCE. About Us and Sectors. *Multinational Joint Task Force*. Disponível em: <https://mnjtfmm.org/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução nº 1566. Nova Iorque: Nações Unidas, 2004. Disponível em: <https://press.un.org/en/2004/sc8214.doc.htm>. Acesso em: 10 jul. 2024.

NANTULYA, Paul. **China's Critical Minerals Strategy in Africa – Africa Center**. Africa Center For Strategic Studies, 10 Dec. 2025. Disponível em: africacenter.org/spotlight/china-africa-critical-minerals/. Acesso em: 03 jan. 2026.

NCTC. National Counterterrorism Center. Terrorist Groups. 2023. Disponível em: https://www.dni.gov/nctc/terrorist_groups/aqim.html. Acesso em: 15 out. 2024.

NIGERIAN SEARCH GUIDE. **List Of States Practicing Shari'a Law In Nigeria (2026)**. Nigerian Search Guide. Disponível em: <https://nigeriansearchguide.com/list-of-states-practicing-sharia-law-in-nigeria/>. Acesso em: 03 jan. 2026.

NSAIBIA, Héni; WEISS, Caleb. Ansaroul Islam and the Growing Terrorist Insurgency in Burkina Faso. *CTC SENTINEL*, vol. 11, n. 3, 2018.

NWACHUKWU, J. O. **US Dept of War shares video of air strikes in Nigeria**. Daily Post Nigeria, 26 dez. 2025. Disponível em: <https://dailypost.ng/2025/12/26/us-dept-of-war-shares-video-of-air-strikes-in-nigeria/>. Acesso em: 626 dez. 2026.

OBIEZU, Timothy. ECOWAS Regional Bloc Activates Counterterror Force. *Voice of America (VOA News)*, 12 Mar. 2025. Disponível em: www.voanews.com/a/ecowas-regional-bloc-activates-counterterror-force/8008619.html. Acesso em: 30 mar. 2025.

OARHE, Osumah. Responses of the Nigerian Defense and Intelligence Establishments to the Challenge of Boko Haram. In: MANTZIKOS, Ioannis. **Boko Haram Anatomy of a Crisis**. *E-International Relations* (Bristol, UK), 2013.

OKAFOR, Chinedu. **5 African Countries with US Military Bases, Weapons Systems, and Troops**. Business Insider Africa, 27 May 2024. Disponível em: africa.businessinsider.com/local/leaders/5-african-countries-with-us-military-bases/1n7xsm2. Acesso em: 07 out. 2026.

ONAPAJO, Hakeem. Why Nigeria is not Winning the Anti-boko Haram War. In: MANTZIKOS, Ioannis. **Boko Haram Anatomy of a Crisis**. *E-International Relations* (Bristol, UK), 2013.

ONUOHA, Freedom. Understanding Boko Haram's Attacks on Telecommunication Infrastructure. In: MANTZIKOS, Ioannis. **Boko Haram Anatomy of a Crisis**. *E-International Relations* (Bristol, UK), 2013.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. OAU Convention on the Prevention and Combating of Terrorism. Argel, 14 jul. 1999. Disponível em: <https://au.int/en/treaties/oau-convention-prevention-and-combating-terrorism>. Acesso em: 23 mar. 2024.

OXFORD LEARNER DICTIONARY. *Terrorism*. Oxford Learner Dictionary, 2023. Disponível em: <https://11nq.com/EPT4m>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PATHAK, Vidhan. Counter-Terrorism in West Africa: The ECOWAS Experience. *Journal of Emerging Technologies and Innovative Research (JETIR)*, vol. 4, n. 1, p. 671-181, 2017.

PAULUS, Trena M.; LESTER, Jessica N.; DEMPSTER, Paul G. Transcribing Audio and Video Data. *Digital Tools for Qualitative Research*. London: Sage, p. 1-25, 2015. DOI: <https://dx.doi.org/10.4135/9781473957671>.

PIKE, John. **American Military Bases in Africa**. Globalsecurity, 2017. Disponível em: www.globalsecurity.org/military/facility/africom.htm. Acesso em: 07 out. 2026.

RAPOPORT, David, C. Four Waves of Rebel Terror and September 11. *Antropoethics*, Los Angeles, vol. 8, n. 1, 2002.

SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

SALAAM, Abee. The Psychological Make-up of ‘Muhammad Yusuf’. In: MANTZIKOS, Ioannis. **Boko Haram Anatomy of a Crisis**. *E-International Relations* (Bristol, UK), 2013.

STATISTA. Number of civilians killed in Boko Haram's attacks in Nigeria from February 2020 to May 2023. **Statista**, Sep 5, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1198292/civilians-killed-in-boko-haram-s-attacks-in-nigeria/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

STATISTA. States most affected by Boko Haram's deadly attacks in Nigeria from 2011 to 2023. **Statista**, Sep 5, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1197570/deaths-caused-by-boko-haram-in-nigeria/#statisticContainer>. Acesso em: 01 ago. 2024.

STATISTA. Terrorism in Nigeria - statistics & facts. **Statista**, Dec 21, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/7396/terrorism-in-nigeria/#topicOverview>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SCHMID, Alex. Radicalisation, De-Radicalisation, Counter-Radicalisation: A Conceptual Discussion and Literature Review. ICCT Research Paper. *The Hague: International Centre for Counter-Terrorism*, 2013.

SCHMID, Alex. Terrorism: The Definitional Problem. *Case Western Reserve Journal of International Law*, vol. 4, n.º 2, p. 335- 419, 2004.

SIEGLE, Joseph. Boko Haram and the Isolation of Northern Nigeria: Regional and International Implications. In: MANTZIKOS, Ioannis. **Boko Haram Anatomy of a Crisis**. *E-International Relations* (Bristol, UK), 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu; CASSINO, João Francisco. Comunicação militarizada: a internet e os novos formatos da guerra. **Revista Fronteiras-Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, vol. 22, n. 1, p. 11-20, 2020.

SHILOVA, Ekaterina. Senegalese Government, MFDC Sign Peace Agreement, Ending Four Decades of Conflict, Media Reports. *Sputnik Africa*, 24 Feb. 2025. Disponível em: en.sputniknews.africa/20250224/senegalese-government-mfdc-sign-peace-agreement-ending-four-decades-of-conflict-media-reports-1070809965.html. Acesso 04 mar. 2025.

SOLOMON, Hussein. Boko Haram, Identity and the Limits of Counter-Terrorism In: MANTZIKOS, Ioannis. **Boko Haram Anatomy of a Crisis**. *E-International Relations* (Bristol, UK), 2013.

STANDFORD. Al Murabitoun. Mapping Militant Organizations. Stanford, 2015. Disponível em: https://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/print_view/613. Acesso

em: 19 out. 2024.

STANFORD. The Those Who Sign in Blood Brigade. Mapping Militant Organizations. Stanford, 2016. Disponível em: https://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/print_view/611. Acesso em: 20 out. 2024.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Al-Qaeda in the Islamic Maghrib. *Encyclopedia Britannica*, 27 June 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/al-Qaeda-in-the-Islamic-Maghrib>. Acesso em: 13 jan. 2025.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Al-Qaeda in the Arabian Peninsula. *Encyclopedia Britannica*, 5 Oct. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/al-Qaeda-in-the-Arabian-Peninsula>. Acesso em: 30 out. 2024.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Casamance. *Encyclopedia Britannica*, 17 Oct. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Casamance>. Acesso em: 30 out. 2024.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Hezbollah. *Encyclopedia Britannica*, 3 Mar. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Hezbollah>. Acesso em: 04 mar. 2025.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Umberto I. *Encyclopedia Britannica*, 25 Jul. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Umberto-I>. Acesso em: 04 mar. 2025.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. William McKinley. *Encyclopedia Britannica*, 21 Feb. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/William-McKinley>. Acesso em: 04 mar. 2025.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. "Cold War". *Encyclopedia Britannica*, 5 Mar. 2025, <https://www.britannica.com/event/Cold-War>. Acesso em: 05 mar. 2025.

TRT AFRICA. **Russia Pledges Military Support for Mali, Niger, Burkina Faso**. TRT AFRICA, 15, Aug. 2025. Disponível em: <https://www.trtafrika.com/english/article/4d74fd11447f>. Acesso em: 01 dez. 2025.

TRT AFRICA. **Sahel bloc foreign ministers to visit Moscow for talks with their Russian counterpart**. TRT AFRICA, 15, Aug. 2025. Disponível em: <https://www.trtafrika.com/english/article/2801be1fb5ec>. Acesso em: 01 dez. 2025.

TRUMP, Donald J. **Tonight, at my direction as Commander in Chief...** Instagram, 25 dez. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DStEY8UgHu5/?igsh=Ymt6cnprbnViM3Bx>. Acesso em: 25 dez. 2025.

UNDP. **Journey to extremism in Africa: pathways to recruitment and disengagement**. 2nd edition, New York: UNDP, 2023.

UNICEF. **Education under attack in Borno**. UNICEF Nigeria, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/nigeria/stories/education-under-attack-borno>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UNITED NATIONS. Amadou Koufa. *United Nations - Security Council*, 2020. Disponível em: <https://main.un.org/securitycouncil/en/content/amadou-koufa>. Acesso em: 17 set. 2024.

UNITED NATIONS. Mouvement pour l'Unification et le Jihad en Afrique de l'Ouest (MUJAO). *United Nations - Security Council*, 2020. Disponível em: https://main.un.org/securitycouncil/en/sanctions/1267/qa_sanctions_list/summaries/entity/movement-pour-l%E2%80%99unification-et-le-jihad-en. Acesso em: 17 set. 2024.

UNITED NATIONS. Islamic State West Africa Province (ISWAP). *United Nations - Security Council*, 2020. Disponível em: <https://main.un.org/securitycouncil/en/content/islamic-state-west-africa-province-iswap-0>. Acesso em: 20 set. 2024.

UNITED NATIONS. Islamic State in the Greater Sahara (ISGS). *United Nations - Security Council*, 2020. Disponível em: <https://main.un.org/securitycouncil/en/content/islamic-state-greater-sahara-isgs>. Acesso em: 20 set. 2024.

UNITED NATIONS COMMISSION FOR AFRICA. ECOWAS - Peace, Security, Stability, and Governance. United Nations Economic Commission for Africa. *UNECA*, 2025. Disponível em: <https://archive.uneca.org/oria/pages/ecowas-peace-security-stability-and-governance>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. AMU - Arab Maghreb Union. *United Nations Economic Commission for Africa*, 2015. Disponível em: <https://archive.uneca.org/oria/pages/amu-arab-maghreb-union>. Acesso em: 03 mar. 2024.

US DEPARTMENT OF STATE. Chapter 6. Foreign Terrorist Organizations. Bureau of Counterterrorism. Country Reports on Terrorism 2014 *U.S. Department of State*, 2014. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/2014/239413.htm>. Acesso em: 03 dez. 2024.

UNITED NATIONS. UN convenes Lake Chad countries, amid growing regional crisis. United Nations, 23 January 2023. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/01/1132742>. Acesso em: 03 dez. 2024.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2021: Nigeria. *United States Department of State*, 2021. Disponível em: www.state.gov/reports/country-reports-on-terrorism-2021/nigeria/. Acesso em: 21 ago. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2017 - Foreign Terrorist Organizations: Jama'atu Ansarul Muslimina fi Biladis-Sudan (Ansaru), 19 September 2018. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/annualreport/usdos/2018/en/121963>. Acesso em: 02 ago. 2024.

UN Office on Drugs and Crime. **Global Report on Trafficking in Persons**. New York : UN, 2024. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4069246?v=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

US DEPARTMENT OF THE TREASURY. 2024 National Terrorist Financing Risk Assessment. US Department of the Treasury, February, 2024.

VELASQUEZ, Cesar A. Why Morocco's Counterterrorism Evolution Matters to Africa. In: INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2022: Measuring the Impact of Terrorism**, Sydney, March 2022. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/resources>. Acesso em: 02 ago. 2023.

WALKER, Andrew. Special Report. What Is Boko Haram? **United States Institute of Peace**, Washington, jun. 2012. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2012/05/what->

boko-haram. Acesso em: 05 jan. 2021.

ZIMMERMAN, Katherine. Salafi-Jihadi Ecosystem in the Sahel. *American Enterprise Institute*, 2020. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep24617>. Acesso 13 set. 2024.

Cronograma de desenvolvimento de pesquisa

Ano	Semestre	Atividades realizadas
2024	1º	<p>Disciplinas obrigatórias cursadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teoria das Relações Internacionais 1 • Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais <p>Disciplinas optativas cursadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção Global do Brasil <p>Atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escolha do orientador • Reunião com o orientador • Leituras, coleta e análise dos dados e a produção escrita • Redação preliminar do primeiro capítulo
	2º	<p>Disciplinas optativas cursadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise de Política Externa • Tópicos Especiais em Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos 1 • Tópicos Especiais em Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos 2 <p>Atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o orientador • Constituição do corpus de pesquisa • Leituras, coleta e análise dos dados e a produção escrita • Redação dos capítulos
2025	1º	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o orientador • Leituras, coleta e análise dos dados e a produção escrita • Redação dos capítulos • Estágio de Docência (Prática Supervisionada)
	2º	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o orientador • Leituras, coleta e análise dos dados e a produção escrita • Redação dos capítulos • Realização e análise das entrevistas • Revisão geral das normas de ABNT • Defesa de dissertação do mestrado

Anexo I: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT)

4.2 SWOT Analysis of the EPF

Table 3 below summarises the SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats) analysis of the ECOWAS Commission, specifically the EPF. It provides an overview of the resources, and risks of the EPF and further provides the opportunities for the fund's growth and sustainability:

Table 3: SWOT Analysis of the EU Commission and AU Peace Fund

<i>Strengths</i>	<i>Weaknesses</i>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Anchoring of the EPF at the ECOWAS Commission headquarters which has the political capacity (convening power from West African Member States) 2. Existence of an EPF Management team with experience in resource mobilisation, fund management and coordination of donor funded projects in the Peace and security sector. 3. EPF fully has engaged Civil Society within West Africa and has developed a portal for engagement, i.e., West African Civil Society Forum 4. The EPF as a legal instrument is fundamental in the resource mobilisation processes of the ECOWAS Commission since it has legal and political backing in comparison to the other frameworks such as the solidarity and humanitarian funds. 5. The EPF significantly contributes to financing the implementation of its action plan. 6. The EPF has been recognised as an instrument providing support to the consolidation of peace and security in the Member States: provision of humanitarian assistance and socio-economic recovery and reintegration, funding of local initiatives, development of training curricula on the culture of peace, set up of ECOWAS Volunteers Programme, support to Training 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Deficit of understanding and information on the EPF within the ECOWAS Commission 2. EPF structure not reflected within the new ECOWAS structure, thus making it difficult for partner support specifically regarding technical staffing support. 3. The lack in a clearly defined EPF and the limited capacity for the collection of the community levy has resulted in limited member state funding for peace and security-related activities. 4. Non implementation of the 5% Community Levy allocation to the Peace Fund 5. Non-cumulative effect of the funds allocated yearly to the Peace Fund. 6. Departments involved in the implementation of the APSA work in silos. 7. Lack of leadership support (internally) on the operationalisation of the EPF, i.e., no clear proactive actions to make EPF more visible within the ECOWAS Commission structure 8. A long and tedious administrative process within the ECOWAS Commission 9. EPF Monitoring and Evaluation tool developed but not operationalised. 10. Massive and long administrative processes within the ECOWAS

Institutions and Training Centres of Excellence	Commission
<i>Opportunities</i>	<i>Threats</i>
<ol style="list-style-type: none"> 1. ECOWAS Commission commitment to implement its vision in the Member states. 2. Need for capacity building in some member states regarding election observation; post-conflict resolution, and peacebuilding, deployment of Senior Defense officials on security sector reform. 3. Opportunity for additional funding and partnership with EPF with a structured system in place 4. Majority of the current ECOWAS activities focused on peace and security issues. Thus, the need for the EPF is a well-placed success if implemented properly. 5. Review of the ECOWAS Commission overall strategic plan is an opportunity for the integration of the EPF. 6. EPF relevance recognised by the ECOWAS policy organs, ECOWAS Commission and all other ECOWAS' stakeholders. 7. The operationalisation of the AfCFTA would facilitate intra-trade activities in the region and thus increase Revenue. 8. The institutionalisation of the EPF critical in addressing the region's peace and security and socio-economic issues. 9. The existence of the Continental Peace Fund and possible synergy in support of APSA within West Africa. 10. Benchmarking from the successes of the implementation of peace funds for similar organisations such as AU 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Peace, security, and political instability and governance Issues within the ECOWAS Member States 2. Increase in terrorism and extremism within the ECOWAS Member States 3. External influences still operate within the African Continent especially in the West African region 4. Donor and partner fatigue thus the need for diversification in funding for the EPF to reduce partner fund dependency. 5. Plurality/proliferation of funds intended for peace, security and stability and dispersion of resource mobilization potential.

Anexo II: Financiamento para Paz e Segurança com taxa de 5% da CEDEAO

8	Develop ECOWAS-AAFID project	Nigeria, Cote D'Ivoire, and Guinea Bissau	40,000.00	24,021,112.62	28,759.00	Member States (Military, Police, Civilian Counterparts and Veterans)	A policy guide is produced based on baseline evidence-based data and information on the current situation regarding combat related psychological disorders, including post-traumatic stress disorder and co-morbidity of depression among security and intervention forces
Total 2017			2,591,515.33	1,549,968,038.90	1,855,681.36		
1	Support to Burkina-Faso on the recent terrorist attack	Burkina Faso	250,000.00	135,694,367.52	172,257.00	Government and Military	Financial help provided
2	Support to Mali Supplementary Election in August 2018	Mali	766,564.00	429,726,795.38	545,516.00	Government and Citizen	Free, fair and peaceful election
3	Support to Guinea Bissau Legislative election	Guinea Bissau	500,000.00	282,278,504.03	358,338.00	Government and Citizens	Free, fair and peaceful election
4	Facilitation of Mediation Process in Togo	Togo	250,000.00	135,694,367.52	172,257.00	Government and Citizens	Inter Togolese dialogue Mediation
5	Recruitment and Deployment of Non-key experts to Togo	Togo	355,830.00	201,527,834.17	255,829.19	Government, Citizens and ECOWAS Commission	To Aide electoral process
6	ECOWAS forum on the Education for the culture of Peace Through interreligious dialogue	Niger	72,004.00	40,779,916.16	51,768.00	All member states	Strengthen the mechanism of dialogue among young people and cultivate mutual understanding and spirit of tolerance
7	ICC Interregional centre for coordination	ICC Yaoundé Cameroon	211,880.77	120,000,000.00	152,333.81	ICC	operationalization of CCC (contribution to ICC budget)

8	Support to Mali Elections	Mali	500,000.00	278,547,749.84	353,602.00	Mali	free fair & peaceful election
9	Support to Mali Elections	Mali	500,000.00	278,547,749.84	353,602.00	Mali	free fair & peaceful election
10	Electoral Process Togo	Ghana	250,000.00	135,694,367.52	172,257.00	Ghana	Inter Togolese dialogue Mediation
11	Electoral Process Togo	Togo	111,360.00	63,069,833.28	80,063.90		Maintaining political & peaceful coexistence
12	Advance Mediation Mission to Togo	Togo	5,481.00	3,104,222.23	3,940.65		Maintaining political & peaceful coexistence
13	Joint ECOWAS-UN preventive Diplomacy mission to Serra Leone and Liberia	Serra Leone and Liberia	13,024	13,024.00	16.53		
15	Follow-up committee on the Togolese political crises	Togo	22,616.00	12,808,713.18	16,260.00		
16	Technical Evaluation mission to Guinea Bissau		9,808.00	5,554,822.20	7,051.56		
17	ECOWAS election observation mission to the Legislative in Togo	Togo	279,777.00	158,453,455.41	201,148.49		Maintaining political & peaceful coexistence
18	ECOWAS Post implementation Review mission to Sierra Leone	Serre Leone	8,224.00	4,657,713.88	5,912.73		
	Induction training for ECOWAS Volunteers	Liberia	3,334.00	1,888,231.77	2,397.01		
19	Deployment d'un Expert informaticien et d'un Expert end Operation Electoral pour appuyer la commission Nationale Electorale de Guinea- Bissau dans la gestion du Fichier Electoral	Guinea Bissau	25,560.00	14,476,066.01	18,376.62		
TOTAL 2018			4,122,439	2,302,517,734	2,922,927		

1	ECOWAS Emergency Electric Power Supply Programm	ECOWAS	400,000.00	238,046,753.30	291,921.79	Member States	
2	Guinea Bissau Persidential Election October /November 2019	Guinea Bissau	500,000.00	296,992,735.45	364,208.50	Government and Citizen	Maintaining political & peaceful coexistence
3	Guinea Bissau Persidential Election October /November 2019	Guinea Bissau	500,000.00	296,992,735.45	364,208.50	Government and Citizen	Maintaining political & peaceful coexistence
4	Guinea Bissau Persidential Election October /November 2019 Final Pyt	Guinea Bissau	500,000.00	297,971,622.52	365,408.93	Government and Citizen	Maintaining political & peaceful coexistence
5	Guinea Bissau Persidential Election December 29,2019	Guinea Bissau	500,000.00	296,539,126.74	363,652.23	Government and Citizen	Maintaining political & peaceful coexistence
6	Transfer of 1,00,000 UA to EBID, ECOWAS Donation	ECOWAS	1,371,927.00	815,445,232.72	999,997.81		
7	ECOWAS contribution to International coordination center, Camaroeun. OUTSTANDING	ICC Yaoundé Cameroon	627,240.94	373,800,000.00	458,398.88	ICC	operationalization of CCC (contribution to ICC budget)
8	ECOWAS contribution to International coordination center, Cameroon. OUTSTANDING	ICC Yaoundé Cameroon	1,036,015.03	613,800,000.00	757,138.29	ICC	operationalization of CCC (contribution to ICC budget)
	TOTAL 2019		5,435,182.97	3,229,588,206.18	3,964,934.93		
1	ECOWAS support COVID-19	Member States	1,000,000.00		730,412.17	Member States	
2	Technical Support to NEC Liberia	Liberia	31,667.05		23,130.00	Government and Citizen	
3	Support to 8 long term and 20 short election observers in Guinea	Guinea	174,432.27		127,407.45	Government and Citizen	
4	COVID 19 test for election observer election first round	ECOWAS	205,226.91		149,900.23	Observers	
5	COVID 19 test for election observer election run off	ECOWAS	135,898.82		99,262.15	Observers	
	TOTAL 2020		1,547,225.04		1,130,112.00		
	Grand Total: 2007-2020		15,696,362.11	7,082,073,979.04	11,322,532.13		

Anexo III: Contribuição especial para Paz e Segurança dos países da CEDEAO

Annex 1.2. Funding under the special contribution budget line

S/NO		ACTIVITY	COUNTRY	AMOUNT USD	AMOUNT CFA	AMOUNT UA	Beneficiaries	IMPACT
1	2016	Liberia AFISMA TROOP Contribution 2016	Liberia	6,029.00	3,593,667.67	4,409.52	Malian Government and Citizen	Sustainable Peace and Security
2		Nigeria AFISMA TROOP Contribution 2016	Nigeria	82,095.00	48,933,812.22	60,043.01		
3		COTE D'IVOIRE AFISMA TROOP Contribution 2016	Cote d'ivoire	202,001.00	120,405,364.44	147,740.39		
4				330,974.00	192,801,469.97	236,572.22		
5		Guinea AFISMA TROOP Contribution 2016	Guinea	500,675.00	298,433,940.40	366,185.90	Malian Government and Citizen	Sustainable Peace and Security
6	GhanaAFISMA Troop Contribution 2016	Ghana	547,981.00	326,631,312.53	400,784.78			
7	CHAD AFISAMA 2016	Chad	761,569.39	453,943,488.28	557,000.00			
8	Benin AFISMA Troop Contribution 2016	Benin	1,123,674.00	669,780,723.98	821,837.68			
9	Police Burkina Faso - 2016	Burkina Faso	1,176,609.00	701,333,325.27	860,553.51			
10	Nigeria AFISMA Troop Contribution 2016 - MILI	Nigeria	2,742,666.00	1,634,802,274.88	2,005,943.23			
11	Burkina Faso AFISMA Troop Contribution 2016	Burkina Faso	2,779,723.00	1,656,890,586.38	2,033,046.14			
12	Niger AFISMA TROOP Contribution 2016	Niger	2,875,271.00	1,713,843,232.90	2,102,928.46			
13	Senegal AFISMA Troop Contribution 2016	Senegal	2,936,947.00	1,750,606,029.67	2,148,037.33			
14	April Allocation 2016 paid from BCEAO Togo		577,099.72	332,855,163.00	408,421.60			
15	Togo AFISMA Troop Contribution 2016	Togo	3,719,073.00	2,216,802,552.92	2,720,072.11			
16	Chad AFISAMA 2016	Chad	4,501,052.84	2,682,911,963.02	3,292,000.00			
17			5,852,449.13	3,455,298,601.28	4,239,737.70			
18		Senegal AFISMA Troop Contribution 2016	Senegal	6,885,636.00	4,104,274,231.31	5,036,047.01	Malian Government and Citizens	Sustainable Peace and Security
19			7,852,449.13	4,574,267,889.96	5,612,740.97			
20			3,409,353.63	2,000,000,000.00	2,412,847.58			
		TOTAL 2016		48,863,327.84	19,366,410,401.48	35,466,949.14		
1	2017 - DATE	ECOMIB TROOPS EMOLUMENT/ALLOWANCE	THE GAMBIA	994,044.00		691,066.59	The Gambian Government and Citizens	Sustainable Peace and Security
2				1,586,767.00		1,145,093.13		
3				1,301,788.00		947,299.18		
4				1,669,369.00		1,219,327.44		
5				801,133.00		577,484.72		
6				801,133.00		577,484.72		
7				232,250.00		163,518.34		
8				842,434.50		605,545.21		
9				340,500.00		246,453.39		
10				519,583.00		368,511.65		
11				380,894.33		273,849.36		
12				380,894.33		272,005.21		
13				1,053,339.00		726,185.27		
14				589,380.00		419,424.85		
15				1,617,766.00		1,167,682.70		
16				1,669,369.00		1,182,105.23		

17								
18				300,000.00		218,525.10		
19				300,000.00		218,191.34		
20				1,617,766.00		1,176,608.43		
				613,161.00		431,703.20		
		ECOMIB GRAND TOTAL		17,611,571.16		12,628,065.06		
1	2017	ECOMIG TROOPS EMOLUMENT/ALLOWANCE	Guinea Bissau	608,972.97	346,819,555.00	430,978.75	Guinea Bissau Government and Citizens	Sustainable Peace and Security
2	-			926,762.85	514,359,425.00	655,883.12		
3	Date			1,044,427.05	612,683,315.00	739,155.73		
4				1,092,002.63	645,506,460.00	772,825.64		
5				1,398,467.72	796,449,059.08	989,715.30		
6				1,137,073.46	642,367,796.00	804,722.90		
7				549,996.19	300,691,047.00	389,240.05		
8				1,412,950.70	804,697,341.73	999,965.11		
9				1,618,939.23	943,568,751.00	1,145,746.09		
10				583,473.64	334,345,133.00	412,932.51		
11				583,473.64	334,345,133.00	412,932.51		
12				605,021.80	339,363,233.00	428,182.45		
13				1,493,535.16	868,669,000.00	1,056,995.87		
14				887,681.95	516,104,295.00	628,225.02		
15				534,844.45	300,000,000.00	378,516.95		

16				537,710.54	300,691,046.00	380,545.32		
17				608,021.70	339,363,233.00	430,305.52		
18				533,610.36	300,000,000.00	377,643.57		
19				606,677.91	346,819,555.00	429,354.50		
20				612,102.60	352,707,883.00	433,193.63		
21				612,102.60	352,707,883.00	433,193.63		
22				893,987.31	509,139,640.85	632,687.41		
23				250,000.00	149,339,607.34	185,578.34		
24				508,620.15	294,557,990.00	359,957.64		
25				1,000,000.00	571,647,556.85	710,363.49		
		TOTAL ECOMIG		20,640,456.60	11,816,943,938.85	14,618,841.05		

Grand Total: 2016-2020

87,115,355.60	31,183,354,340.33	62,713,855.25
---------------	-------------------	---------------

Anexo IV: Financiamento dos projetos por doadores e a coordenação de EPFMT

Annex 2: List of donor-funded Projects/Programmes coordinated by the EPFMT

No	Programme/Project	Institution	Budget	Duration (Years)	Status	Summary of Key Accomplishment/s	Beneficiaries and other Stakeholders
1	The European Union Support to ECOWAS Peace, Security and stability mandate Programme ECOWAS-EU PSS Project)	European Union	29,330,000	2015-2021	On going	Set up and coordinate actions that supports the execution of the ECOWAS Conflict Prevention and Resolution actions, strengthen the capacity of the ECOWAS Peace Fund and PAPS Department	ECOWAS, EU, TRANSTEC SA, CSOs and Member States
2	Africa Peace and Security Architecture Support Programme (APSA-SP IV)	European Union	3,600,000	2020-2024	On going	Contribute to conflict prevention, Conflict management in West Africa, Coordination with Regional Economic Communities, Regional Mechanisms and the African Union	EU, African Union, ECOWAS Commission and Member States
3	Africa Peace and Security Architecture (APSA-SP) III	European Union	3,550,000	2016-2019	Completed	Contribute to conflict prevention and management in West Africa, Capacity development	ECOWAS Commission and Member States
4	Africa Peace and Security Architecture (APSA-SP) 11 & Abridge	European Union	5,040,000	2011-2015	Completed	<ul style="list-style-type: none"> · Improve visibility & stakeholder engagement, · Support peace, stability and security in Africa and provide the basis for long term sustainable development in the area of conflict prevention, peace building, management and resolution · Enhance Capacity and procurement of Equipment for ECOWAS Liaison Office in Addis Ababa · Develop an advanced ECOWAS Early Warning and Response System · Capacity building of the ECOWAS Early Warning System, Situation room Upgrade and Policy Development 	EU, African Union, ECOWAS Commission and Member States
						<ul style="list-style-type: none"> · Enhanced mediation capacity of members of the Council of the Wise, Mediation and Security Council and other mediation actors, and Relationship with other Regional Entities. · Establish ECOWAS Panel of the wise. · Capacity building for ECOWAS standby force. 	
5	The African union - European union supported project to West African Training institutions on Peace and Security	European Union	3,710,000	2013-2015	Completed	Build the capacities of Training institutions & Training Centers Excellence in order to build the capacities of ECOWAS standby force (Civilian, Police and Military components) at strategic, operational and tactical levels.	EU, African Union, ECOWAS Member States
6	Peace Building and Governance Support - Programme Estimate 1 - 9ACP/ROC22	European Union	2,500,000	2008-2012	Completed	<ul style="list-style-type: none"> · Support to office of the office of the Special representative of the President of ECOWAS Commission in Member countries (OSRES). · Strengthened the region institutional capability to support electoral processes in member states. · Capacity building training and Support to ECOWAS Cross Border Cooperation 	ECOWAS Commission and Member States
7	Conflict Prevention and Peace Building and Governance - Programme Estimate ROC 11	European Union	1,698,419		Completed	<ul style="list-style-type: none"> · Support to office of the office of the Special representative of the President of ECOWAS Commission in Member countries (OSRES). · Strengthened the region institutional capability to support electoral processes in member states. · Capacity building training and Support to ECOWAS 	ECOWAS Commission and Member States
8	Conflict Prevention and Peace building Project- ROC 22 Programme Estate 2	European Union	2,327,092		Completed	<ul style="list-style-type: none"> · Strengthen ECOWAS long term strategic planning and its management capacity in order to fulfil its mandate in the area of peace building and conflict prevention in a 	ECOWAS Commission and Member States ECOWAS

	(PE-FED/2010/244-494)					sustainable way. •Increase ECOWAS mediation and political dialogue capabilities in crisis areas, namely Liberia, Togo and Guinea Bissau. •Increase ECOWAS capabilities in electoral assistance and in the planning, deploying and implementing election observation missions of qualified, trained and equipped observers from the member States, specifically through the establishment and support, in coordination with other donors, of an Election Unit within the Secretariat and the development of a consistent and standard observation methodology. •Support to ECOWAS volunteers Programme	Commission and Member States
	Total European Union		51,755,511				
9	PADEP, The Support to ECOWAS Peace and Development Project - PADEP	African Development Bank (AfDB) (US\$)	15,000,000	2005-2013	Completed	<ul style="list-style-type: none"> • Set up of Peace Fund within the ECOWAS Commission. • Strengthen the institutional capacities of ECOWAS and civil society • Increase programme absorption from 30% to 85%. • Set up of ECOWAS Volunteers Programme. With volunteers deployed in Liberia, Sierra Leone and Guinea to support education, youth and health sectors of the countries • Develop, print the Manual of reference for the training curricula on the culture of peace for primary and secondary education sectors in West Africa , with an online portal • Provide humanitarian assistance and socio economic reintegration to 41,000 vulnerable groups (refugees, returnees and internally displaced persons) in Liberia, Sierra Leone, Guinea and Guinea Bissau 	Africa Development Bank, ECOWAS Commission, and 15 Member States United Nations Volunteers Programme, UNESCO, UNHCR, CSO Vulnerable Groups (youth, women, men)

						such as construction of more than 4000 house, building & rehabilitation of schools, provision of agricultural equipment, water, sanitation, education, health facilities and income generating activities	
10	Institutional Capacity development or peace, security in Africa	Canadian International Development Agency, Canada (CAD)	4,050,000	2006-2011	Completed	<ul style="list-style-type: none"> • Establishment of the ECOWAS Mission Planning and Management Cell • Setting up of the ECOWAS Small Arms Unit and support to the activities being implemented by the unit • Rehabilitation of the Amputees Centre in Guinea Bissau • Procurement of equipment for PAPS Directorate and for the Peace Building Center in partnership with Civil Society - WANEP • Support to training institutions on Peace and Security in West Africa • Capacity Building for ECOWAS Staff, ECOWAS Council of the Wise, Member States and Directors for Political Affairs 	CIDA, ECOWAS Commission and Member States
11	<i>Italy</i>	Italian Government (Eur)	500,000	2007	Completed	<ul style="list-style-type: none"> • Deepen the electoral processes in ECOWAS sub-region (Cote d'Ivoire Independent Electoral Commission) 	ECOWAS Commission and Member States
12	JAPAN Government contribution	Japanese Government (US\$)	44,800	2010	Completed	<ul style="list-style-type: none"> • Procurement of Equipment for EW Situation Room at the Observation and Monitoring Centre. Capacity Building of ECOWAS Citizens and institutions on the Proliferation and Control of Small Arms and Light Weapons. Electrification of the 2-level hospital in Guinea Bissau 	ECOWAS Commission and Member States
		50,000	2011				
		44,800	2012				
13	Support to conflict prevention (mediation) in Member States	Government of Greece(US\$)	325,000	2006	Completed	<ul style="list-style-type: none"> • Support to conflict prevention (mediation) in Member States 	Member States
		\$		15,464,600	0.84	12,978,201.61	
		Eur		52,255,511		52,255,510.74	
		CAD		4,050,000	0.65	2,612,695.50	
						67,846,407.85	

Anexo V: Instrumentos da CEDEAO para a Prevenção e o Combate ao Terrorismo

Instrumentos Relevantes da CEDEAO para a Prevenção e o Combate ao Terrorismo, cuja ratificação e/ou adesão é exigida a todos os Estados-Membros

1. Convenção da CEDEAO de 2006 sobre Armas Pequenas e Leves, suas Munições e Outros Materiais Relacionados;
2. Protocolo A/P1/01/06 de 2006 relativo ao Estabelecimento de um Bureau de Inteligência e Investigação da CEDEAO para Matérias Criminais;
3. Protocolo da CEDEAO A/P3/12/01 de 2001 sobre o Combate à Corrupção;
4. Protocolo A/SP1/12/01 de 2001 sobre Democracia e Boa Governação, Suplementar ao Protocolo Relativo ao Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança;
5. Protocolo A/AP1/12/99 de 1999 relativo ao Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança;
6. Convenção da CEDEAO A/P1/8/94 de 1994 sobre Extradicação;
7. Convenção da CEDEAO A/P1/7/92 de 1992 sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal;
8. Convenção A/P5/5/82 de 1982 sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Aduaneira;
9. Protocolo A/SP3/5/81 de 1981 sobre Assistência Mútua em Matéria de Defesa;
10. Protocolo de 1978 sobre Não-Agressão; e
11. Acordo-Quadro de 1977 do Protocolo sobre Não-Agressão e Assistência em Matéria de Defesa.

Anexo VI: Instrumentos da União Africana de Contraterrorismo

Instrumentos Relevantes da União Africana de Contraterrorismo para os quais se recomenda a assinatura e/ou ratificação pelos Estados-Membros da CEDEAO

1. Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação (2007) (entrou em vigor em: 15 de fevereiro de 2012);
2. Pacto da União Africana de Não-Agressão e Defesa Comum (2005) (entrou em vigor em: 18 de dezembro de 2009);
3. Protocolo de 2004 à Convenção da OUA sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo (entrará em vigor 30 dias após o depósito do décimo quinto instrumento de ratificação);
4. Convenção da União Africana de 2003 para a Prevenção e o Combate à Corrupção (entrou

em vigor em: 5 de agosto de 2006);

5. Protocolo de 2003 à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (entrou em vigor em: 25 de novembro de 2005);

6. Convenção da OUA de 1999 sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo (entrou em vigor em: 6 de dezembro de 2002);

7. Tratado de 1995 sobre a Zona Livre de Armas Nucleares em África (Tratado de Pelindaba) (entrou em vigor em: 15 de julho de 2009);

8. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981 (entrou em vigor em: 21 de outubro de 1986); e

9. Convenção de 1977 para a Eliminação do Mercenarismo em África (entrou em vigor em: 22 de abril de 1985).

Anexo VII: Instrumentos das Nações Unidas e Universais de Contraterrorismo

Instrumentos das Nações Unidas e Universais de Contraterrorismo para os quais se recomenda a assinatura, ratificação e/ou adesão de todos os Estados-Membros da CEDEAO

1. Convenção de 2010 para a Supressão de Atos Ilícitos Relacionados à Aviação Civil Internacional (ainda não entrou em vigor);

2. Protocolo de 2010 Suplementar à Convenção para a Supressão da Apreensão Ilícita de Aeronaves (ainda não entrou em vigor);

3. Convenção Internacional de 2005 para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear (entrou em vigor em: 7 de julho de 2007);

4. Emenda de 2005 à Convenção sobre a Proteção Física de Material Nuclear (entrará em vigor após a ratificação por uma maioria de dois terços dos Estados Partes);

5. Protocolo de 2005 à Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima (entrou em vigor em: 1º de março de 1992);

6. Protocolo de 2005 ao Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental (entrou em vigor em: 28 de julho de 2010);

7. Convenção Internacional de 1999 para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (entrou em vigor em: 10 de abril de 2002);

8. Convenção Internacional de 1997 para a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas (entrou em vigor em: 23 de maio de 2001);

9. Convenção de 1991 sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção (entrou em vigor em: 21 de junho de 1998);

10. Protocolo de 1988 para a Supressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos que Servem a Aviação Civil Internacional (entrou em vigor em: 6 de agosto de 1989);
11. Convenção de 1988 para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima (entrou em vigor em: 1º de março de 1992);
12. Protocolo de 1988 para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental (entrou em vigor em: 1º de março de 1992);
13. Convenção de 1980 sobre a Proteção Física de Material Nuclear (entrou em vigor em: 8 de fevereiro de 1987);
14. Convenção Internacional de 1979 contra a Tomada de Reféns (entrou em vigor em: 3 de junho de 1983);
15. Convenção de 1973 sobre a Prevenção e a Punição de Crimes contra Pessoas Internacionalmente Protegidas, incluindo Agentes Diplomáticos (entrou em vigor em: 20 de fevereiro de 1977);
16. Convenção de 1971 para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil (entrou em vigor em: 26 de janeiro de 1973);
17. Convenção de 1970 para a Supressão da Apreensão Ilícita de Aeronaves (entrou em vigor em: 14 de outubro de 1971); e
18. Convenção de 1963 sobre Infrações e Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves (entrou em vigor em: 4 de dezembro de 1969).

Anexo VIII: Mapa dos Estados membros da CEDEAO



Fonte: ECOWAS. ECOWAS Interactive Map. Available at: https://ecoslate.github.io/wp-content/uploads/2014/11/CEDEAO_ECOWAS_MAPS_en1.html. Acesso em: 10 jan. 2024.